

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO E PESQUISA
ESCOLA DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES E HUMANIDADES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU*
MESTRADO EM HISTÓRIA

DULCE BATISTA CHAVES BUZELI

**O IMPACTO DA DIVERSIDADE ETNOCULTURAL BRASILEIRA DE
2007 A 2019 NO COLÉGIO ESTADUAL DE VICENTINÓPOLIS NO
ESTADO DE GOIÁS**

GOIÂNIA

2023

DULCE BATISTA CHAVES BUZELI

**O IMPACTO DA DIVERSIDADE ETNOCULTURAL BRASILEIRA DE
2007 A 2019 NO COLÉGIO ESTADUAL DE VICENTINÓPOLIS NO
ESTADO DE GOIÁS**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em História, da Pontifícia Universidade Católica de Goiás como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre.

Linha de Pesquisa: Educação Histórica e Diversidade Cultural.

Orientadora: profa. dra. Maria do Espírito Santo Rosa Cavalcante Ribeiro.

GOIÂNIA
2023

Catálogo na Fonte - Sistema de Bibliotecas da
PUC Goiás

B992i Buzeli, Dulce Batista Chaves

O impacto da diversidade etnocultural brasileira de 2007 a 2019 no Colégio Estadual de Vicentinópolis no Estado de Goiás / Dulce Batista Chaves Buzeli.--2023.

117 f.: il.

Texto em português, com resumo em inglês.

Orientadora: prof.^a dr.^a Maria do Espírito Santo Rosa.

Dissertação (mestrado) -- Pontifícia Universidade Católica de Formação de Professores e Humanidades, Goiânia, 2023.

Inclui referências: f. 68-71.



Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa - PROPE
Coordenação de Pós-Graduação Stricto Sensu - CPQSS
Escola de Formação de Professores e Humanidades - EFPH

O IMPACTO DA DIVERSIDADE ETNOCULTURAL BRASILEIRA DE 2007 A 2019 NO COLÉGIO ESTADUAL
DE VICENTINÓPOLIS NO ESTADO DE GOIÁS

DULCE BATISTA CHAVES BUZELI

Dissertação de Mestrado do Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em História da Pontifícia
Universidade Católica de Goiás, aprovada em 22 de junho de 2023, às 14h.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dra. Maria do Espírito Santo Rosa Cavalcante Ribeiro / PUC Goiás

Prof. Dr. Eduardo Sugizaki / PUC Goiás

Prof. Dra. Silene Ferreira Claro / UFABC

Prof. Dra. Sibelí Aparecida Viana / PUC Goiás

Margareth Pereira Arbués / UFG

Dedico este trabalho ao meu esposo Lei Lincoln, por todo apoio e incentivo e pela motivação e compreensão para que eu pudesse realizar esse grandioso sonho.

Ao meu amado filho Luyz-Otávio, fiel companheiro, que esteve ao meu lado nos momentos de estudo, transbordando sorrisos, incentivando-me a seguir em frente.

Aos meus pais, João e Maritana, exemplos de vida, pessoas batalhadoras que me ensinaram a importância do amor e do respeito.

À minha amiga Cláudia Regina, pelo apoio e companheirismo nas horas difíceis.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço a Deus o dom da vida, as bênçãos recebidas, a família e a realização do sonho de conclusão do mestrado.

À orientadora Maria do Espírito Santo Rosa Cavalcante Ribeiro os momentos de orientação, motivação e auxílio nessa jornada, e aos outros membros das bancas de qualificação e defesa Silene Ferreira Claro e Eduardo Sugizaki os apontamentos pertinentes ao texto.

Além dos integrantes das bancas, aos professores e às professoras do quadro docente do curso: Deusa Maria R. Boaventura, Eduardo Gusmão de Quadros, Eduardo José Reinato, Julio Cesar Rubin de Rubin, Marlene Castro Ossami de Moura, Sandra Catharinne Pantaleão Resende, Sibebe Aparecida Viana e Thais Alves Marinho o conhecimento transmitido sob vários aspectos.

À equipe do Comitê de Ética em Pesquisa da PUC-GO, na pessoa de Vania Rodriguez Salazar, a prestatividade e as orientações oferecidas.

Aos participantes da pesquisa a contribuição singular em resposta ao questionário e à entrevista, àqueles que cederam fotos e aos colaboradores indiretos, sem os quais muitas fontes não seriam mostradas.

Ao corpo docente do Colégio Estadual Professora Clarice da Silva Sales, singularmente ao Robson Alessandro Siqueira a disponibilidade para a juntada das fontes documentais.

Aos colegas de turma: Alessandra Soares Ramos, Eneuda Ferreira da Silva, Frederico de Castro Silva, Grazieli Pacelli Procópio, Ilana Mara Borges Barreto dos Santos, Juliano Soares de Oliveira, Katherine Giovani de Oliveira, Leonardo Gonçalves Vieira, Letícia Luchese Yoshida, Mario Pereira Mamede, Millena Gonçalves Magalhães Brandão, Rusllayne Ferreira de Andrade, em especial Carla Rúbia Gomes Lopes e Esdranne da Silva Santos a amizade construída e a parceria formada no curso, e à amiga Cláudia Regina de Souza o apoio e a motivação.

Ao esposo Lei Lincoln Gomes Alves a compreensão cotidiana; ao filho Luyz-Otávio Alves Buzeli o companheirismo em momentos de estudo; ao pai João Sartori Buzeli e à mãe Maritana Luiza Chaves Buzeli a inspiração de trilhar o caminho da educação, aos sobrinhos Carlos Eduardo Santos Buzeli e Caio Henrique Santos Buzeli o carinho, bem como aos outros familiares.

RESUMO

A presente dissertação apresenta narrativas no campo da história oral, no recorte temporal de 2007 a 2019, com o *corpus* Colégio Estadual de Vicentinópolis-GO, atualmente denominado por Colégio Estadual Professora Clarice da Silva Sales. No processo historiográfico, a compreensão do passado tem a ver com as contribuições das memórias. Nesse aporte, a seguinte indagação norteia o estudo: a discriminação etnocultural interfere no desenvolvimento educacional de alunos de diferentes faixas etárias? O objetivo geral é apresentar as narrativas de participantes que fizeram parte do construto da região vicentinopolina. A metodologia de pesquisa bibliográfica, documental e de fontes da história oral retrata as fases de gabinete e de campo. Nessa, foram aplicados dois questionários com perguntas semiestruturadas, sendo um para cinco professores e outro para o prefeito, e realizadas quatro entrevistas, nas quais o governo municipal e mais cinco participantes recordaram dos eventos principais da cidade. Totalizando 11 participantes, as memórias contribuem para a ampliação do acervo documental historiográfico do povo da região. Em três capítulos, a investigação descreve a cidade goiana, o registro de conservação da memória, o impacto da migração em que se pode incorrer em discriminação étnica no ambiente educacional e o papel da escola. Nos resultados, tem-se a visão migratória e seus aspectos socioculturais na educação pública.

Palavras-chave: Discriminação. Diversidade cultural. História oral. Memórias. Migração.

ABSTRACT

This dissertation presents narratives in the field of oral history, from 2007 to 2019, with the corpus Colégio Estadual de Vicentinópolis-GO, currently called Colégio Estadual Professora Clarice da Silva Sales. In the historiographical process, the understanding of the past it is related with the contributions of memories. In this contribution, the following question guides the study: does ethnocultural discrimination interfere with the educational development of students of different age groups? The general objective is to present the narratives of participants who were part of the construct of the Vincentian region. The bibliographical, documental and sources research methodology of oral history portrays the office and field phases. In this, two questionnaires with semi-structured questions were applied, one for five teachers and another for the mayor, and four interviews were conducted, in which the municipal government and five other participants recalled the main events in the city. With a total of 11 participants, the memoirs contribute to expanding the historiographic document collection of the people of the region. In three chapters, the investigation describes the city of Goiás, the record of memory conservation, the impact of migration in which ethnic discrimination can occur in the educational environment and the role of the school. In the results, there is a migratory vision and its sociocultural aspects in public education.

Keywords: Cultural diversity. Discrimination. Memories. Migration. Oral history.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

CNE	Conselho Nacional de Educação
CPDOC	Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
EJA	Educação de Jovens e Adultos
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MEC	Ministério da Educação
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PCNs	Parâmetros Curriculares Nacionais
SEDUCE	Secretaria Estadual da Educação, Cultura e Esportes de Goiás

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Igreja Matriz de São Sebastião, entrada principal	19
Figura 2 - Igreja Matriz de São Sebastião, praça e coreto	19
Figura 3 - Árvore por nome barriguda	20
Figura 4 - Árvore barriguda, coreto e Praça da Igreja Matriz de São Sebastião	21
Figura 5 - Procissão da festa tradicional para Nossa Senhora das Graças, São Sebastião e São Vicente, em maio	23
Figura 6 - Time de futebol amador da cidade, sem registro na Federação Goiana de Futebol	24
Figura 7 - Caminhão pequeno para transporte em Vicentinópolis em Vicentinópolis	26
Figura 8 - Avenida Engenheiro Cláudio Neves Cardoso	26
Figura 9 - Comércio local, ruas sem calçamento	28
Figura 10 - Ruas sem calçamento, postes de energia elétrica e alguns carros	28
Figura 11 - Imagem aérea de Vicentinópolis, 1988	29
Figura 12 - Imagem aérea de Vicentinópolis, 21/02/2021	30
Figura 13 - Lago municipal da cidade	30
Figura 14 - Bandeira de Vicentinópolis-GO	31
Figura 15 - Brasão de Vicentinópolis-GO	31
Figura 16 - Posição geográfica de Vicentinópolis-GO	32
Figura 17 - Comemoração do aniversário de Vicentinópolis, 10-6-1989	33
Figura 18 - Banda Estudantil do Colégio Estadual Ladico Vieira, 10-6-1990	34
Figura 19 - Porta-bandeiras do Colégio Estadual Ladico Vieira, 10-6-1990	34
Figura 20 - Colégio Estadual de Vicentinópolis, 06-12-2021	35
Figura 21 - Planta do Colégio Estadual de Vicentinópolis	36
Figura 22 - Professora Clarice da Silva Sales, 2009	37
Figura 23 - Cerimônia solene de renomeação do Colégio, 30-8-2022	37
Figura 24 - Colégio Estadual Professora Clarice da Silva Sales, antigo Colégio Estadual de Vicentinópolis, 26-11-2022	38
Figura 25 - Quadra de esportes do Colégio Est. Profa. Clarice da Silva Sales, 02-12-2022	39
Figura 26 - Usina Caçu em Vicentinópolis-GO, 31-3-2020	42

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
CAPÍTULO 1 - VICENTINÓPOLIS-GO ENTRE MEMÓRIAS E RELATOS	15
1.1 HISTÓRIA ORAL NA CONSERVAÇÃO DA MEMÓRIA	15
1.2 ABORDAGEM HISTÓRICA DA FORMAÇÃO DA CIDADE.....	17
1.3 TRANSIÇÃO SOCIOCULTURAL DA CIDADE COM A CRIAÇÃO DA USINA E A CHEGADA DE MIGRANTES	39
CAPÍTULO 2 - DISCRIMINAÇÃO ÉTNICA E IMPACTO DAS MIGRAÇÕES INTERNAS NO CONTEXTO SOCIOEDUCACIONAL BRASILEIRO	45
2.1 CONCEITO E CARACTERÍSTICA DE DISCRIMINAÇÃO ÉTNICA	45
2.2 MIGRAÇÕES INTERNAS NO CONTEXTO SOCIOEDUCACIONAL.....	47
2.3 PRECONCEITO ETNOCULTURAL NO AMBIENTE ESCOLAR.....	49
CAPÍTULO 3 - A ESCOLA PARA INTEGRAÇÃO ENTRE AS DIFERENÇAS ÉTNICAS NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA	57
3.1 CULTURA E SEUS PARÂMETROS MULTIPLICATIVOS DE VARIEDADES.....	57
3.2 DIVERSIDADE ETNOCULTURAL PARA A EXPANSÃO DO CONHECIMENTO CULTURAL DE UM POVO.....	60
CONSIDERAÇÕES FINAIS	66
REFERÊNCIAS	68
APÊNDICES	72
ANEXOS	100

INTRODUÇÃO

Esta dissertação traz o tema diversidade etnocultural no Brasil, com o período de 2007 a 2019. O *corpus* é o Colégio Estadual de Vicentinópolis-GO, atualmente denominado por Colégio Estadual Professora Clarice da Silva Sales. Na construção do texto, tem-se o processo historiográfico como forma de compreensão do passado, cujas contribuições da história oral resgatam as memórias individual e coletiva. A indagação que norteia o estudo é a discriminação etnocultural interfere no desenvolvimento educacional de alunos de diferentes faixas etárias? O objetivo principal é apresentar as narrativas de participantes que fizeram parte do construto dessa região, revelado com o recurso da história oral.

Nessa percepção, a história oral abrange aspectos das memórias vividas, tendo papel fundamental nos registros históricos. Esses reportam a contextos e a lacunas da migração local. Em determinados momentos, as informações fundamentam os pontos relevantes da história oral, o que contribui para esclarecer o passado. Trata-se da conscientização sociocultural a respeito de um *lócus* que pode representar outros eventos semelhantes ocorridos no Brasil.

Com a metodologia de pesquisa bibliográfica, documental e de fontes da história oral, nas fases de gabinete e de campo, no qual foram aplicados dois questionários com perguntas semiestruturadas para seis participantes e feitas entrevistas gravadas com outras seis pessoas, sendo um deles participante dos dois recursos de coleta de dados. Essas entrevistas, posteriormente transcritas, tratam de memórias que contribuem para a ampliação do acervo documental historiográfico de Vicentinópolis.

Os 11 participantes traduziram a compreensão do passado corresponde ao que faz parte do complexo desenvolvimento da vida com o processo de migração. A partir desse ponto, dentre autores que aprimoram a discussão do tema, estão Lowenthal (1981), Ortiz (2006), Gomes (2001), Portelli (2000) e outros, além de legislações brasileiras que baseiam o discurso de direito à educação para todos.

Pela história oral, as narrativas são fontes que se somam à fundamentação teórica de outros autores tratando do tema e seus aspectos. A abordagem traz questões de equívoco ou imprecisão das memórias no arcabouço das entrevistas gravadas. Seis participantes da pesquisa, sendo cinco professores e o prefeito, responderam ao questionário: Ângela Inácia Vieira Pires, Heder Narciso dos Santos,

Noranez Marques de Freitas Silva, Vanda Alves Rezende, Wilma Maria dos Santos e Neilton Ferreira de Ozêda. Também somando seis participantes em quatro entrevistas, uma das quais o prefeito fez parte. Esses 11 participantes relataram o impacto etnocultural visto no Colégio Estadual de Vicentinópolis e o processo migratório de estudantes do nordeste brasileiro. A ex-aluna do colégio trouxe sua experiência como migrante nordestina do processo migratório. Também foram colaboradores desta pesquisa pessoas que informaram quem possuía fotografias históricas de Vicentinópolis, outras cederam as fotos das figuras 6, 7, 9, 10, 11.

Na pesquisa de campo em 2023, no dia 02 de março, às 14:00h, horário de Brasília, foi realizada a primeira entrevista gravada em áudio, assim como as demais, com o participante Sebastião da Silva Ferreira e a sua filha Sélbia Luzia Chaves da Silva Lima. No outro dia, às 15:00h, os irmãos sr. Orlando Chaves Pereira e sra. Maritana Luiza Chaves Buzeli cederam entrevista. Aos 07 do mesmo mês, às 15:30h, o participante Neilton Ferreira de Ozêda relatou sobre a instalação da Usina Caçu em 2007, produtora na época somente de álcool, depois, produzindo álcool e açúcar, gerando mais empregos para o município. A última entrevista gravada em áudio aos 10 de março, às 14:00h, registrou os relatos da participante Gislaine Nayara Araújo Rodrigues, ex-aluna migrante do Colégio Estadual de Vicentinópolis. Em sua residência, ela esclareceu sua vivência do tempo migratório na cidade.

Esse evento migratório da chegada dos novos moradores em Vicentinópolis mudou permanentemente seu aspecto sociocultural, pelo que esta dissertação trata do assunto em seus três capítulos. O primeiro traz a descrição da cidade goiana Vicentinópolis, cujas memórias de famílias tradicionais forneceram dados e fotografias da visão singular cultural do povo que se soma a do coletivo. A história oral traduz esse registro de conservação da memória. O município passou por transformações com a criação da usina e a chegada dos migrantes.

O segundo capítulo registra o impacto da migração que pode incorrer em discriminação étnica no ambiente educacional. Os migrantes nordestinos foram em maior número para a cidade. A questão linguística se apresenta como evidência da diferença cultura dos grupos. A linguagem é peça-chave para a descrição dos migrantes, pois as características socioculturais têm a ver com o regionalismo. O perfil de um povo desenvolve curiosidade ou discriminação, sendo atitudes preconceituosas aquelas que ridicularizam o linguajar, o vestuário, a gastronomia e

outros quesitos da vida do outro. Ao longo do tempo, as culturas se mesclaram, o que resultou no novo modo de viver na comunidade.

O último capítulo aponta para o papel da escola - Colégio Estadual de Vicentinópolis, atual Colégio Estadual Professora Clarice da Silva Sales¹. Ao receber os alunos e as alunas, à instituição cabe perceber as situações conflituosas veladas ou presenciadas por professores em sala de aula. Os dados revelam o modo de compreender a discriminação étnica, social e cultural, e o que ela reflete no ensino-aprendizagem.

Nesses parâmetros, a interferência cultural de estudantes pode ter ponto positivo ou negativo no desenvolvimento educacional. Desse modo, a linguagem é meio de diferenciar grupos, em que sua origem causa estranheza para os que se inscrevem no discurso tradicionalista elitizada de moradores locais. Em primeira vista, desses originários surge certa desconfiança dos recém-chegados; depois, esses são integrados ao convívio social.

Assim, esta investigação elucida as experiências vividas pelos dois grupos - moradores locais anteriores e posteriores à migração - ambos agregando o conhecimento da realidade social, econômica, cultural e educacional da cidade e da escola, *corpus* da pesquisa. A escola é ambiente formador que lida com as diferenças culturais e as características de cada grupo étnico. Sua estruturação político-pedagógica envolve o ensino-aprendizagem além de seus muros.

¹ Clarice da Silva Sales foi integrante do quadro de funcionários efetivos da instituição, exerceu as funções de professora, diretora, secretária geral e bibliotecária. Elegeram-se vereadora no município por duas gestões consecutivas.

CAPÍTULO 1 - VICENTINÓPOLIS-GO ENTRE MEMÓRIAS E RELATOS

Esse capítulo visa compreender as memórias, cujos relatos foram trazidos pela história oral. Um recorte temporal de 2007 a 2019 retrata a cultura vicentinopolina e a dos migrantes. Por meio do recurso de gravação em áudio, o registro dos entrevistados seguiu um roteiro de perguntas abertas, transcritas em sua integralidade, a fim de conservar a originalidade das informações.

1.1 HISTÓRIA ORAL NA CONSERVAÇÃO DA MEMÓRIA

Em 1950, com advento do gravador, a história oral tem sido utilizada como fonte de pesquisa (ABHO, 2023). Le Goff (1990, p. 403) traz que “[...] os desenvolvimentos da memória no século XX, sobretudo depois de 1950, constituem uma verdadeira revolução da memória e a memória eletrônica não é senão um elemento, sem dúvida o mais espetacular”. No Brasil, 20 anos depois surgiu o Programa de História Oral do CPDOC². Nos anos 1990, essa fonte teve maior crescimento, sendo apresentada em congressos e usada em publicações científicas.

A memória descrita com a história oral apresenta vertentes promissoras do universo historiográfico do *corpus*. Por essa técnica, reveem-se equívocos passados, revelam-se detalhes omissos de dados ao serem comparados registros já existentes. Em outras palavras, compreende-se o presente descobrindo o passado. Nessa conjuntura, as narrativas das entrevistas gravadas e as do questionário integram-se como fontes historiográficas que podem ser utilizadas em outras pesquisas.

A utilização da história oral se fundamenta por teorias discutidas ao longo do texto. Esse tipo de método foi empregado para a coleta de dados das memórias de participantes. Segundo Le Goff (1990, p. 423), o conceito de memória é ato “[...] de conservar certas informações, remete-se em primeiro lugar a um conjunto de funções psíquicas, graças às quais o homem pode atualizar impressões ou informações passadas, ou que ele representa como passadas”.

A importância da oralidade no campo histórico se deve à tradição, sendo discurso dinâmico “[...] em contato com a atualidade mais contemporânea e, assim,

² Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, vinculado a Fundação Getúlio Vargas.

integralmente originária da história” (JOUTARD, 2000, p. 40). Em suma, a oralidade penetra o universo particular de lembranças de pessoas que testemunharam fatos relevantes para toda comunidade. Em um tempo passado, as informações revelam lacunas para os pesquisadores buscarem as respostas a elas.

Outra abordagem de Joutard (2000) diferencia a função do memorialista e a do historiador. O primeiro ouve e reproduz a entrevista sem nenhuma intervenção; o segundo ouve os relatos, recolhe-os e aplica a sua lucidez a eles. Portelli (2000, p. 69) defende que a história oral traz sua contribuição,

[...] porque ela pesquisa a memória de indivíduos como um desafio a essa memória concentrada em mãos restritas e profissionais. E penso que parte de nosso desafio é o fato de que realmente encaramos a memória não apenas como preservação da informação, mas também como sinal de luta e como processo em andamento. Encaramos a memória como um fato da história; memória não apenas como um lugar onde você “recorda” a história, mas memória “como” história.

O pesquisador, ao realizar a entrevista, transcreve exatamente o que ouviu, respeitando as memórias de modo fiel. Nos relatos de memórias, abrigam a significação simbólica, nem sempre percebida pelo entrevistador. Essa essência do que foi dito não é traduzida de maneira simples, geralmente cabendo apenas ao narrador dar a sua interpretação.

Diante desse ponto da memória, preservam-se as lembranças vividas, em que a “[...] consciência do passado está fundada na memória. Através das lembranças recuperamos consciência dos acontecimentos anteriores, distinguimos ontem de hoje, e confirmamos que vivemos um passado” (LOWENTHAL, 1981, p. 75). Ao se relembrar dessa memória, outros esteios identitários se fundem ao tempo e ao espaço. Como afirma Poulet (1992, p. 54):

Graças à memória, o tempo não está perdido, e se não está perdido, também o espaço não está. Ao lado do tempo reencontrado está o espaço reencontrado ou para ser mais preciso, está um espaço, enfim reencontrado, um espaço que se encontra e se descobre em razão do movimento desencadeado pela lembrança.

A memória resguarda suas potencialidades em dimensões de revelação do interior da mente. Nela, há os fatores abrangente e polifônico, traçando o cruzamento de temporalidades e espacialidades,

[...] porque na memória se cruzam passado, presente e futuro; temporalidades e espacialidades; monumentação e documentação; dimensões materiais e simbólicas; identidades e projetos. É crucial porque na memória se entrecruzam a lembrança e o esquecimento; o pessoal e o coletivo; o indivíduo e a sociedade, o público e o privado; o sagrado e o profano. Crucial porque na memória se entrelaçam registro e invenção; fidelidade e mobilidade; dado e construção; história e ficção; revelação e ocultação (NEVES, 1998, p. 218).

Tais memórias não deixam ser esquecida a história do povo, passam a integrar o acervo documental historiográfico do grupo local. Nesse ponto, Delgado (2006, p. 15), atesta que a história oral é “[...] um procedimento metodológico que busca, pela construção de fontes e documentos, registrar, através de narrativas induzidas e estimuladas, testemunhos, versões e interpretações”.

Como forma de registro das memórias, as narrativas desempenham um papel importante, pois são instrumentos da preservação das tradições percebidas nas heranças identitárias. Ricardo Benzaquen Araújo (1998), definindo as vertentes de uma narrativa, explica a linha que forma quadros autônomos, mas permanecendo relacionados. Essa linha faz reviravoltas e interrupções, sendo que uma

[...] pode se desdobrar em três, quatro, dez, quadros. Quadros com um desenvolvimento relativamente autônomo. Quadros que podem parar, recuar em relação à linha fundamental, e que se relacionam entre si, formando uma espécie de teia, capaz de enredar a narrativa (ARAÚJO, 1998, p. 244).

As narrativas formam teias em caráter oral ou escrito, definindo a arte de contar histórias. As palavras escolhidas pelo entrevistado seguem uma sequência de suas memórias. A pessoa revive o passado do construto da cidade de Vicentinópolis-GO. Cada relato envereda-se em suas bases na memória que, embora apresentando falhas ou esquecimentos, são fontes de registro da história da formação da cidade.

1.2 ABORDAGEM HISTÓRICA DA FORMAÇÃO DA CIDADE

A cidade de Vicentinópolis teve origem com a construção de casebres que surgiram ao redor do Córrego das Pombas, por volta de 1930 (PREFEITURA DE VICENTINÓPOLIS, 2023). A doação de 10 alqueires de terras feita pelo fazendeiro Vicente Ferreira Meirelles se destinou à capela para São Sebastião, o qual se

tornaria o Padroeiro da cidade. O nome do município se deu por homenagem ao sr. Vicente, doador das terras.

A participante Lima lembrou essa história: “as terras que o Vicente Ferreira doou, as terras foram doadas ao mártir São Sebastião [...]. Na verdade, os 10 alqueires foram doados, os 10 alqueires aqui foram doados ao mártir de São Sebastião”. A construção foi documentada em cartório, mas houve o problema de localizá-la, fato que persistiu durante anos. Buscavam o registro de São Sebastião na letra S, quando o documento existia com o termo mártir, logicamente com inicial letra M. O participante Ferreira confirmou esse evento: “primeiramente, teve uma encrenca aí, uma demanda que aqui foi uma doação, e essa doação era para o mártir de São Sebastião, e aí não achava essa escritura”.

À descrição do padroeiro foi acrescentada a palavra mártir, sendo esse uma referência de sua morte. Mesmo com o impasse de dados de inscrição, com o passar dos anos, pessoas se instalaram próximas à capela, alguns compraram lotes cedidos pela igreja e outros utilizaram de apossamento, posteriormente regularizado com um acordo firmado entre o padre e os moradores. A participantes Lima narrou essa instalação:

Mas essa doação, na verdade, foi para a igreja. Por eles terem apossado, eles entraram na justiça para legalizar e tudo, mas não era deles, era da igreja. Aí o padre depois, como essa vila aqui em cima ela é doada, essa vilinha aqui ó, o pessoal que tá ali é doação da igreja.

Essa legalização de posses exemplifica a construção da capela matriz que ajudou o desenvolvimento e a fundação da vila nas proximidades do local religioso. O prédio com boas instalações foi representação da pedra fundamental da formação do lugar.

Figura 1 - Igreja Matriz de São Sebastião, entrada principal



Fonte: Acervo do participante Silva (2022).

Figura 2 - Igreja Matriz de São Sebastião, praça e coreto



Fonte: Acervo da autora (2022).

A Igreja de São Sebastião mostrada nas figuras 1 e 2 está situada na área central da cidade, com uma praça, um coreto e uma grande paineira-rosa³, árvore conhecida popularmente como barriguda. A elevação no lado de seu tronco lembra uma garrafa ou uma barriga saliente. Esse detalhe característico da espécie é bem conhecido, sendo esperada a época em que floresce no mês de maio. Ela foi plantada por um dos primeiros moradores da cidade: “[...]. depois meus avós, que eu lembro mais dos meus avós, que eu vim pra cá com sete anos. Inclusive, aquela paineira, aquela barriguda que tem ali embaixo tem 66 anos. Isso foi meu avô quem plantou, Lázaro Pereira” (PARTICIPANTE FERREIRA, 2023).

Figura 3 - Árvore por nome barriguda



Fonte: Acervo do participante Silva (2022)

³ Nome científico *Ceiba speciosa*, da família do baobá, dá-se à árvore nativa brasileira, atingindo até 30 m de altura. Tem floração numerosa, coloração do rosa ao branco, com frutos de casca verde, quando maduros a casca fica marrom claro, período da paina (algodão).

Figura 4 - Árvore barriguda, coreto e Praça da Igreja Matriz de São Sebastião



Fonte: Acervo do participante Silva (2022).

Os primeiros moradores repassaram fatos da história local, os pioneiros do município foram os senhores: Luís José Furtado mais conhecido por Luís Bento, Moisés Inácio de Freitas e José Cândido Borges apelidado por José Jaó (todos *in memorian*). Na construção da cidade, oito famílias tradicionais (Ferreira, Furtado, Portilho, Borges (Jaó), Artulino, Cassimiro, Chaves e Souza) ainda são reconhecidas na atualidade.

Com poucos moradores, as primeiras casas com boas estruturas, na época, foram construídas por Aredes Ferreira, estando localizadas nos arredores da praça da igreja, como apontou o participante Ferreira: “[...] uma das primeiras casas que teve aqui, na época, assim casa mais bem localizada, foi do filho do meu avô, o tio Aredio, que era o marido da dona Guica”. A participante Buzeli também abordou a fase de construção da igreja que era em madeira, o piso de assoalho e havia três cruzeiros de madeira na sua parte externa:

Meu pai contava que a igreja era um barracãozinho de eitão⁴, um assoalho alto assim ó, até teve uma festa lá e ela quebrou o assoalho com o povo, caiu gente lá embaixo, foi um barulhão danado, só que não machucou ninguém [...]. Foi naquela igrejinha. Tinha três cruzeiros de pau na frente dela (PARTICIPANTE BUZELI, 2023).

Depois dessa construção, iniciou-se a tradicional Festa de Maio que acontece até hoje. Naquela época, havia uma barraca de dança ao lado da igreja, um coreto pequeno em madeira. O coreto foi obra que modificou a igreja, era feito com quatro esteios em madeira, parecendo uma casinha, na parte de cima ficava o leiloeiro e os sanfoneiros, como relatou o participante Ferreira:

[...]. Isso, aí depois modificou a igreja, era coreto de madeira, a estrada ali é onde é que é de pareia com a casa do Duardo, onde passa a oficina, primeiramente a estrada era de chão. [...]. Ao lado da casa que tá lá, do lado direito da casa lá, da frente dela pro lado da igreja, do lado direito era uma barraca de dança, dessas coisas de gritar leilão, desse tipo de coisa. Primeiramente, o leilão era feito num coreto de madeira. Fincava quatro esteios e subia lá pra cima. Nós ficava lá em cima, lá tinha os sanfoneiros.

O local era usado para os arremates de leilões de itens doados para São Sebastião, Nossa Senhora das Graças e São Vicente. As memórias trazem a cultura religiosa dos moradores da cidade. A Figura 5 mostra uma procissão⁵ para os santos, realizada no mês de maio. Na frente do cortejo, está o andor⁶ com a imagem da escultura de São Sebastião; em seguida, a de São Vicente e a de Nossa Senhora das Graças. Tal acontecimento se realizou entre os anos de 1973 e 1974.

⁴ “Eitão é parede com forma triangular, usada para dar caimento ao telhado (ECIVIL, 2023).

⁵ Cortejo que carrega esculturas, símbolos e artefatos religiosos, normalmente com marcha solene pelas ruas da cidade, entoando rezas e cânticos.

⁶ Padiola ornamentada em que se transportam imagens sacras nas procissões.

Figura 5 - Procissão da festa tradicional para Nossa Senhora das Graças, São Sebastião e São Vicente, em maio



Fonte: Acervo da participante Buzeli (1973/1974).

Atualmente, as esculturas de São Sebastião e de São Vicente estão expostas na Igreja Matriz e a de Nossa Senhora das Graças na igreja que leva o seu nome, construída em sua homenagem décadas depois. No espaço, a rua que circunda a Igreja Matriz de São Sebastião apresenta calçamento em paralelepípedo, a paineira ainda em pequeno porte ao fundo e a barraca para leilões ao lado.

Na formação da cidade, várias pessoas desempenharam papéis fundamentais para o seu desenvolvimento, sendo os pioneiros profissionais de áreas. Uma das primeiras professoras que desempenhou docência no município foi Terezinha do Arlindo, como recordou o participante Ferreira:

Essa foi uma das primeiras professoras que existiu aqui. Ela e uma tal Terezinha do Arlindo. A Terezinha do Arlindo ainda tem a casa lá ainda, mas só tem os esteios que é de madeira, eu mostro tudo direitinho, se você quiser ver eu mostro. Tem a casa, mas já modificaram tudo, primeiramente tinha um pé de caju na frente ali. Era uns trem mais ou menos assim.

Na parte comercial, o primeiro posto de combustível da cidade só comercializava gasolina e pertencia ao sr. Alípio Portilho, pai do Lázinho Portilho,

como memorou o participante Ferreira. Esse posto também foi lembrado pela participante Buzeli: “[...] pois é, o primeiro posto de gasolina era na frente ali. Era uma bombinha de puxar, tocado na munheca”. As bombinhas de tocar na mão funcionavam assim, pois ainda não havia energia.

Na parte esportiva, apesar de ser ainda um pequeno vilarejo com poucas casas, uma equipe compôs o time de futebol amador. Esse grupo não recebeu registro na federação futebolística, mas a Figura 6 demonstra a sua boa organização com uniformes, aparente técnico usando terno e gravata.

Figura 6 - Time de futebol amador da cidade, sem registro na Federação Goiana de Futebol



Fonte: Acervo de Joana Carolina Borges do Nascimento (1960/1961).

Ao longo do desenvolvimento da cidade, entre as pessoas que tiveram papéis fundamentais está o sr. Arisberto Inácio Rosa. Ele intermediou, com os moradores que pagavam por determinada metragem do espaço, que as principais avenidas e calçadas recebessem o calçamento de pedra em forma de paralelepípedo. Também ele teve funções de primeiro diretor escolar, ajudou a criar a banda da escola, ensinou questões cívicas para alunos em parceria com o sr. José Mariano dos Santos, apelidado por Zé Nortista.

O sr. José Santos detinha a propriedade do Cartório de 1º Ofício do município e intermediou a criação do campo e do time de futebol com registro na Federação Goiana. Ele foi o dono do primeiro açougue, no qual a energia elétrica se movia a motor e funcionava das 18h às 22h30min, após esse horário sendo desligada. A cidade ficava na escuridão, como lembrou o participante Ferreira durante a entrevista:

E tem uma pessoa que eu lãinha falando aqui, que faz parte dessa cidade, que antes de ser municipalada aqui e fez muita coisa aqui dentro da cidade, chama-se Arisberto Inácio Rosa. Isso. [...] Ele veio para cá, as escolas daqui funcionou na época dele e não era municipalada, nem nada. [...] Era o Ladico Vieira. [...] Aí o campo de futebol era pro lado de baixo, lá onde é aquele colégio lá, o Arisberto fundou, tinha esse campo de futebol, é registrado na Federação Goiana. [...] Pelo Arisberto, tá registrado na Federação Goiana, meu nome tá lá. Era pouco jogador, pagava para jogador de fora para vir prá cá. Ele construiu o cartório. [...] Lá onde eu estava te falando era um campo de terra, ele levou ele para onde é a rodoviária, daquela rodoviária foi lá para cima. Tudo intermédio dele. [...] Do Sr. Arisberto, fez o calçamento. [...] Nas duas avenidas ali. Fez calçadas. Foi o sr. Arisberto também. E tudo assim, as pessoas que pagavam, uma metragem. [...] A primeira energia que foi montada aqui foi por intermédio do Arisberto e do Zé Nortista, eles puseram uma energia a motor, funcionava das 18:00h, 18:30h mais ou menos quando era 22:00h, 22:30h ele desligava acabava tudo a energia da cidade.

Nesse período, deixaram seu legado os que formaram o comércio local, tais como: Jerônimo Jaó com sua pensão, Joãozinho Chaves com a farmácia, João Dindico como dentista, Jerônimo Natal como lojista, Israel com o mercado, Branco da Dorvina construtor/pedreiro da igreja e Frei Elias como pároco local.

O primeiro automóvel a circular pelas ruas da cidade pertencia ao sr. Lázaro Pereira, como recordou a participante Buzeli: “[...] o primeiro carro que pisou aqui dentro era do Lázaro Pereira, foi um jipe, o Horne que era motorista dele não tinha outro. Foi o primeiro carro que pisou aqui, era do Lázaro Pereira”. Anos depois desse, moradores foram adquirindo veículos de passeio, caminhonetes e caminhões, para auxiliarem no transporte de materiais e suprimentos.

Figura 7 - Caminhão pequeno para transporte em Vicentinópolis



Fonte: Acervo de Joana Carolina Borges do Nascimento (1960/1961).

A Figura 7 mostra o caminhão de pequeno porte em estrada de terra, com mata rasteira, parecendo área rural, sendo tal foto algo interessante para a época. O participante Ferreira, sobre a mobilidade no local do córrego, relatou que havia um grande brejo, com atoleiro impossível de ser atravessado. Anos depois, foram construídas a represa e as ruas de acesso asfaltadas, ligando a parte inicial da cidade à nova área em desenvolvimento. Atualmente, esse córrego foi canalizado e sobre ele instalado vias públicas com canteiros centrais, cuja estruturação propiciou outros rumos para o município.

Figura 8 - Avenida Engenheiro Cláudio Neves Cardoso



(Lado direito da imagem, área inicial da cidade; lado esquerdo, construção posterior).

Fonte: Goiás, Brasil (2021 <<https://goias-br.blogspot.com/2019/06/vicentinopolis-goias-uma-cidade-com.html?sref=pi>>). Acesso em: 14 nov.2022.

Por ser uma região de terras férteis, houve considerável desenvolvimento na economia gerada pela agricultura e pela pecuária. Com isso, o povoado cresceu e lideranças locais lutaram pela emancipação política do município, ocorrida em 10 de junho de 1980, por força da Lei Estadual 8.846 (PREFEITURA DE VICENTINÓPOLIS, 2023). De 1980 a 1982, Vicentinópolis foi administrada pelo município goiano de Pontalina até a eleição do primeiro prefeito, sr. Orismondes Ferreira de Freitas, que permaneceu no cargo por seis anos. Em ordem cronológica, o Quadro 1 mostra as gestões da cidade, do primeiro ao atual governo municipal.

Quadro 1 - Cronologia das gestões municipais de Vicentinópolis⁷

Mandato	Prefeito	Gestão
1º	Orismondes Ferreira Freitas	1983-1988
2º	José Oliveira Fernandes	1989-1992
3º	Derso Portilho	1993-1996
4º	José Oliveira Fernandes	1997-2000
5º	José Oliveira Fernandes	2001-2004
6º	Neilton Ferreira de Ozêda	2005-2008
7º	Neilton Ferreira de Ozêda	2009-2012
8º	José Oliveira Fernandes	2013-2016
9º	Neilton Ferreira de Ozêda	2017-2020
10º	Neilton Ferreira de Ozêda	2021-2024

Fonte: Elaborado pela autora, a partir da exposição de fotos na recepção da Prefeitura de Vicentinópolis (2023).

Nesses 10 períodos legislativos, o município se desenvolveu bastante. As estimativas do último censo populacional (IBGE, 2022) registrou 8.768 habitantes. Esse quantitativo foi desencadeado desde 1980 ainda quando as ruas não tinham calçamento e após a emancipação política e viabilidade econômica. O setor de infraestrutura promoveu abertura de ruas, construção de casas, ampliação do comércio, aumento de meios de transporte, instalação de energia elétrica e outros.

⁷ Esses dados foram coletados nas visitas *in loco* à Prefeitura de Vicentinópolis, já que não há plataforma que os disponibilizem.

Figura 9 - Comércio local, ruas sem calçamento



Fonte: Acervo de Antônio Rodrigues Sandim (1980).

Figura 10 - Ruas sem calçamento, postes de energia elétrica e alguns carros



Fonte: Acervo de Antônio Rodrigues Sandim (1982).

As figuras 9 e 10 demonstram a evolução da cidade, apesar de ainda não ter asfaltamento das ruas. Nas últimas décadas, ela desenvolveu muito os índices populacional e estrutural, o que levou a criação de novos bairros, escolas,

instituições para tratamentos de saúde, expansão comercial advindo também dos setores agrícola e pecuário. As figuras 11 e 12 revelam esse crescimento em fotografias aéreas feitas em 1988 e 2021.

Figura 11 - Imagem aérea de Vicentinópolis, 1988



Fonte: Acervo de Anicésio Narcizo da Costa (1988).

Na primeira imagem, há poucas ruas e avenidas, tendo alguns trechos de calçamento de pedra polida e blocos de concreto na região central. As partes mais externas eram de terra batida. Um ponto muito positivo estava na vasta vegetação dentro da cidade. Na segunda imagem, há muitas ruas e avenidas asfaltadas e áreas construídas. Apesar de a vegetação ter diminuído bastante, o ponto positivo foi a formação do Lago municipal. Hoje, o espaço aquático é um dos cartões postais da cidade (Figura 13).

Figura 12 - Imagem aérea de Vicentinópolis, 21-2-2021



Fonte: Goiás, Brasil (2021 <<https://goias-br.blogspot.com/2019/06/vicentinopolis-goias-uma-cidade-com.html?sref=pi>>). Acesso em: 14 nov.2022.

Figura 13 - Lago municipal da cidade



Fonte: Acervo da autora (2023).

Figura 14 - Bandeira de Vicentinópolis-GO



Fonte: Goiás, Brasil (2021 <<https://goias-br.blogspot.com/2019/06/vicentinopolis-goias-uma-cidade-com.html?sref=pi>>). Acesso em: 14 nov.2021.

Figura 15 - Brasão de Vicentinópolis-GO



Fonte: Câmara de Vicentinópolis (2017).

As figuras 14 e 15 evidenciam os símbolos cívicos de Vicentinópolis situada na região sul do estado de Goiás, às margens da Rodovia GO-320, localizada a 180 km da capital Goiânia. A Figura 16 revela a área territorial totalizando mais de 733 km² (IBGE, 2022). Em seus limites aparecem os municípios de Joviânia, Aloândia,

Porteirão, Edéia, Edealina e Pontalina. Sendo cortada pelas rodovias GO-320 e GO-319.

Figura 16 - Posição geográfica de Vicentinópolis-GO



Fonte: Goiás, Brasil (2021 <<https://goias-br.blogspot.com/2019/06/vicentinopolis-goias-uma-cidade-com.html?sref=pi>>). Acesso em: 14 nov.2022.

O município dispõe de hidrografia favorável, destacando-se o Rio dos Bois e o Ribeirão da Ressaca, pertencentes à Bacia do Panamá, completados pela irrigação de mais de 20 córregos, entre eles: Córrego da Onça, Córrego do Amparo, Córrego Fundo, Córrego Olho d'água e Ribeirão do Sucuri.

No âmbito educacional, à época inicial de estruturação da cidade, a primeira escola construída foi o Grupo Escolar Ladico Vieira, oferecendo ensino da alfabetização ao quarto ano primário. A direção estava com Arisberto Inácio Rosa, como mencionou a participante Buzeli: “[...] era Ladico Vieira toda vida foi, só mudou para baixo, mas o nome dela era o mesmo de quando nós estudou”. [...] Ladico Vieira, lá onde era a antiga prefeitura velha, depois passou para baixo e continuou Ladico Vieira”.

Essa escola passou a ser chamada Colégio Estadual Ladico Vieira, após a admissão e a oferta da quinta à oitava séries do ensino fundamental com duração de oito anos. Tempos depois, foi oferecido o Curso Técnico em Contabilidade, referente ao ensino médio.

Na rede estadual, a segunda instituição foi a Escola Estadual Moisés Inácio, abrindo vagas para o ensino primário. O Colégio Estadual Ladico Vieira passou a oferecer os ensinos fundamental II e o médio profissionalizante técnico em contabilidade. Na atualidade, ambas se encontram desativadas. Na rede municipal, surgiu a Escola Municipal JK, que oferecia o ensino fundamental I. No mesmo período, havia seis escolas multisseriadas na zona rural do município.

Em 1992, foi construída a Escola Municipal Manoel Fernandes da Cunha para receber os alunos da Escola JK e das instituições rurais, sendo essas desativadas a partir desse momento. Nos primeiros anos, ela ofertou o ensino fundamental I. No ano 2000, abriu vagas para o fundamental II.

Como representação de símbolos patriotas, os desfiles aconteciam em dois momentos no decorrer do ano letivo: a comemoração do aniversário da cidade em 10 de junho e o festejo da Semana da Pátria em 7 de setembro. Os eventos envolviam as escolas e a comunidade, abordando temas que representavam a cultura local, a agricultura, a pecuária, a cidadania e o civismo. O cortejo cívico era organizado em blocos separados por faixas de tecido com informações sobre cada tema. Os alunos se reuniam em frente ao portão principal do Colégio Estadual Ladico Vieira, sendo ponto de partida e de chegada. O percurso se dava pelas principais ruas e avenidas da cidade (figuras 17 a 19).

Figura 17 - Comemoração do aniversário de Vicentinópolis, 10-6-1989



Fonte: Acervo da autora (1989).

Figura 18 - Banda Estudantil do Colégio Estadual Ladico Vieira, 10-6-1990



Fonte: Acervo da autora (1990).

Figura 19 - Porta-bandeiras do Colégio Estadual Ladico Vieira, 10-6-1990



Fonte: Acervo da autora (1990).

No quesito educação, a rede municipal conta, atualmente, com quatro unidades: Escola Municipal Militarizada de Vicentinópolis Manoel Fernandes da Cunha (ensino fundamental I e II), Escola Municipal Irene Cândida de Jesus (ensino

fundamental I), Centro Municipal de Educação Infantil Construindo o Futuro (jardim I e II) e Creche Eremita Maria Bessa (berçário, maternal I e maternal II).

Com a construção do Colégio Estadual de Vicentinópolis (Figura 20), em 2002, a oferta do 6º ao 9º ano e o ensino médio e a EJA foram oferecidos. Essa instituição, pertencente ao Projeto Padrão⁸, foi inaugurada apenas em 2005. Já o Colégio Estadual Ladico Vieira disponibilizou vagas do 1º ao 5º ano em regime integral até 2017, quando foi desativado.

Figura 20 - Colégio Estadual de Vicentinópolis, 06-12-2021



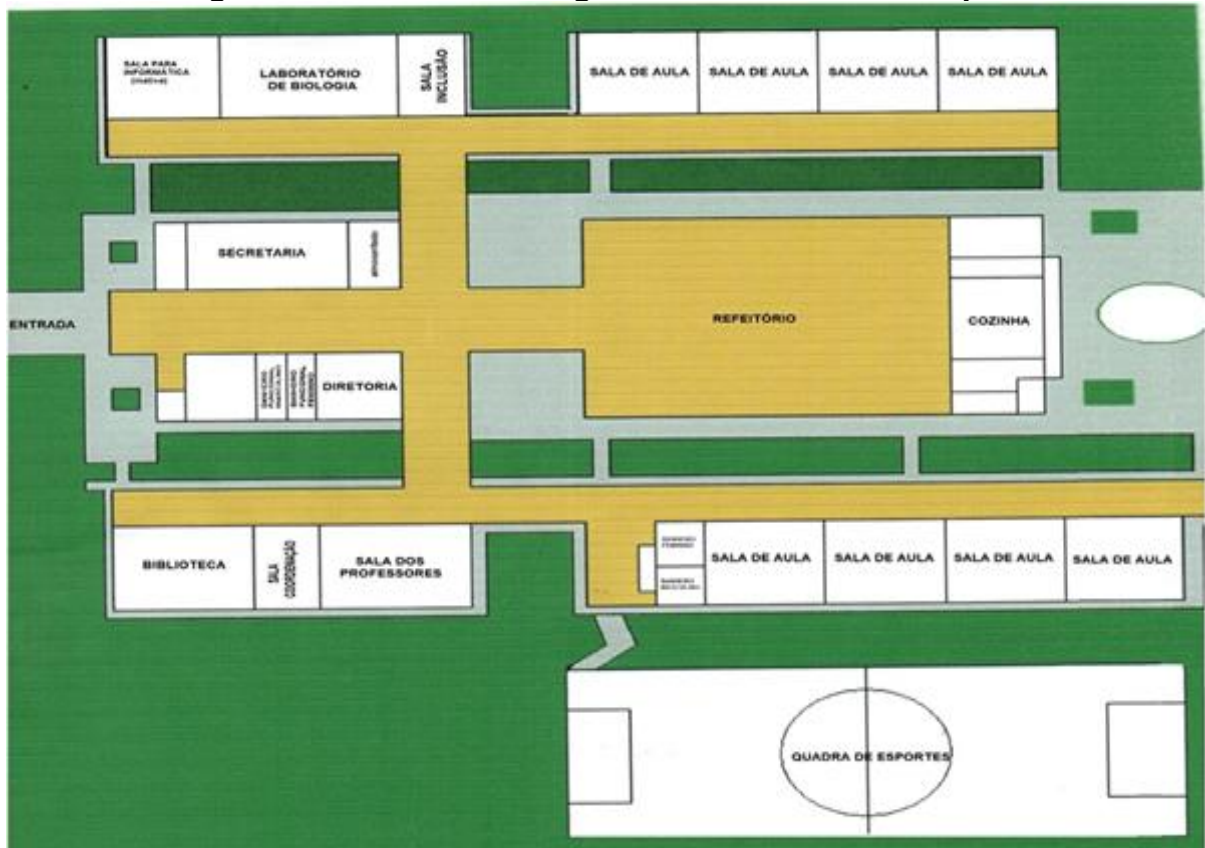
Fonte: Instagram: @colegio.de.vicentinopolis. Acesso em: 14 nov. 2022.

Essa unidade escolar se localiza na Avenida Filóstrofo Machado Carneiro n. 24. Setor Leste, em Vicentinópolis-GO, mantida pela Secretaria Estadual de Educação (Seduc), cadastrada com o CNPJ 05804742/0001-93. Seu ato de criação se deu pela Lei 14.262, de 22 de setembro de 2002, e sua autorização de funcionamento dos ensinos fundamental anos finais e médio pela Resolução CEE/CEB 549, de 22 maio 2013 (REGIMENTO ESCOLAR, 2019, em anexo). Sua administração está integrada com o diretor Robson Alessandro Siqueira, a secretária

⁸ O referido projeto previa a construção de vários prédios dessa mesma modalidade em outros municípios.

geral Suziele Caroline de Sousa Pires Rodrigues, os coordenadores pedagógicos Noranez Marques de Freitas Silva, Heder Narciso dos Santos e Sidomar Pereira de Freitas Lourenço. A estrutura demonstra o bom espaço físico que integra a unidade escolar.

Figura 21 - Planta do Colégio Estadual de Vicentinópolis



Fonte: Material recolhido *in loco*, Regimento escolar da unidade (2019, em anexo).

O Colégio Estadual de Vicentinópolis foi renomeado por Colégio Estadual Professora Clarice da Silva Sales, de acordo com a Lei 21.319, de 4 de maio de 2022, publicada no Diário Oficial do Estado de Goiás, para homenagear uma professora que muito contribuiu para o desenvolvimento dele (figura 22 e 24).

A Figura 23 revela a cerimônia solene de alteração do nome do colégio ocorrida em 30 de agosto de 2022 no pátio da unidade. Estiveram presentes os familiares da professora homenageada, os membros do Centro Regional de Educação (CRE, Goiatuba), as autoridades locais, a gestão com professores, funcionários e estudantes e alguns da comunidade.

Figura 22 - Professora Clarice da Silva Sales, 2009



Fonte: Acervo da Câmara Municipal de Vicentinópolis, imagem colhida em 2022.

Figura 23 - Cerimônia solene de renomeação do Colégio, 30-8-2022



Fonte: Instagram: @drwabersales. Acesso em: 10 fev. 2023.

A referida professora era licenciada em Pedagogia e pós-graduada em Psicopedagogia e Gestão Escolar, exerceu regência docente durante anos, foi secretária geral e diretora da instituição, aposentando-se em 02 de julho de 2008. Dedicou-se também à política local, elegendendo-se vereadora por dois mandatos nas gestões 2005-2008 e 2009-2012.

Figura 24 - Colégio Estadual Professora Clarice da Silva Sales, antigo Colégio Estadual de Vicentinópolis, 26-11-2022



Fonte: Acervo da autora (2023).

A estrutura desse colégio está composta por oito salas de aula, uma destinada ao Grêmio estudantil, uma de informática, três de almoxarifados, uma para coordenação, uma para direção, uma para os professores, um laboratório, uma biblioteca, um auditório, uma secretaria, uma mecanografia, uma cozinha associada com área de serviço, uma área coberta de recreação e eventos, dois banheiros para alunos e dois para professores. Em 20 de maio de 2022, houve a solenidade de inauguração da cobertura da quadra de esportes, com a presença das autoridades locais e estaduais.

Figura 25 - Quadra de esportes do Colégio Est. Profa. Clarice da Silva Sales, 02-12-2022



Fonte: Acervo de Alexyjaine Alves Martins (2023).

Essa instituição trabalha com alunos residentes em todo o município, abrangendo a zona rural na oferta de diversas modalidades de educação. Ressalta o Programa Estadual de Educação para a diversidade, numa perspectiva inclusiva com qualidade para todos. A educação estruturada, assim, teve ligação com a formação da cidade e com a transição sociocultural e comercial de considerável expansão, como se deu com a criação da Usina Caçu.

1.3 TRANSIÇÃO SOCIOCULTURAL DA CIDADE COM A CRIAÇÃO DA USINA E A CHEGADA DE MIGRANTES

A população vicentinopolina descendente das famílias tradicionais marcava presença mais forte até 2007, pois a mudança sociocultural adveio com a instalação da Usina Caçu de açúcar e álcool nessa data. O cenário cultural recebeu migrantes de outros estados, principalmente de Pernambuco, Rio Grande do Norte, Bahia, Alagoas e Maranhão. Na escola, a participante Wilma Santos mencionou que “[...] alunos migrantes destes estados foram bem recebidos. No entanto, houve um

choque cultural por ambos”. Na cidade, já era esperada a chegada de trabalhadores para a construção da obra na usina.

A liberação documental para que a instalação dessa usina na zona rural repercutiu na necessidade de mão de obra para a execução das etapas da construção. A chegada de migrantes mudou a cidade, sendo em maior número homens com características físicas de estatura mediana com porte físico forte ou magros e altos, pele morena, cabelos e olhos escuros. Eles buscavam trabalho e melhores condições de vida, a fim de sua sobrevivência:

Surgiu, na década de 70, um conjunto de informações que dava conta da existência de um substrato importante de trabalhadores que se deslocavam repetidas vezes sobre o espaço a fim de encontrar uma forma de sobrevivência. O comportamento desse substrato nada tem a ver com uma subcultura nômade ou um espírito generalizado de aventura, pois se fundamenta numa busca constante de melhores oportunidades econômicas ou da própria sobrevivência [...]. Infelizmente, as fontes tradicionais de informação pouco nos dizem a respeito, pois para reconstruir a história migratória de uma pessoa que passa grande parte de sua vida ativa se deslocando atrás de trabalho, é necessário um instrumento de coleta de informações, muito maior do que podem dispor as investigações de grande tipo: CENSO PNAD ou Survey⁹ (MARTINE, 1982, p. 5).

Na realidade, os processos migratórios entre regiões sempre aconteceram, se as pessoas sentirem a necessidade de ir em busca de algo, geralmente oportunidade de trabalho. No caso exposto, são as mais pobres, sem emprego e qualidade de vida que avançaram o processo migratório em regiões brasileiras. Ao ser finalizada a safra, muitas retornam à sua região de origem ou vão para outro local.

O prefeito Ozêda relatou que, de 2003 a 2004, a região sofreu muito com uma doença que afeta a lavoura de soja. Produtores rurais ficaram em situações difíceis financeiramente. “[...] uma região agrícola chegou à ferrugem asiática aqui no nosso município e afetou muito as lavouras no caso de soja aqui no nosso município e o produtor rural ficou numa situação precária na época”. Pensando nos momentos de declínio de empregos, o executivo e membros do legislativo, em 2007, participaram

⁹ “[...] pode ser definida como uma forma de coletar dados e informações a partir de características e opiniões de grupos de indivíduos. O resultado encontrado, desde que o grupo seja representativo da população, pode ser extrapolado para todo o universo em estudo” (OPUS CONSULTORIA E PESQUISA, 2003, *on-line*).

de uma reunião no Palácio Pedro Ludovico Teixeira na Capital para pedir ajuda de políticos e empresários para a geração de empregos em Vicentinópolis.

Após alguns dias, o executivo recebeu a informação de que havia a Usina Caçu interessada em ir para a cidade. Essa empresa seria instalada em outro município, não ocorrendo por motivos burocráticos, fato que possibilitou o seu deslocamento para ali. Como toda a documentação já estava preparada com o nome, só se fez a alteração do endereço:

E quando em 2007 nós fomos até o Palácio Pedro Ludovico, conversamos com o secretário da indústria e comércio. Na época prefeito, vice-prefeito e todos os vereadores participaram dessa reunião reivindicando uma empresa para vir para Vicentinópolis. Logo, logo, o secretário da época me ligou que tinha uma usina interessada vir para o município, que na época tinha que fazer e assinar a autorização, perguntou se eu aceitava a usina vir. Eu disse: Ocha! A gente aceita com certeza. Fomos lá na secretaria e assinamos o consentimento dela vir para o município, o nome ela ser Caçu é porque ela seria instalada na cidade de Caçu no Goiás, só que tem que o prefeito na época não concedeu, não andou atrás, aí eles desistiram e estavam procurando outro município. Nós abraçamos de braços abertos a empresa e é por esse motivo que ela tem nome de Caçu, já tinha aberto a razão social dela tudo, só mudou a questão de endereço. Comprou uma fazenda aí e instalou em 2007, aqui começou a instalação da usina (PARTICIPANTE OZÊDA, 2023).

Essa usina comprou uma fazenda na região para se estabelecer ali, porém foi preciso a realização de uma audiência pública na Câmara municipal, participando o executivo e o legislativo, a comunidade e a promotora de justiça da época. O intuito era informar sobre os impactos causados e se a cidade comportaria muitos migrantes que viriam em busca de trabalho. Pensava-se em moradias, vagas nas escolas, atendimentos de saúde para todos, pois o salto populacional estava previsto para mais de dois mil recém-chegados, como mencionou o participante Ozêda:

Na época nós ficamos muito preocupados com o impacto que iria estar tendo para o município, cidade pequena, se ia comportar ou não. Fizemos uma audiência pública, participou na época na câmara municipal, participaram a promotora de justiça na época a Dr. Renata, vereadores e a comunidade, fizemos a reunião no caso, foi com êxito né, foi com sucesso. Mas preocupamos muito com a instalação, a questão das escolas, de moradia, a questão dos migrantes que iriam chegar para trabalhar na usina de outros estados. Mas, brevemente a gente andou atrás, deu um suporte, na época construímos muitas moradias.

Desse modo, foram angariar subsídio junto ao governo estadual para a instalação da usina, pois era a mais nova fonte de recursos para a região. No momento, como apontou o participante Ozêda, ela emprega cerca de 1.600 trabalhadores, mesmo não sendo uma das maiores atualmente, mas é sólida e cumpridora dos encargos laborais, não ocorrendo atrasos dos pagamentos de seus funcionários.

Figura 26 - Usina Caçu em Vicentinópolis-GO, 31-3-2020



Fonte: Copersucar (2022 <<https://www.copersucar.com.br/noticias/usina-cacu-primeira-flex-certificada-no-renovabio/>>). Acesso em: 14 nov. 2022.

Com o estabelecimento da Usina Caçu (Figura 26), houve muita contratação de mão de obra para a sua execução. A cidade recebeu, no início, um quantitativo de até 1000 pessoas em busca de trabalho em 2007, como destacou o sr. Ozêda em resposta ao questionário. Os primeiros migrantes se inscreveram para o trabalho das obras iniciais, em que a montagem estrutural e mecânica traria a percepção do quantitativo de outros trabalhadores que fariam parte do funcionamento da empresa.

Em sua instalação, há laboratório, oficina, refeitório, ambulatório e outros departamentos. Para a obtenção de maiores informações acerca de seus funcionários migrantes nordestinos, elaborou-se um questionário aberto para o aprofundamento de dados sobre a migração, por ser uma técnica de coleta, na qual

defendem-se as questões listadas por escrito visando ao conhecimento de perfis com opiniões, crenças, expectativas, experiências e outros (GIL, 1999).

Os questionários apresentam vantagens ao atingir maior número de pessoas de diferentes regiões, menos gastos financeiro e de tempo, não necessita de treinamento prévio para a sua aplicação, separa a influência do entrevistador sobre participantes, além de outros aspectos. Contudo, seus pontos negativos podem gerar exclusões de quem poderia participar se a aplicação fosse outra, tais como:

- a) exclui pessoas que não sabem ler e escrever, o que, em certas circunstâncias, conduz a graves distorções nos resultados da investigação;
- b) impede o auxílio ao informante quando este não entende corretamente as instruções ou perguntas;
- c) impede o conhecimento das circunstâncias em que foi respondido, o que pode ser importante na avaliação da qualidade das respostas;
- d) não oferece a garantia de que a maioria das pessoas devolvam-no devidamente preenchido, o que pode implicar a significativa diminuição da representatividade da amostra;
- e) envolve, geralmente, número relativamente pequeno de perguntas, porque é sabido que questionários muito extensos apresentam alta probabilidade de não serem respondidos;
- f) proporcionar resultados bastante críticos em relação à objetividade, pois os itens podem ter significados diferentes para cada sujeito pesquisado (GIL, 1999, p. 128-129).

Nessa visão, a metodologia de questionários traz a coleta de dados para a análise dos perfis. Esse meio possibilitou a exposição das informações descritas nesta investigação. Os migrantes fizeram parte da transição sociocultural da cidade, trouxeram suas famílias para residirem consigo e transmitiram ao povo a sua cultura.

Nesse período, não havia moradias suficientes para aluguel ou venda, sendo preciso construir locais para a ocupação dos recém-chegados, como mencionou o participante Ozêda: “[...] não tinha casas para alugar, mas eles se instalaram por toda a cidade”. Mesmo assim, conseguiram se abrigar e, depois, mais trabalhadores se instalaram na região, pois, ao finalizar a etapa de instalação da usina, vieram as colheitas e o processo de moagem da cana-de-açúcar para a produção do álcool. Em 2012, a empresa expandiu seu funcionamento também fabricando açúcar.

O Colégio Estadual Professora Clarice da Silva Sales recebeu esse público de alunos e alunas migrantes, novos residentes na cidade, pelo menos, durante o período de safra entre os meses de março a novembro. Muitos deles retornaram

com suas famílias para seus estados de origem, porém outros permaneceram no local, fazendo parte do povo vicentinopolino.

Esses apontamentos tratam da diversidade cultural e da mudança de vida descritas pela união de grupos. A participante Rodrigues, ex-aluna do EJA desse colégio, narrou sobre a qualidade de vida de migrantes, afirmando que houve significativa melhora econômica e social, pois vários deles adquiriram casa própria e transporte:

Em busca né? da melhoria, do trabalho, porque lá é mais difícil. [...] Há melhorou muito, né. Assim, eu tenho muitos, muitos amigos memo que é do nordeste prá cá e aqui eu vejo os crescimento, né. Nois, nois que veio de lá do Rio Grande do Norte prá cá, muita gente hoje tem suas casas próprias, tem seu meio de transporte. Eu acho que a melhoria de cada um que tá aqui, que é de lá e dos, daqui também, acho que teve só a crescer (PARTICIPANTE RODRIGUES, 2023).

A transição sociocultural da cidade gerou melhoria de vida para vários migrantes. Sua chegada foi um recomeço da situação social de suas famílias, sendo algo bom para o seu desenvolvimento geral. A oportunidade de trabalho e estudo repercutiu na criação dos filhos com mais segurança, contra a discriminação étnica em todos os ambientes, principalmente no socioeducacional.

CAPÍTULO 2 - DISCRIMINAÇÃO ÉTNICA E IMPACTO DAS MIGRAÇÕES INTERNAS NO CONTEXTO SOCIOEDUCACIONAL BRASILEIRO

Este capítulo trata do assunto discriminação etnocultural, social e linguística e a migração interna no Brasil. A compreensão sobre o desenvolvimento historiográfico de uma região passa por impactos migratórios ocasionados no País, nos sécs. XIX e XX. Esse fato incorre com similitude do que houve em variados locais.

2.1 CONCEITO E CARACTERÍSTICA DE DISCRIMINAÇÃO ÉTNICA

O conceito de raça denota as características físicas de um grupo. De um lado, são percebidos os traços de uma pessoa branca com a pele clara, cabelos lisos, além de outros quesitos do perfil; de outro, a distinção de negro, tendo cor escura, cabelos crespos. Embora um grupo apresente similitudes físicas de outro grupo,

Em relação a esses traços, as duas raças são fundamentalmente distintas. Não tão definida é a distinção entre tipos asiáticos orientais e europeus, porque ocorrem formas de transição entre indivíduos brancos normais, tais como rostos achatados, cabelos negros lisos e formato dos olhos parecidos com os dos tipos asiáticos orientais; inversamente, traços de tipo europeu são encontrados entre asiáticos orientais. Em relação a negros e brancos, podemos falar de traços raciais hereditários, à medida que nos referimos a essas características radicalmente distintas. Em relação aos brancos e asiáticos orientais, a diferença não é absoluta, porque podem ser encontrados alguns poucos indivíduos em cada uma dessas raças aos quais essas características raciais não se aplicam bem; por isso não cabe falar, em sentido estrito, de traços raciais hereditários totalmente válidos (BOAS, 2005, p. 68).

Esses apontamentos de características ancestrais elucidam a hereditariedade racial, cuja “[...] unidade de descendência e a existência, numa certa época, de um pequeno número de ancestrais de formas corporais definidas, dos quais a população atual descende” (BOAS, 2005, p. 70). As comunidades isoladas se identificam com diferenças menores de perfis do que as amplas.

Em cada cultura, referencia-se a raiz que especifica a originalidade ou as misturas de raças. Ao final do séc. XIX e início do séc. XX, os parâmetros entre raça e ambiente foram mais debatidos por intelectuais brasileiros, com assunto das

distinções entre povos, como no Brasil e na Europa, povoada por raça distinta daqui (ORTIZ, 2006).

Percebe-se o papel influenciador no processo cultural de grupos étnicos, reconhecidos por vestuários, comportamentos, características físicas e outras. Mas uma etnia nem sempre é rotulada pelas aparências. A população brasileira resulta de um processo de miscigenação, cujo cruzamento de grupos étnicos descendentes aduz as raízes, principalmente de branco proveniente do colonizador, negro escravizado trazido em navios negreiros e índio habitante local.

Surgiram os mulatos da mistura entre europeu e africano, os cafuzos/carafuzos entre negro e indígena, os mamelucos/caboclos entre europeu e índio. Essa miscigenação refletiu na união de culturas, em que se retrata a identidade do povo. A mestiçagem se pauta no mito das três raças:

O negro aparece assim como fator dinâmico da vida social e econômica brasileira, o que faz com que, ideologicamente, sua posição seja reavaliada pelos intelectuais e produtores de cultura. Para Silvio Romero e Nina Rodrigues ele adquire uma importância maior que a do índio (que se acredita estar fadado ao desaparecimento), ou, como dirão alguns: “o negro é aliado do branco que prosperou (ORTIZ, 2006, p. 19).

Essa mistura de raças é fator social em que “[...] o mestiço é para os pensadores do séc. XIX mais do que uma realidade concreta, ele representa uma categoria em que se exprime uma necessidade social - a elaboração de uma identidade nacional” (ORTIZ, 2006, p. 21). Houve época na qual o mestiço foi visto como fraco, pois os traços biológicos conferiam a perspectiva de inferioridade econômica. Pensava-se no branqueamento da população pelo ideário nacional.

Verifica-se que o processo cultural e identitário brasileiro passou por mais transformações desde o séc. XIX. A cultura se difere em inúmeros quesitos das originárias pelas interferências expressas no meio. Com a transformação da ideia de negatividade do mestiço em sua positividade, proposta por Freyre, o mito das três raças teve alusão à ideia nacional, como coloca Ortiz (2006, p. 41):

O mito das três raças torna-se então plausível e pode se atualizar como ritual. A ideologia da mestiçagem, que estava aprisionada nas ambiguidades das teorias racistas, ao ser reelaborada pode difundir-se socialmente e se tornar senso comum, ritualmente celebrado nas relações do cotidiano, ou nos grandes eventos como o carnaval e o futebol. O que era mestiço torna-se nacional.

Fez-se um paralelo da visão étnica que compõe o contexto histórico da cultura presente na atualidade. Com o passar dos anos, um novo grupo étnico se estabeleceu em todo o território nacional. Lima (2005) pontua sobre os conceitos de raça biológica e social. Esses estão atrelados e foram cultural e socialmente construídos:

Uma vez que a ciência demonstrou que a raça biológica foi uma manipulação ideológica, eurocêntrica, com finalidade de dominação, esse conceito foi também socialmente construído, sendo que a transição da categoria “raça biológica” para “raça social” ainda não estabelece suficiente distanciamento nos conceitos para facilitar a desconstrução dos racismos biologizantes que ainda circulam na sociedade brasileira (LIMA, 2005, p. 87).

Nessa visão de raça, a mestiçagem dos povos latino-americanos resulta de um processo de miscigenação cultural e social:

A mestiçagem é o resultado de um processo histórico impositivo e desigual, o fruto, muitas vezes, não do amor, da vontade e do entendimento, mas da violência contra as mulheres, contra os negros e contra os pobres. Por si só, essa constatação muitas vezes nos deixa pouco à vontade, pois recordamos a nós mesmos que o preço pago pela nossa mestiçagem tem sido, e continua a ser, muito alto (PORTELLI *apud* AMADO, 2000, p. 108).

Nesse ponto, não há o que se chama raça pura como alguns autores abordam. Também não é aceitável que ainda existam afrodescendentes em situação de inferioridade, rotulados como minoria étnica. O povo brasileiro é majoritário miscigenado, tendo aspecto étnico, cultural, social e econômico como divisor étnico.

Muitas famílias se veem sem recursos e migram para regiões que ofertam mais oportunidades de emprego, moradia e qualidade de vida. Essa situação de itinerância se refere à migração interna, o que constitui a interferência em setores como socioeducacional nas localidades receptoras.

2.2 MIGRAÇÕES INTERNAS NO CONTEXTO SOCIOEDUCACIONAL

Os acontecimentos migratórios no Brasil afetam diretamente o contexto socioeducacional. O registro desse assunto se faz necessário em cada região, para a história não se perder com o tempo, por esquecimento ou por interesse de grupos político-econômicos. A miscigenação é reportada desde o período imperial até o

presente século. Naquele, o colonizador de raça branca é visto como representante da burguesia portuguesa e o índio e o negro como figuras de submissão e escravização, por não serem idealizados na sociedade. Porém suas raízes são mostras da diversidade cultural, como se percebe pelas narrativas já mencionadas na história oral.

Segundo Joutard (2000, p. 34), a pesquisa oral “[...] precisa reconhecer seus limites e, até fazer deles uma força”. Ela fornece informações não obtidas em arquivos escritos, embora apresente limites chamados fraquezas da memória que se esquece de fatos “[...] que pode variar em função do tempo presente, suas deformações e seus equívocos, sua tendência para a lenda e o mito. Estes mesmos limites talvez constituam um de seus principais interesses”.

Tais memórias vão além do deslocamento territorial ocasionado por necessidade, pois retratam movimentos internos da fundação da história do povo vicentinopolino. Como abordam Brito e Carvalho (2005), as migrações internas, de 1960 e 1970, deram-se em tempo de grande crescimento econômico, embora fossem de modo desequilibrado, pois São Paulo sempre concentrou essa maior recepção, tendo que

As migrações receberam um grande estímulo de políticas governamentais que, direta ou indiretamente, condicionaram os grandes deslocamentos populacionais no território brasileiro. [...] Para a grande maioria da população a migração era o único caminho para melhorar de vida, desde que conseguissem vencer o rigoroso processo de seletividade inerente à estrutura socioeconômica no lugar de destino. As crises econômicas das duas últimas décadas têm modificado significativamente a cultura migratória. A tradição não desapareceu, até porque as características de grande parte da sociedade brasileira não se alteraram expressivamente e a rigidez da estrutura social ainda impõe a migração como a única alternativa para melhorar de vida ou ascender socialmente (BRITO; CARVALHO, 2005, p. 198-9).

Esse público que permanece em determinado local somente durante algum tempo, retornando à sua origem ou migrando para outra região, atualmente é conhecido como público flutuante. A discriminação advém de processo de migração assim descrita por Brito e Carvalho (2005, p. 199-200):

A sociedade urbana, cada vez mais competitiva e menos solidária e assombrada com a barbárie que tem predominado nas relações sociais, intensificou seus mecanismos de discriminação e de exclusão dos mais pobres. A discriminação e as barreiras ao livre trânsito dos migrantes têm sido frequentes, exacerbando os mecanismos de seletividade. A migração de retorno, que tendeu a se generalizar na segunda metade dos anos 1990,

é a contramão dos antigos caminhos migratórios. Grande parte dos migrantes, hoje um “excedente demográfico” não absorvido econômica e socialmente na região de destino, tem sido mobilizada para o caminho de volta. É a compreensão pelos migrantes de que já não é possível qualquer mobilidade social ou até mesmo sobreviver nos grandes centros urbanos. O mesmo ocorre com os migrantes em direção às fronteiras agrícolas, cuja dimensão social e cultural era dada pela possibilidade de acesso à terra: atualmente, quem migra para as fronteiras se depara, na maioria das vezes, com a possibilidade de se tornar tão somente um trabalhador temporário.

Nessa abordagem, o caráter temporário das migrações tem diferenças conceituais, já que a simples ausência fora do lugar originário se veicula à questão de qual período o fato ocorrer:

Se, em termos demográficos, a duração – o temporário – é essencial para o estudo das migrações temporárias, em termos sociológicos o essencial é a concepção de ausência. É temporário, na verdade, aquele migrante que se considera a si mesmo “fora de casa”, “fora do lugar”, ausente, mesmo quando, em termos demográficos, tenha migrado definitivamente. É aquele que se considera fora do seu lugar, fora de “suas” relações sociais, e que, no limite, não se considera dentro mesmo quando está. Se a ausência é o núcleo da consciência do migrante temporário, é porque ele não cumpriu e não encerrou o processo de migração, com seus dois momentos extremos e excludentes a dessocialização, nas relações sociais de origem, e a ressocialização, nas redes sociais de “adoção”. Ele se mantém, pois, na duplicidade de duas socializações, de duas estruturas de relações sociais diversas entre si. Ele vive a marginalidade das duas situações sociais. É sempre o outro, o objeto, e não o sujeito. É sempre o que vai voltar a ser e não o que é. A demora desse reencontro define a migração temporária (MARTINS, 1986, p. 49)

O desenrolar histórico de migrações na sociedade brasileira é visto pelo que se dá nas regiões. A exclusão étnica se verifica em momentos temporários ou permanentes, mas, mesmo assim a diversidade cultural avança e marca presença em cada ambiente. Devido à essa diversidade discute-se o preconceito etnocultural na escola.

2.3 PRECONCEITO ETNOCULTURAL NO AMBIENTE ESCOLAR

Durante o processo de aprendizagem, os indivíduos podem aprender saberes compartilhados, cada um a seu tempo, alguns de forma mais rápida do que outros. O conhecimento transmitido na escola é o ato de aprender que vai muito além de seus muros. As condições de aprender algo e ensiná-lo aos que lhe cercam são meios de combater a ação preconceituosa. A conscientização e o respeito às

diferentes culturas compõem os conteúdos da educação do brasileiro, em defesa da ideia de cidadania e igualdade de direitos.

O ambiente educacional é lugar de transmitir conhecimentos, sendo frisado e esperado que seja espaço acolhedor e de socialização étnica. As diferenças culturais são mencionadas em casos de discriminação. Nogueira (2007, p. 78) pontua que o preconceito racial apresenta

[...] uma disposição (ou atitude) desfavorável, culturalmente condicionada, em relação aos membros de uma população, aos quais se têm como estigmatizados, seja devido à aparência, seja devido a toda ou parte da ascendência étnica que se lhes atribui ou reconhece. Quando o preconceito de raça se exerce em relação à aparência, isto é, quando toma por pretexto para as suas manifestações os traços físicos do indivíduo, a fisionomia, os gestos, o sotaque, diz-se que é de marca; quando basta a suposição de que o indivíduo descende de certo grupo étnico para que sofra as consequências do preconceito, diz-se que é de origem.

Estabelecem-se metas a serem trilhadas no decorrer do ano letivo como desenvolver estratégias para a execução de atividades que promovam a integração de alunos e alunas. Dessa forma, para a realização dessas ações é fundamental para que haja o seu planejamento. Freire (2002, p. 10) aborda essa questão assim:

Todo planejamento educacional, para qualquer sociedade, tem que responder às marcas e aos valores dessa sociedade. Só assim é que pode funcionar o processo educativo, ora como força estabilizadora, ora como fator de mudança. Às vezes, preservando determinadas formas de cultura. Outras, interferindo no processo histórico, instrumentalmente.

Nessa linha, o preconceito étnico pode ser trabalhado no contexto escolar, porém com cautela. As práticas educativas não podem ser excludentes e discriminatórias, e sim iguais, mas “[...] acabam sendo as mais discriminatórias. Essa afirmação pode parecer paradoxal, mas, dependendo do discurso e da prática desenvolvida, pode-se incorrer no erro da homogeneização em detrimento do reconhecimento das diferenças” (GOMES, 2001, p. 86). A ideia de uma educação homogênea provém da chegada dos padres jesuítas ao Brasil, com seu projeto educacional, como prescreve Albuquerque (1993, p. 18):

A transmissão de uma educação homogênea – mesma língua, mesma religião, mesma visão de mundo, mesmo ideal de ‘homem culto’, letrado e erudito – plasmando, de norte a sul, uma identidade cultural; a catequese como processo de aculturação, embora destrutiva, de filhos de colonos e

órfãos, trazidos de Portugal, com meninos índios e mestiços, elidindo a distinção de raças e dissolvendo costumes não europeus; a contraposição da escola e da Igreja à autoridade patriarcal da casa grande.

Ao tratar desse assunto, considera-se que o trabalho político-pedagógico bem elaborado e estruturado que atende as vertentes históricas e sociais. Isso gera uma nova pedagogia que passa pela

[...] determinação histórica dos que atuam e vivem na escola; que questione a educação e seus compromissos com a dominação, submissão e disciplinarização em nossas sociedades contemporâneas; que critique o saber produzido e veiculado na escola, discutindo as condições de vida dos indivíduos, pode auxiliar na construção de outra escola e de outras práticas sócio pedagógicas (BARROS, 1997, p. 226).

Trazendo essa ideia para a realidade vivenciada pelo povo vicentinopolino, os novos migrantes, sendo maioria nordestinos, a escola discutiu o seu papel. As características regionais desse grupo foram incorporadas aos moldes tradicionais do povo local. As diferenciações étnicas, muitas vezes interpretadas de forma pejorativa, podem gerar situações conflituosas em sala de aula, não ficando despercebidas, conforme relatou a participante Rezende: “[...] houve momentos em que deparamos com algumas brincadeiras constrangedoras entre eles”. Tais brincadeiras eram provocadas mais pela falta de adaptação entre estudantes do que pelo próprio cunho de preconceituoso:

Nossa clientela de alunados são em maioria vulneráveis, ou seja, pessoas simples de nossa comunidade, mas uma vez ou outra, acaba que houve por parte deles alguns tipos de discriminação e preconceito, mas acreditamos que era por falta de adaptações com as variantes das linguagens (PARTICIPANTE REZENDE, 2023).

Em busca de resolver momentos de conflitos, seguindo as orientações propostas pela Seduce, com a temática etnia e diversidade cultural, a escola direcionou os trabalhos coletivos que visavam à conscientização de seu público. Peças teatrais foram promovidas em que o preconceito e a discriminação étnica trataram do tema de socializar os grupos.

A participante Rezende abordou como aconteceu o processo de socialização entre os discentes da escola. “[...] unidade escolar procurou trabalhar de forma ampla todos os estes conceitos, embora a própria Seduce em consonância com

seus projetos também implantava temas para serem trabalhados dentro desta etnia”. Já a participante Wilma Santos apontou que “[...] a socialização foi de aprendizado em ambos devido a diversidade cultural. Acredito que não houve nenhuma forma de discriminação ou preconceito e sim uma convivência pacífica”.

Valorizando essa iniciativa, a participante Silva ressaltou as dificuldades enfrentadas ao trabalhar com alunos migrantes. Um dos pontos mais vistos é a linguagem com vocábulos usados pelos recém-chegados à instituição, em que “[...] foram recebidos com certo receio e até um pouco de curiosidade, pois apresentavam muitas diferenças no que diz respeito ao vocabulário, dicção, uso de palavras com significado diferente do usual para nós, entre outros aspectos”.

Essas variantes linguísticas são expressões coloquiais: “[...] então pronto, meu modo deu falá, eu já se adaptei, eu rá aprendi fazê”. Elas são comuns na oralidade de muitas pessoas, mais vistas em originários do Nordeste. Essas colocações da fala informal foram mencionadas pela participante Rodrigues, ex-aluna do EJA do colégio, de que o sotaque dito é bastante característico de sua região:

É a respeito minha e da minha família, eu fui muito bem recebida, teve algumas brincadeiras pelo sutaque, pelo jeito deu falá. Que eu também levava na esportividade. Mas, assim, eu também tive amigas também que eram lá do Rio Grande do Norte, que trabalhou como empregada doméstica e que assim, pra elas, elas já passaram por momento constrangedor, mas da minha parte eu não tive, não, fui sempre bem, bem recebida mesmo aqui. (PARTICIPANTE RODRIGUES, 2023).

Nessa questão, a participante Pires relatou que, “[...] no início os alunos tiveram um pouco de rejeição pelo modo de falarem e agirem com o nosso jeito de falar, mas depois foram se interagindo”. Nas perspectivas regionais da oralidade coloquial, como forma de promover a socialização de estudantes, a instituição de ensino utilizou estratégias contra o preconceito etnocultural, tais como: projetos, peças teatrais e palestras, como já mencionado. A participante Rezende assim destacou: “[...] além de executar os projetos referentes à etnia, também realizávamos peças teatrais e palestras com temas correspondentes”.

A participante Silva observou que a unidade escolar repensou sua prática pedagógica para atender estudantes da casa e os recém-chegados, “[...] levando em consideração as novidades que traziam na bagagem cultural, como vocabulário etc.”

Nos apontamentos das professoras Rezende, Silva e Pires, o sotaque na linguagem regional trata da caracterização de grupos e da significação de palavras. As variantes linguísticas elucidam as mudanças da língua, cabendo o trabalho contra a discriminação vinculada ao preconceito linguístico. A maneira de pronunciar as palavras gera brincadeiras vistas como ato preconceituoso. Sobre isso, Bagno (2009, p. 32) trata as variedades linguísticas como fundamentais no ensino escolar, sendo

[...] fato comprovado de que a norma linguística ensinada em sala de aula é, em muitas situações, uma verdadeira “língua estrangeira” para o aluno que chega na escola proveniente de ambientes sociais onde a norma linguística empregada no cotidiano é uma variedade de português não-padrão.

A Língua Portuguesa mostra suas variantes de linguagem coloquial e da norma culta. Nessa, a estrutura gramatical para textos científicos segue a norma de produção, mas, naquela, o diálogo cotidiano regional tem variantes, muitas sendo fontes de estudo. Elas evidenciam os modos diferentes de falar, dependendo da situação, conforme Gomes (2007, p. 74):

Essas variedades dependem de uma convenção social, ou seja, existem expectativas quanto à forma de falar das pessoas em determinada situação e, quando essa expectativa não é atendida, existe algum tipo de conflito entre os interlocutores, seja por uma repreensão ou apenas um franzido na testa.

Essas variantes linguísticas regionais ou geográficas, chamadas dialetos¹⁰, marcam a singularidade de falantes. Elas podem ser reflexos da miscigenação, desde a colonização portuguesa, sendo o fato mais notório a imigração de povos de diversos países que vieram ao Brasil. As especificidades linguísticas são provenientes dos ensinamentos repassados nas gerações. Os falantes internalizam a linguagem induzida pelo convívio do grupo. Esse processo acontece de forma natural e espontânea, de acordo com Perini (1999, p. 13):

Qualquer falante de português possui um conhecimento implícito altamente elaborado da língua, muito embora não seja capaz de explicitar esse conhecimento. E esse conhecimento não é fruto de instrução recebida na

¹⁰ É uma linguagem própria de determinadas comunidades e que existe simultaneamente à outra língua.

escola, mas foi adquirido de maneira tão natural e espontânea quanto a nossa habilidade de andar.

Essa naturalidade ao aprender os conhecimentos transmitidos pelo grupo em contato, geralmente advém do ambiente familiar. O uso da língua informal não se preocupa com norma padrão ou regra gramatical, e sim com a compreensão dos discursos comuns no meio étnico do qual se faz parte. Desse modo, as diferenciações da linguagem se identificam nas variantes linguísticas, o que envolve a língua falada em dado contexto.

A linguagem exibindo sua variação não cabe ser homogênea ou uniforme. Desse modo, a Língua Portuguesa é representada por vasta variedade, o que a difere em falantes de Portugal, Brasil, Angola, Moçambique, Cabo Verde e outros estados internacionais. Isso é a heterogeneidade da língua nos contextos que figuram a ciência linguística:

O monolinguismo é uma ficção. Toda e qualquer língua humana viva é, intrinsecamente e inevitavelmente, heterogênea, ou seja, apresenta variação em todos os seus níveis estruturais (fonologia, morfologia, sintaxe, léxico etc.) em todos os seus níveis de uso social (variação regional, social, etária, estilística etc.) (BAGNO, 2009, p. 27-28).

Essa reflexão linguística parte da construção ou formação da linguagem na mente do falante. A questão linguística é mais prática do que teórica, sendo a sala de aula espaço

[...] para o estudo explícito da gramática, desde que ele não seja visto como um fim em si mesmo nem como o aprendizado de um conjunto de dogmas, de verdades absolutas e imutáveis: a reflexão sobre a língua deve ser feita por meio da investigação de fatos linguísticos reais, em manifestações faladas e escritas (BAGNO, 2009, p. 15).

Essa manifestação linguística da gramática tradicional ou da norma culta tem representação de conhecimento cultural. Mas é vista como pertencente ao grupo elitizado, pois ela marca as diferenças dos falantes:

Ela representa no imaginário coletivo, a língua supostamente falada pelas camadas sociais de prestígio, que detêm o poder econômico e político no país. Essas classes privilegiadas veem na norma-padrão conservadora um elemento precioso de sua própria identidade, a maneira de falar marca uma diferença (e até uma rejeição) em relação à língua da plebe, da refameia, à língua “vulgar” (BAGNO, 2014, p. 172).

Historicamente, a língua culta, durante décadas, foi um privilégio usufruído por parte da burguesia, pois os demais não tinham acesso à educação. Dessa forma, a língua serve como instrumento de poder ao que detém seu saber, popularizado pela massa como aquele que fala bonito, na verdade, corretamente. Ramos (2011, p. 12) enfatiza que

A classe dominante utiliza a norma culta principalmente por ter maior acesso à escolaridade e por seu uso ser um sinal de prestígio. Nesse sentido, é comum que se atribua um preconceito social em relação à variante popular, usada pela maioria dos brasileiros. esse preconceito não é a razão linguística, mas social. Por isso, um falante deve dominar as diversas variantes porque cada um tem seu lugar na comunicação cotidiana.

O domínio da linguagem expressa características excludentes, se for considerado o preconceito linguístico estruturado por antigos padrões que definiam as sociais cultas das incultas. Se a pessoa traz um sotaque em seus discursos não significa que seja menos culta do que outra que não manifeste tal sotaque. Isso é apenas uma maneira de portar-se no uso da língua, mas acaba por definir grupos uns dos outros.

A chegada de operários e familiares em Vicentinópolis repercutiu nessa vivência de mudança cultural evidente em dialetos, vestuários, hábitos gastronômicos. Iniciou-se a adaptação de migrantes e sociedade local. Para as melhores condições de vida, importava haver o bom convívio entre os moradores pioneiros e os novos.

O que se observa, desde então, é a superação da discriminação etnocultural advinda da mutação cultural. A classe elitizada traz consigo crenças, costumes e padrões bem diferentes do público novo. Esse se incorporou na vivência tradicionalista do local e participou do crescimento populacional etnográfico. A mutação étnica evidencia, assim, a transformação no contexto educacional. Os migrantes de outras regiões trouxeram consigo seu modo de vida para Goiás. Mudaram suas vidas também, e muitos deles concluíram o ensino médio pelo EJA no Colégio Estadual de Vicentinópolis, sendo exigência da Usina Caçu para permanecerem nos empregos.

A oferta do ensino de qualidade era preocupação dos atores da escola. Nos relatos, em determinadas situações, o preconceito linguístico foi visto, quando os discursos com sotaque expressam o regionalismo nordestino. Mas, com o tempo, a

linguagem desse grupo não causava mais estranheza, até sendo incorporada em eventos do contexto educacional.

O domínio de conteúdos e regras capacita o indivíduo a expressar-se nas relações sociais em diferentes circunstâncias. Pensa-se que as experiências trazem o sentido do papel da escola em cumprimento ao ato de ensinar. As condições da educação servem para que estudantes aprendam a lidar com o outro. Professores contemplaram o assunto da socialização dos recém-chegados à instituição.

O ambiente educacional passou por transições político-pedagógicas, cujos trabalhos tiveram ponto de equilíbrio entre estudantes tradicionais locais e os migrantes oriundos da região nordeste do País, como já mencionado. Os profissionais da educação tiveram papel reconhecido pela importância de saberem executar as atividades e promover os eventos. As narrativas dos participantes enfatizam o ensino-aprendizagem de conteúdos e de vivência. As vertentes culturais foram incorporadas ao contexto da sala de aula. Com isso, houve o conhecimento de que os perfis característicos de cada indivíduo são partes da formação do povo brasileiro.

CAPÍTULO 3 - A ESCOLA PARA INTEGRAÇÃO ENTRE AS DIFERENÇAS ÉTNICAS NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA

Esse capítulo aborda uma apreciação reflexiva sobre as diferenças étnicas, tendo como foco questões que envolvem a valorização e o respeito às diferentes etnias que compõem o cenário sociocultural brasileiro. Para tanto, pensa-se que a variedade de culturas envolve a integração dos indivíduos, de modo natural, sem coação ou constrangimento, ao convívio social de uma região.

3.1 CULTURA E SEUS PARÂMETROS MULTIPLICATIVOS DE VARIEDADES

A sociedade brasileira apresenta um quadro de desigualdade social muito grande, devido aos padrões socioeconômicos que desencadeiam os parâmetros multiplicados de variedades culturais. Essa realidade é notada na reorganização regional em que se vê mais ou menos desigualdade social. Os integrantes de uma comunidade migram do seu *lócus* e levam a cultura. Essa tem sentido etnológico complexo e se institui por diversos aspectos da mudança da sociedade.

A cultura é mais do que apenas a hereditariedade biológica, originando de crenças, expressões e necessidades da vida. Então, pode se falar em integração da diversidade cultural em todos contextos complexos, mas o enfoque aqui é o campo socioeducacional. O processo do ensino-aprendizagem norteia as diferenças culturais dos povos.

Ibáñez (1998) retrata sobre a variedade de culturas no mundo cada vez mais uniforme. Ele se refere à mundialização da cultura pela multiplicação de canais de comunicação e outras tecnologias, em que

[...] os modos de vida, os costumes, e os produtos, possam chegar a ser contemplados, admirados e imitados, em todos os cantos do planeta. A rádio, a televisão, o cinema, os periódicos, os livros, os satélites de comunicação e a internet ganham uma difusão crescente. Qualquer mensagem audiovisual pode chegar quase instantaneamente a todo o planeta. [...] Frente a essa civilização uniforme, aparece também o desejo de manter o próprio, o original, a identidade de cada grupo e pessoa. Este reconhecimento das culturas minoritárias é um fenômeno que tem adquirido especial intensidade desde a segunda metade do século XX (IBÁÑEZ, 1998, p. 90-1).

Nesse ponto, vê-se o contato entre culturas bem distintas, havendo convivência plural que precisa superar as diferenças. A diversidade é o reconhecimento das múltiplas culturas, ocorrendo em instituições de educação de modo claro. O ambiente educacional constitui o espaço de integração de estudantes residentes, migrantes e itinerantes de sua mediação.

A escola, em aspecto geral, estrutura-se em parâmetros, diretrizes e normativas a serem executadas, trazendo propostas de trabalho de interação socioeducacional, sem distinção étnica para receber seu público. Nessa conjuntura, a questão da pluralidade cultural passa por desafios da discriminação e introduz temas transversais¹¹

O grande desafio da escola é investir na superação da discriminação e dar a conhecer a riqueza representada pela diversidade etnocultural que compõe o patrimônio sociocultural brasileiro, valorizando a trajetória particular dos grupos que compõem a sociedade. Nesse sentido, a escola deve ser local de diálogo, de aprender a conviver, vivenciando a própria cultura e respeitando as diferentes formas de expressão cultural (PCNs, 2006, p. 28).

Esse pensamento está no Parecer 017/2001, do Conselho Nacional de Educação (CNE), ao reconhecer o direito da identidade própria do indivíduo, o que significa assegurar-lhe oportunidades:

A consciência do direito de constituir uma identidade própria e do reconhecimento da identidade do outro se traduz no direito à igualdade e no respeito às diferenças, assegurando oportunidades diferenciadas (equidade), tantas quantas forem necessárias, com vistas à busca da igualdade. O princípio da equidade reconhece a diferença e a necessidade de haver condições diferenciadas para o processo educacional (BRASIL, 2001, p. 11)

O público estudantil não é culturalmente igual, tratá-lo de maneira homogênea acaba banalizando o processo da diversidade cultural. Araújo Ulisses (1998, p. 44) aponta que

[...] a escola precisa abandonar o modelo no qual se esperam alunos homogêneos, tratando como iguais os diferentes, e incorporar uma concepção que considere a diversidade tanto no âmbito do trabalho com os conteúdos escolares quanto no das relações interpessoais. É preciso que a escola trabalhe no sentido de mudar suas práticas de ensino visando o sucesso de todos os alunos.

¹¹ Conforme o MEC, esses temas se voltam para a compreensão da realidade social, de direitos e deveres da vida, com o princípio da participação política.

As instituições de ensino repensam o seu papel formador, buscando vertentes e possibilidades de novas mudanças sociais. Gadotti (1992, p. 21) ressalta a escola com sua perspectiva de “[...] abrir os horizontes de seus alunos para a compreensão de outras culturas, de outras linguagens e modos de pensar, num mundo cada vez mais próximo, procurando construir uma sociedade pluralista”. Sobre isso, Peres (2000, p. 121) assinala que a escola se define

[...] como um lugar de encontro, diálogo, afeto, convivência, onde todos e cada um se sintam bem e possam participar e intervir em atividades instrutivas/educativas, interessantes e estimulantes, independentemente das diferenças de raça, etnia, sexo, idade, religião, língua, cultura – uma escola aberta à negociação e à diversidade cultural, ou seja, um escola multi-intercultural.

O ambiente escolar propaga conhecimentos e negocia sua participação social com atividades de interação e aprendizado. O modo de ensinar transmite saber e induz a internalização de algo. A criança ao chegar à escola já possui algum conhecimento que é sua cultura. Essa entra em contato com outras, fato que ocorre o efeito multiplicativo de variedades culturais.

No ambiente educacional, esses conhecimentos atingem graus de troca de experiências, de linguagens. Os educadores fazem parte dessas vivências e podem zelar pela harmonia estudantil, atuando contra a exclusão. A escola, assim, propaga mudanças na sociedade, sendo processo cultural que compreende a ação de combater as relações discriminatórias. Também é ação político-educacional, respeitando as peculiaridades e as limitações de cada pessoa.

No âmbito escolar, é possível a superação de situações de exclusão, vivenciando a garantia de direitos. A diversidade é direito garantido nas legislações brasileiras para a participação social. A integração de diferentes grupos étnicos está prevista com a reestruturação do sistema educacional. Essa reestrutura tem o modelo de sistema psicossocial que oferece ambiente democrático.

Nessa conjuntura, a educação faz distinções de estudantes para fazer a integração deles. Ela é inclusiva com prática dinâmica de cidadania e estimulação do conhecimento em que alunos e alunas se reconhecem nessa construção da cultura. Essa educação integradora visa à abrangência das variedades culturais, contemplado as particularidades do indivíduo e desmistificando antigos preconceitos da linguagem. Estudantes precisam participar das metas pedagógicas da escola. Ela

promove ações de elevar a autoestima, desenvolver trabalho em equipe, conscientizar vivência solidária, integrar etnias diferentes e transmitir saberes.

Assim, as culturas representam peculiaridades de cada grupo étnico, mas passam por transições de valores e conceitos. Os parâmetros de observar culturas são multiplicativos pela aceitação harmoniosa de sua diversidade etnocultural para a promoção do conhecimento. As pessoas conscientes são estimuladas a desenvolver o seu papel cidadão na sociedade.

3.2 DIVERSIDADE ETNOCULTURAL PARA A EXPANSÃO DO CONHECIMENTO CULTURAL DE UM POVO

A sociedade brasileira contemporânea é olhada de modo profundo, a partir de seu passado de migrações, em que as narrativas dos participantes desta dissertação revelam a diversidade etnocultural vicentinopolina. Essa visão desvenda mudanças sociais vindas das culturais para a expansão do conhecimento historiográfico ao longo dos anos.

Desde o expansionismo da globalização tecnológica¹², o mundo passa por constantes transformações sociopolíticas e outras, mas a diversidade etnocultural sempre existiu e interfere no cotidiano das pessoas. Seu impacto aponta para a integração do conhecimento no que diz respeito à cultura. Mediante tais mudanças sociais, discute-se a valorização do outro, sendo pautado que todos são igualmente integrantes e importantes na sociedade.

O processo evolutivo cultural repensa atitudes de atos preconceituosos e discriminatórios e busca as possibilidades de interação entre os indivíduos. O respeito ao outro tem a ver com o reconhecimento da dignidade humana, sendo isso ético contra a minimização das minorias. Ao compreender o outro como parte de um meio comum, aceita-se a troca de experiências vivenciadas e remetidas como cultura. Tais experiências vão sendo adquiridas e internalizadas, culturalmente repassadas por gerações, numa espécie de acordo entre as pessoas.

Esse processo entrelaça culturas, sendo fator importante de conhecimento transmitido no grupo. A aquisição do conhecimento acontece nas vias de quem

¹² É o processo pelo qual as mesmas ferramentas tecnológicas são desenvolvidas e utilizadas em conjunto em todos os países do mundo, como por exemplo: o intercâmbio, não só de bens e serviços, mas também de conhecimento.

ensina e de quem aprende, mas todos são construtores desse saber, com atenção de que o ensino-aprendizagem ocorre nesse entrelaçamento de vivências.

Então, se todas as pessoas ensinam e aprendem, o ambiente educacional promove interação de saberes, no sentido de elas terem voz para a expressão do pensamento e das experiências. Dessa forma, âmbito escolar agrupa indivíduos da sociedade vicentinopolina na troca de conhecimentos. Migrantes repassaram e receberam culturas do mesmo modo que os moradores locais. Elas interagiram com o povo até fazerem parte da cultura regional, enquanto presentes nessa integração.

Essa realidade destaca a culinária nordestina que foi investida nos comércios, pois determinados alimentos consumidos pelo povo nordestino não eram encontrados nos supermercados, mas passaram a ser vistos nas prateleiras. A população local também passou a consumi-los, o que caracteriza a diversidade etnocultural gerando conhecimento e mudança cultural do povo.

Na mesma proporção de saber etnocultural, a culinária regional goiana também se faz presente na vida dessas pessoas, como relata a participante Rodrigues sobre as duas gastronomias. Ela mencionou a sua boa adaptação e gosto pelas tipicidades da região:

Já eu tenho muitas amigas que, que falava que não comia cuscuz, hoje em dia, briga para mim fazer cuscuz pra elas. E tipo assim, têm vários outros tipos de comida, a tapioca, éh, também tirando nu. Nas brincadeiras que tinham que era meu modo deu falá, era eu falá o nome pudim que eles pegavam no meu pé, pelo jeito deu falá, né? Nós brincava muito, e assim, hoje em dia aqui no Goiás, né? aqui, já a comida nordestina já têm vários tipos aqui no Goiás, e tem muita gente aqui já gosta, viu?

A complementação da preferência culinária dos povos aparece como junção de diversidades, havendo algumas similaridades. Isso mostra a inserção de tipicidades nordestinas em Goiás. O participante Santos relatou que alunos migrantes já estão inseridos na sociedade vicentinopolina atual, pelo que houve sua transformação:

As características da população mudaram, adotamos várias características trazidas por eles, tanto na alimentação, vocabulário, quanto na maneira de se vestir. Hoje comemos cuscuz, falamos várias palavras que antes não fazia parte de nosso vocabulário, além de ser comum ver homens de chinelo e calça jeans, algo que não se via antes.

Corroborando com esse pensamento, a participante Rezende destacou as mudanças ocorridas na cidade desde a chegada de migrantes: “[...] houve, sim, um processo etnocultural, do qual esses migrantes já conseguiram socializar bem aos nossos costumes, assim como nossos alunos também já conseguiram adaptar aos vocabulários e cultura dos mesmos”. Também a participante Pires (2023) complementou assim: “[...] com certeza houve um grande impacto, a nossa cidade passou a ficar mais movimentada, a economia mudou, as crenças aumentaram. Hoje o nosso município é outro”. O ato de ensinar e aprender, muitas vezes, estabelece-se por fatos socioculturais dentro e fora do ambiente escolar. As atividades seguem a repetição geradora do conhecimento, ou seja, práticas pedagógicas do ensino observam a realidade.

Alunos migrantes inseridos como regulares no colégio da cidade ocorreu, primeiro, por ser um direito constitucional de todos terem acesso à educação e, segundo, pelo reconhecimento de que o migrante de sua região não pode ser privado da educação básica local, oferecida de forma igualitária, sem qualquer tipo de distinção. A unidade de ensino cumpriu esse papel, recebendo esse público de estudantes, como colocou a participante Rezende:

Nesta ocasião do ano de 2007, chegaram muitos migrantes em nosso município de Vicentinópolis, dos quais nossa instituição de ensino acolheu a todos, até porque tínhamos vagas disponíveis referente as matrículas. Onde os mesmos puderam participar de todo o processo ensino aprendizagem de nossa unidade escolar.

Para tanto, há algumas leis que regulam e normatizam esse direito devido pelo Poder Público. O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) aponta que toda pessoa tem direito à educação, à cultura, ao esporte e ao lazer, como prevê o art. 53:

Art. 53. A criança e o adolescente têm direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho, assegurando-se lhes:

- I – igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
- II – direito de ser respeitado por seus educadores;
- III – direito de contestar critérios avaliativos, podendo recorrer às instâncias escolares superiores;
- IV – direito de organização e participação em entidades estudantis;
- V – acesso à escola pública e gratuita próxima de sua residência.

Parágrafo único. É direito dos pais ou responsáveis ter ciência do processo pedagógico, bem como participar da definição das propostas educacionais.

Esse dispositivo legal, no art. 54, coaduna com o que prescreve a LDB/1996, em seu art. 4º, sobre o dever estatal de assegurar o ensino gratuito à criança e ao adolescente:

Art. 54. É dever do Estado assegurar à criança e ao adolescente:

- I – ensino fundamental, obrigatório e gratuito, inclusive para os que a ele não tiveram acesso na idade própria;
- II – progressiva extensão da obrigatoriedade e gratuidade ao ensino médio;
- III – atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino;
- IV – atendimento em creche e pré-escola às crianças de zero a cinco anos de idade; (Redação dada pela Lei nº 13.306, de 2016);
- V- acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um;
- VI – oferta de ensino noturno regular, adequado às condições do adolescente trabalhador;
- VII – atendimento no ensino fundamental, através de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde.

§ 1º O acesso ao ensino obrigatório e gratuito é direito público subjetivo.

§ 2º O não oferecimento do ensino obrigatório pelo poder público ou sua oferta irregular importa responsabilidade da autoridade competente.

§ 3º Compete ao poder público recensear os educandos no ensino fundamental, fazer-lhes a chamada e zelar, junto aos pais ou responsável, pela frequência à escola.

Para efetivar essa garantida a todos, o CNE, na Resolução 03, de 16 de maio de 2012, define as diretrizes para o atendimento de educação escolar para populações em situação de itinerância:

Art. 1º As crianças, adolescentes e jovens em situação de itinerância deverão ter garantido o direito à matrícula em escola pública, gratuita, com qualidade social e que garanta a liberdade de consciência e de crença.

Parágrafo único. São considerados crianças, adolescentes e jovens em situação de itinerância aquelas pertencentes a grupos sociais que vivem em tal condição por motivos culturais, políticos, econômicos, de saúde, tais como ciganos, indígenas, povos nômades, trabalhadores itinerantes, acampados, circenses, artistas e/ou trabalhadores de parques de diversão, de teatro mambembe, dentre outros.

Art. 2º Visando à garantia dos direitos socioeducacionais de crianças, adolescentes e jovens em situação de itinerância os sistemas de ensino deverão adequar-se às particularidades desses estudantes.

Art. 3º Os sistemas de ensino, por meio de seus estabelecimentos públicos ou privados de Educação Básica deverão assegurar a matrícula de estudante em situação de itinerância sem a imposição de qualquer forma de embaraço, preconceito e/ou qualquer forma de discriminação, pois se trata de direito fundamental, mediante autodeclaração ou declaração do responsável.

§ 1º No caso de matrícula de jovens e adultos, poderá ser usada a autodeclaração (BRASIL, 2012, p. 14).

Todos os estudantes têm direito à educação sem distinção étnica e preconceito. Segundo a Lei 7.716, de 5 de janeiro de 1989, o crime de preconceito de raça ou de cor tem pena de reclusão:

Art. 1º Serão punidos, na forma desta Lei, os crimes resultantes de discriminação ou preconceito de raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional. (BRASIL, 1989, p. 1).

Art. 6º Recusa, negar ou impedir a inscrição ou ingresso de aluno em estabelecimento de ensino público ou privado de qualquer grau.

Pena: reclusão de três a cinco anos.

Parágrafo único: Se o crime for praticado contra menor de dezoito anos a pena é agravada de 1/3 (um terço) (BRASIL, 1989, p. 2).

O dispositivo legal busca reprimir a discriminação de grupos, sendo proibido que a rede pública de ensino recuse de receber alguém por questões étnicas. A percepção de que houve preconceito pode configurar o infrator a responder pelo crime. Os diferentes grupos étnicos fazem parte da construção do povo brasileiro, sendo natural contexto educacional. A legislação figura o tratamento igualitário, portanto, sem nenhuma preferência de uns sobre outros.

Cada grupo étnico traz consigo sua história, cultura, gastronomia e seu modo de expressão e viver no espaço inserido. Uns revelam traços de significação cultural, outros se mostram quase imperceptíveis no ambiente sociocultural do qual fazem parte. De todo modo, há interação de culturas, às vezes, conflitantes entre si.

O conhecimento expresso de experiências vivenciadas tem sua importância, independentemente de algum juízo de valor científico ou do senso comum. A situação cotidiana escolar de diversidade etnocultural inicia o ensino com vivências e comparações de culturas, sem valorizar uma em detrimento da outra. A respeito sobre diferentes grupos étnicos trata dessa compreensão. Para essa tratativa, docentes atuam com motivação e respeito ao público estudantil e de seus pares.

Esses agentes têm papel de facilitar o conhecimento do que vem a ser um convívio harmonioso entre os alunos. A participante Silva mencionou a prática docente quanto aos recém-chegados: “[...] como instituição e como educadores, procuramos valorizar as riquezas e aspectos positivos das localidades de onde vinham esses migrantes e, apresentávamos nossos pontos positivos também”.

Além de rever a didática de trabalho, observando se a prática pedagógica não se impregnou em algum ponto de preconceitos ocultos, o educador norteia a formação intelectual do modelo cultural que requer maneiras de lidar com o novo.

Isso trata de métodos formativos pela educação. Libâneo (1994, p. 17) aponta que “[...] os indivíduos estão envolvidos de modo necessário e inevitável pelo simples fato de existirem socialmente”. A prática educativa decorre dessa organização em que a convivência faz com que seja inevitável as interferências decisivas no contexto cultural.

O pertencimento do grupo já acarreta os meios formativos de (pre)conceitos e culturas. Essas se somam e fazem surgir mais mudanças na vida do povo, levando-os a se adaptarem a aspectos variáveis de ensino-aprendizagem pelas transformações socioculturais. Assim, a compreensão do passado corresponde aos interesses do presente, o que faz parte do complexo desenvolvimento da vida.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo, com o tema diversidade etnocultural no Brasil, tendo o *corpus* o Colégio Estadual de Vicentinópolis-GO, registrou a história oral com memórias de eventos ocorridos de 2007 a 2019. Os 11 participantes relataram o processo historiográfico da compreensão do passado e do presente. Desse modo a indagação - a discriminação etnocultural interfere no desenvolvimento educacional de alunos de diferentes faixas etárias - foi respondida, apresentado as narrativas deles.

A interferência cultural de grupos migrados para Vicentinópolis foi positiva e negativa, dependendo da visão mostrada no desenvolvimento educacional. A linguagem e a gastronomia foram os diferenciais que revelaram a origem do indivíduo. Daí pontuaram-se as características culturais étnicas e também os perfis de comportamento social, culinário e outros. As mudanças advindas das migrações geraram influências de padrões éticos e morais dos vicentinopolinos.

O Brasil e suas regiões passaram por muitos acontecimentos importantes, nem sempre todos registrados. Desse modo, a história oral fez seu papel de não se deixar perder os eventos ocorridos em Vicentinópolis ao longo do tempo. A representação de culturas se investe no ambiente escolar e vai mudando, aos poucos, o aspecto idealizado de raça, cultura e outros perfis dos povos.

A história regional é parte da historiografia apreendida em todo Brasil, explicando a natureza mental do brasileiro. As manifestações da elite intelectual podem determinar a cultura para todos, pois é fator de influência, como se deu do período escravista até esse século. O ideal de raça pura tem raiz na mente dos defensores do branqueamento elitizado. Esse elimina povos e norteia estigmas de pessoas inferiores e superiores.

Diante disso, é fundamental humanizar as relações interpessoais, pelo que o historicismo pode acarretar mudanças positivas no contexto sociocultural. Alguns integrantes da cidade de Vicentinópolis narraram esse processo que desencadeou na ruptura de ideias e figurou as novas características culturais de absorção de grupos étnicos.

A preservação da cultura compõe-se de agrupamento de parâmetros culturais, sendo visto o multiculturalismo brasileiro em cada região. A representação cultural de grupos evidencia o resgate da história oral, pela qual as manifestações artísticas e sociocultural foram integradoras da educação estadual. Novas formas de

compreender essas características fundamentaram os discursos trazidos pelos participantes.

Os diferentes grupos étnicos que compõem a sociedade local têm consciência de sua atuação como cidadãos que se expressam nessa integração etnocultural. Entretanto, essa integralização não se deu rapidamente, mas de modo gradativo. Atualmente, os migrantes fazem parte do povo como se dele sempre fosse parte. A influência da tecnologia e da mídia é meio de formação de padrões, debatendo questões de preconceitos.

As mudanças de aceitação de grupos numa sociedade passam por mostras preconceituosas em determinados contextos. Os momentos discriminatórios são rebatidos pela educação e os agentes da educação atuam na construção do conhecimento e na transformação do pensamento do povo. O exercício docente consegue alcançar todos os indivíduos de diferentes níveis educacionais, econômicos e sociais.

Os relatos, assim, mostraram a história de mudanças da visão migratória dos vicentinopolinos. Seus aspectos socioculturais retrataram a educação pública com sua prática político-pedagógica de diversidade cultural de valores. A linguagem constituída por regionalismos foi pauta de discussão em eventos escolares. Essa educação se volta para diversidade etnocultural da escola para o mundo. O desempenho de seus atores norteia as propostas de conscientização das diferenças de grupos. Assim, o ato de ensinar trata das culturas e da importância da troca de experiências vivenciadas pelos grupos étnicos.

REFERÊNCIAS

ABHO - Associação Brasileira de História Oral. **História oral**. 2023.

ALBUQUERQUE, R. C. Educação e modernidade no Brasil. Fórum nacional as bases do desenvolvimento moderno, 5. São Paulo. **Anais...** São Paulo: Nobel, 1993.

AMADO, Janaína. Nós e o espelho. FERREIRA, M. M.; FERNANDES, T. M.; ALBERTI, V. (Orgs.). **História oral: desafios para o século XXI**. 2. ed. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2000. p. 105-112.

ARAÚJO, Ricardo Benzaquen. História e narrativa. In: MATTOS, Ilmar Rohloff (Org.). **Ler e escrever para contar: documentação, historiografia e formação do historiador**. Rio de Janeiro: Access, 1998.

ARAÚJO, Ulisses Ferreira de. O déficit cognitivo e a realidade brasileira. In: QUINO, Julio Groppa (Org.). **Diferenças e preconceito na escola: alternativas teóricas e práticas**. 4. ed. São Paulo: Summus, 1998.

BAGNO, Marcos. **Preconceito linguístico: o que é, como se faz**. São Paulo: Loyola, 2009.

_____. **A língua de Eulália**. São Paulo: Contexto, 2014.

BARROS, M. E. B. **A transformação do cotidiano: vias de formação do educador: a experiência da administração de Vitória, ES (1989-1992)**. Vitória: Edufes, 1997.

BOAS. Celso Castro (Org.). **Antropologia cultural**. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. **Diário Oficial da União**, seção I, ano CXXVI, n. 191-A, p. 1, 5 out. 1988.

_____. Lei 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 16 jul. 1990.

_____. Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília, n. 248, 23 dez. 1996.

_____. Lei 7.716, de 5 de janeiro de 1989. Sanciona a lei que define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor. 168º da Independência e 101º da República. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 6 jan. 1989.

_____. Conselho Nacional de Educação. **Parecer 017/2001**. Brasília. MEC/CNE 2001.

_____. Conselho Nacional de Educação. Resolução 03, de 16 de maio de 2012. Define diretrizes para o atendimento de educação escolar para populações em situação de itinerância. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, seção 1, suplemento 95, 17 de maio de 2012.

_____. Ministério da Justiça e Cidadania. Portaria 1.315, de 23 de novembro de 2016. Dispõe sobre a elaboração do Plano Nacional de Políticas para os Povos Ciganos **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, seção 1, suplemento 225, 24 nov. 2016.

_____. **Orientações Educacionais Complementares aos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN+)**. Ciências Humanas e suas tecnologias. Brasília: MEC, 2006.

BRITO, Fausto.; CARVALHO, José Alberto M. Somos um país de jovens? In: ALBUQUERQUE, Edu Silvestre de (Org.). **Que país é esse?** Pensando o Brasil contemporâneo. São Paulo: Globo, 2005.

DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. **História oral: memória, tempo identidades**. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

ECIVIL - Descomplicando a Engenharia. **Eitão**. 2023. Disponível em: <<https://www.ecivilnet.com/dicionario/o-que-e-eitao.html>>. Acesso em: 10 jul. 2023.

FREIRE, P. **Educação e atualidade brasileira**. 2. ed., São Paulo: Instituto Paulo Freire, 2002.

GADOTTI, Moacir. **Diversidade cultural e educação para todos**. Juiz de Fora: Graal, 1992.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GOIÁS. Lei 21.319, de 04 de maio de 2022. Dá denominação ao próprio público que especifica. **Diário Oficial do Estado de Goiás**, Goiânia, GO, ano 185, suplemento 23.789, 04 de maio de 2022.

GOMES, Maria Lúcia de Castro. **Metodologia do ensino da língua portuguesa**. Curitiba: Ibpex, 2007.

GOMES, N. L. Educação cidadã, etnia e raça: o trato pedagógico da diversidade. In: CAVALLEIRO, E. (Org.). **Racismo e anti-racismo na educação: repensando nossa escola**. São Paulo: Selo Negro, 2001.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo de Vicentinópolis-GO**. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/go/vicentinopolis/panorama>>. Acesso em: 15 jun. 2023.

IBÁÑEZ, Ricardo Marín (1998). Desigualdade e identidade no discurso da diversidade. a educação intercultural como uma pedagogia de “baixa densidade”. In: Manuel Ferreira Patrício (Org.) **Globalização e diversidade - a escola cultural, uma resposta**. Porto: Porto, 2002. p. 89-102.

JOUTARD, P. Desafios à história oral do século XXI, FERREIRA, M. M.; FERNANDES, T. M.; ALBERTI, V. (Orgs.). **História oral: desafios para o século XXI**. 2. ed. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2000. p. 31-45.

LE GOFF, J. **História e memória**. Campinas: Unicamp, 1990.

LIBÂNEO, J. C. **Didática**. São Paulo: Cortez, 1994.

LIMA, M. B. Repertórios culturais, identidades étnicas e educação em território de maioria afro-descendente. In: OLIVEIRA, I.; SILVA, P. B. G. e. (Orgs.). **Negro e educação: identidade negra: pesquisa sobre o negro e a educação no Brasil**. São Paulo: ANPEd; Ação Educativa, 2005. p. 85-112.

LOWENTHAL, David. **Como conhecemos o passado**. Projeto História (17). São Paulo: EDUC, 1981.

MARTINE, G. **Populações errantes e mobilidade da reserva de mão-de-obra no Brasil**. Comunicação simpósio sobre crescimento demográfico na base da pirâmide social. Campinas, SP: SBPC, 1982.

MARTINS, J. S. O vôo das andorinhas: migrações temporárias no Brasil. In: _____. **Não há terra para plantar neste verão**. Petrópolis: Vozes, 1986.

NEVES, Margarida de Souza. História e Memória: os jogos da memória. In: MATTOS, Ilmar Rohloff (Org.). **Ler e escrever para contar: documentação, historiografia e formação do historiador**. Rio de Janeiro: Access, 1998.

NOGUEIRA, O. Preconceito racial de marca e preconceito racial de origem - sugestão de um quadro de referência para a interpretação do material sobre relações raciais no Brasil. **Clássicos da Sociologia Brasileira**, Tempo soc. v. 19, n. 1, jun. 2007.

OPUS CONSULTORIA E PESQUISA. **O que é uma pesquisa Survey**. 2003, *online*.

ORTIZ, Renato. **Cultura brasileira e identidade nacional**. São Paulo: Brasiliense, 2006.

PERES, Américo Nunes. **Educação intercultural - utopia ou realidade? Processos de pensamento de professores face à diversidade cultural: integração de minorias migrantes na escola** (Genebra e Chaves). 2. ed. Porto: Profedições, 2000.

PERINI, Mário A. **Gramática descritiva do português**. São Paulo: Ática, 1999.

PORTELLI, Alessandro. Memória e diálogo: desafios da história oral para a ideologia do século XX. in: FERREIRA, M. M.; FERNANDES, T. M.; ALBERTI, V. (Orgs.). **História oral: desafios para o século XXI**. 2. ed. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2000. p. 67-71.

POULET, G. **O espaço proustiano**. Rio de Janeiro: Imago, 1992.

PREFEITURA DE VICENTINÓPOLIS. **História**. 2023. Disponível em: <<https://vicentinopolis.go.gov.br/historia/>>. Acesso em: 10 fev. 2023.

RAMOS, Heloisa. **Por uma vida melhor**. São Paulo: Global, 2011.

APÊNDICES

APÊNDICE A - QUESTIONÁRIOS

Questionário 1) Docentes do Colégio Estadual Professora Clarice da Silva Sales

Profa. 1: Ângela Inácia Vieira Pires

1- Como foram recebidos os alunos migrantes dos estados de Pernambuco, Bahia, Alagoas, Rio Grande do Norte e Maranhão, por parte dos alunos residentes locais a partir do ano de 2007?

No início os alunos tiveram um pouco de rejeição pelo modo de falarem e agirem com o nosso jeito de falar, mas depois foram se interagindo.

2- Como foi a socialização entre os alunos migrantes e os alunos locais? Houve alguma forma de discriminação ou preconceito?

A socialização ocorreu de forma gradativa. A discriminação ocorreu pela maneira de falar.

3- Houve piadas, brincadeiras de cunho pejorativo, bullying entre os alunos?

Sim. Ocorreu pelo bullying, pela forma do sotaque das palavras.

4- Como docente, cite algumas mudanças no contexto socioeducacional da unidade escolar, gerado após a chegada dos alunos migrantes.

Os docentes tiveram que se adaptar em alguns costumes deles como: falar, usar as palavras e até mesmo a comida.

5- Quais as estratégias utilizadas pela instituição e pelo corpo docente para combater a discriminação e o preconceito etnocultural?

A unidade escolar usou várias formas como: conscientização, palestras e eventos para socialização.

6- Com a chegada dos novos moradores, o impacto etnocultural ficou evidente ou a população apresenta a mesma característica cultural que antecede 2007?

Com certeza houve um grande impacto, a nossa cidade passou a ficar mais movimentada, a economia mudou, as crenças aumentaram. Hoje o nosso município é outro.

Prof. 2: Heder Narciso dos Santos

1- Como foram recebidos os alunos migrantes dos estados de Pernambuco, Bahia, Alagoas, Rio Grande do Norte e Maranhão, por parte dos alunos residentes locais a partir do ano de 2007?

Com a construção da usina recebemos muitos alunos vindos do nordeste, a recepção no geral foi boa, os nossos alunos tem grande facilidade de se comunicar e relacionar, em pouco tempo eles já estavam todos juntos e misturados.

2- Como foi a socialização entre os alunos migrantes e os alunos locais? Houve alguma forma de discriminação ou preconceito?

A socialização aconteceu de forma muito tranquila, em qualquer parte do mundo acontece casos esporádicos de discriminação e preconceito, aqui não seria diferente, porém no geral a socialização ocorreu de forma tranquila e rápida.

3- Houve piadas, brincadeiras de cunho pejorativo, bullying entre os alunos?

Um caso ou outro sim, porém brincadeiras de crianças mesmo, em geral os meninos vindos do nordeste se aderem a brincadeira, não levando para o lado pessoal, em sua maioria eles tem orgulho de sua origem e mantêm a fala, o sotaque, para se diferenciar dos alunos goianos.

4- Como docente, cite algumas mudanças no contexto socioeducacional da unidade escolar, gerado após a chegada dos alunos migrantes.

Eu não vejo muitas mudanças, seguimos o currículo goiano, e os meninos que vem de fora que aderem ao nosso sistema de ensino. geralmente eles vem com uma defasagem maior que os alunos da casa, porém em pouco tempo entram no ritmo.

5- Quais as estratégias utilizadas pela instituição e pelo corpo docente para combater a discriminação e o preconceito etnocultural?

Não existe por minha parte uma estratégia específica, nunca passei por um caso em que o aluno se sentisse discriminado, porém a postura dentro da sala é de mostrar que todos são iguais e que não pode haver diferença.

6- Com a chegada dos novos moradores, o impacto etnocultural ficou evidente ou a população apresenta a mesma característica cultural que antecede 2007?

As características da população mudaram, adotamos várias características trazidas por eles, tanto na alimentação, vocabulário, quanto na maneira de se vestir. Hoje comemos cuscuz, falamos várias palavras que antes não fazia parte de nosso vocabulário, além de ser comum ver homens de chinelo e calça jeans, algo que não se via antes.

Profa. 3: Noranez Marques de Freitas Silva

1- Como foram recebidos os alunos migrantes dos estados de Pernambuco, Bahia, Alagoas, Rio Grande do Norte e Maranhão, por parte dos alunos residentes locais a partir do ano de 2007?

Foram recebidos com certo receio e até mesmo um pouco de curiosidade, pois apresentavam muitas diferenças no que diz respeito ao vocabulário, dicção, uso de palavras com significado diferente do usual para nós, entre outros aspectos.

2- Como foi a socialização entre os alunos migrantes e os alunos locais? Houve alguma forma de discriminação ou preconceito?

A socialização aconteceu vagarosamente, certas formas de discriminação e preconceito aconteceram sim.

3- Houve piadas, brincadeiras de cunho pejorativo, bullying entre os alunos?

Houve, mas de maneira sutil, sem grandes problemas, normalmente situações que foram controladas e mediadas por nós educadores.

4- Como docente, cite algumas mudanças no contexto socioeducacional da unidade escolar, gerado após a chegada dos alunos migrantes.

Após a chegada dos alunos migrantes foi necessário repensar nossa prática docente, levando em consideração as “novidades” que traziam na bagagem cultural como vocabulário etc.

5- Quais as estratégias utilizadas pela instituição e pelo corpo docente para combater a discriminação e o preconceito etnocultural?

Como instituição e como educadores procuramos, valorizar as riquezas e aspectos positivos das localidades de onde vinham esses migrantes e, apresentávamos nossos pontos positivos também.

6- Com a chegada dos novos moradores, o impacto etnocultural ficou evidente ou a população apresenta a mesma característica cultural que antecede 2007?

Com a chegada dos novos moradores temporários ou permanentes houve mudanças de hábitos, aprendizado quanto a vocábulos utilizados, na gastronomia, enfim, em vários aspectos.

Profa. 4: Vanda Alves Rezende

1- Como foram recebidos os alunos migrantes dos estados de Pernambuco, Bahia, Alagoas, Rio Grande do Norte e Maranhão, por parte dos alunos residentes locais a partir do ano de 2007?

Nesta ocasião do ano de 2007, chegaram muitos migrantes em nosso município de Vicentinópolis, dos quais nossa instituição de ensino acolheu a todos, até porque tínhamos vagas disponíveis referente as matrículas. Onde os mesmos puderam participar de todo o processo ensino aprendizagem de nossa unidade escolar.

2- Como foi a socialização entre os alunos migrantes e os alunos locais? Houve alguma forma de discriminação ou preconceito?

Nossa clientela de alunados, são em maioria vulneráveis, ou seja, pessoas simples de nossa comunidade, mas uma vez ou outra, acaba que houve por parte deles algum tipo de discriminação e preconceito, mas acreditamos que era por falta de adaptações com as variantes das linguagens.

3- Houve piadas, brincadeiras de cunho pejorativo, bullying entre os alunos?

Sim, houve momentos em que deparamos com algumas brincadeiras constrangedoras entre eles.

4- Como docente, cite algumas mudanças no contexto socioeducacional da unidade escolar, gerado após a chegada dos alunos migrantes.

A unidade escolar procurou trabalhar de forma ampla todos estes conceitos, embora a própria Seduce em consonância com seus projetos também implantava-se temas para serem trabalhados dentro desta etnia.

5- Quais as estratégias utilizadas pela instituição e pelo corpo docente para combater a discriminação e o preconceito etnocultural?

Além de executar os projetos referentes a etnia, também realizávamos peças teatrais e palestras com temas correspondentes.

6- Com a chegada dos novos moradores, o impacto etnocultural ficou evidente ou a população apresenta a mesma característica cultural que antecede 2007?

Analisando os dias atuais podemos considerar que houve, sim, um processo etnocultural, do qual esses migrantes já conseguiram socializar bem aos nossos costumes, assim como nossos alunos também já conseguiram adaptar aos vocabulários e cultura dos mesmos.

Profa. 5: Wilma Maria dos Santos

1- Como foram recebidos os alunos migrantes dos estados de Pernambuco, Bahia, Alagoas, Rio Grande do Norte e Maranhão, por parte dos alunos residentes locais a partir do ano de 2007?

Os alunos migrantes destes estados foram bem recebidos. No entanto, houve um choque cultural por ambos.

2- Como foi a socialização entre os alunos migrantes e os alunos locais? Houve alguma forma de discriminação ou preconceito?

A socialização foi de aprendizado em ambos devido a diversidade cultural. Acredito que não houve nenhuma forma de discriminação ou preconceito e sim uma convivência pacífica.

3- Houve piadas, brincadeiras de cunho pejorativo, bullying entre os alunos?

Infelizmente houve alguns incidentes de brincadeiras de cunho pejorativo.

4- Como docente, cite algumas mudanças no contexto socioeducacional da unidade escolar, gerado após a chegada dos alunos migrantes.

Com a chegada dos migrantes houve algumas mudanças no contexto socioeducacional desta unidade educacional como por exemplo: aula de reforço e adaptação do calendário escolar.

5- Quais as estratégias utilizadas pela instituição e pelo corpo docente para combater a discriminação e o preconceito etnocultural?

Palestras.

Orientação.

Conscientização.

6- Com a chegada dos novos moradores, o impacto etnocultural ficou evidente ou a população apresenta a mesma característica cultural que antecede 2007?

Com a chegada dos novos moradores houve um impacto etnocultural nos costumes, música, comida [...]

Questionário 2 – Usina de Vicentinópolis

Prefeito Neilton Ferreira de Ozêda

Com a instalação da usina Caçu, muitos migrantes vieram para o município em busca de trabalho e melhores condições de vida.

1- De quais estados eram esses trabalhadores?

Pernambuco, Alagoas, Maranhão, Bahia.

2- Quando eles chegaram precisamente?

No ano de 2007.

3- Quantos foram os migrantes que chegaram?

Aproximadamente 900 a 1000 no início da construção.

4- Vieram apenas homens ou as famílias também vieram?

Parte homens e também com famílias.

5- Com a chegada dos migrantes foi necessário criar outro setor, bairro ou eles se instalaram por toda a cidade?

Foi construídas várias moradias porque não tinha casa para alugar, mais eles instalaram por toda a cidade.

APÊNDICE B - ENTREVISTAS

Entrevista 1 - sr. Sebastião da Silva Ferreira e sra. Sélbia Luzia Chaves da Silva Lima

DULCE: Aqui é a aluna Dulce Batista Chaves Buzeli, aluna do curso de Mestrado em História da PUC-GO, hoje é dia 02 de março de 2023 às 14:00h. Estou fazendo a entrevista com o sr. Sebastião da Silva Ferreira e a sra. Sélbia Luzia Chaves da Silva Lima, integrantes de uma das famílias pioneiras da cidade de Vicentinópolis-GO.

DULCE: Como eram as casas? Como surgiram? O patrimônio? E as casas as pessoas vieram morar aqui? Como é que foi o senhor lembra?

SR. SEBASTIÃO: Primeiramente teve uma encrenca aí, uma demanda que aqui foi uma doação, e essa doação era para o mártir de São Sebastião, e aí não achava essa escritura, mártir de São Sebastião, primeiramente era o nome.

SRA. SÉLBIA: Mártir de São Sebastião porque foi doada para o Santo. E São Sebastião é Mártir. Então foi doada ao Mártir de São Sebastião.

SR. SEBASTIÃO: Aí não achava essa escritura e teve gente que começou a apossear das terras aqui, primeiramente.

SRA. SÉLBIA: Falando que era deles.

SR. SEBASTIÃO: Vendia, essas coisas. Aí depois que meu pai foi lá, foi uma testemunha dessa demanda, o funcionário encontrou a escritura antiga.

SRA. SÉLBIA: As terras que o Vicente Ferreira doou, as terras foram doadas ao Mártir de São Sebastião. Por isso que o povo estava aposseando... Você entendeu? As terras foram doadas ao Mártir, foi o que te falei, São Sebastião, então elas foram doadas para a igreja. Porque no caso, quem dá escritura até hoje, a escritura daqui, dali é tudo a igreja que deu.

DULCE: Então ainda tem lotes que são escriturados pela igreja?

SRA. SÉLBIA: Ainda sim, porque a igreja ainda tem lotes. Porque na verdade a cidade é da igreja, porque o terreno é da igreja.

SR. SEBASTIÃO: E tem umas partes aí que foi posse [...], que foi dividida essas terras.

DULCE: Por não encontrar a primeira escritura no caso?

SRA. SÉLBIA: Quando encontrou o Mártir de São Sebastião. Achou a escritura.

Aí o padre da época ficou com dó, aí o padre doou um pedaço para o comprador.

SRA. SÉLBIA: [...]. Mas essa doação na verdade foi para a igreja. Por eles terem apossado, eles entraram na justiça para legalizar e tudo, mas não era deles, era da igreja. Aí o padre depois, como essa vila aqui em cima ela é doada, essa vilinha aqui ó, o pessoal que tá ali é doação da igreja. Na verdade, os 10 alqueires foram doados, os 10 alqueires aqui foram doados ao mártir de São Sebastião.

SR. SEBASTIÃO: Isso depois partiu.

DULCE: Entendi.

SRA. SÉLBIA: Aí começou a lotear. Para você ver, tem pouco tempo que nós mudamos aqui para cima e eu recebi a escritura daqui da igreja. Entendeu?

DULCE: É e a minha onde eu moro faz parte desse setor.

SRA. SÉLBIA: Porque legalizou depois, porque lá também era da igreja. Entendeu?

SRA. SÉLBIA: Mas cedeu para eles por posse.

DULCE: Entendi. [...]

SRA. SÉLBIA: Foram eles que deram. Mas era da igreja né pai? Foi doado para a igreja.

SR. SEBASTIÃO: Foram eles que deram, mas foi doado para a igreja. [...]

SR. SEBASTIÃO: Aqui tinha, do tempo que eu vim pra cá, que eu tinha 7 (sete) anos para estudar com meu avô, foi aí que eu conheci as primeiras pessoas. O Sr. Alípio que era o pai do Lazinho Portilho.

DULCE: A família Portilho.

SR. SEBASTIÃO: E, depois tinha a Dona Cândia.

SRA. SÉLBIA: Que é a vó Cândia.

SR. SEBASTIÃO: É a viúva do Honório. E depois meus avos, que eu lembro mais dos meus avos, que eu vim pra cá com 7(sete) anos, inclusive aquela paineira, aquela barriguda que tem ali em baixo, tem 66 (sessenta e seis) anos.

DULCE: Só para localizar, essa barriguda é uma árvore que floresce todo mês de maio e ela fica na praça da igreja matriz de São Sebastião. Ela tem 68 (sessenta e oito) anos, a árvore.

SR. SEBASTIÃO: 66 (sessenta e seis) anos.

DULCE: 66 (sessenta e seis) anos.

SR. SEBASTIÃO: Isso foi meu avô.

SRA. SÉLBIA: O vô Lázaro.

SR. SEBASTIÃO: Isso foi meu avô quem plantou, Lázaro Pereira. E uma das primeiras casas que teve aqui, na época, assim casa mais bem localizada, foi do filho do meu avô, o tio Aredio, que é era o marido da Dona Guica.

DULCE: O Aredes Ferreira.

SR. SEBASTIÃO: O Aredes Ferreira, ele fez a casa e ainda existe lá até hoje.

SRA. SÉLBIA: Lá onde era a loja antiga.

DULCE: É a residência e a loja.

SR. SEBASTIÃO: Não é a loja mais não, a casa dele mesmo era de lá.

SRA. SÉLBIA: Da esquina.

DULCE: Sim, sim aquela casa rosa de lá do consultório odontológico.

SR. SEBASTIÃO: Isso, aquela casa lá é uma das casas mais antigas que existe aqui. E depois, meu avô fez a casa dele, ali onde é que é aquele barracão, que hoje se torna o barracão do Zé do Neca.

SRA. SÉLBIA: É o centro pastoral.

DULCE: Centro pastoral hoje.

SR. SEBASTIÃO: Sim, é aquele trem mesmo, aquilo ali.

SRA. SÉLBIA: Ali era a casa do vô Lázaro. É o que te falei.

SR. SEBASTIÃO: Que veio pra cá. Isso, aí depois modificou a igreja, era coreto de madeira, a estrada ali é onde é que é de pareia com a casa do Duardo, onde passa a oficina, primeiramente a estrada era de chão. Aquela casa da esquina lá, foi um tal de Bizica que fez de madeira lá do Duardo, ela é de madeira até hoje.

SRA. SÉLBIA: Do lado. A casa do Duardo se não mudou é.

SR. SEBASTIÃO: Eu não sei se mudaram, mas aquela casa da esquina, as paredes, os esteios, aquelas coisas.

SRA. SÉLBIA: Até quando eu entrei lá era.

DULCE: De assoalho.

SR. SEBASTIÃO: E não tinha quase ninguém aqui, tinha muita pouca gente, que existiu aqui. Tem uma pessoa velho aqui, que foi uma das primeiras professoras minha, a Dona Ilidia, ainda tá viva ainda.

DULCE: Dona Ilidia.

SRA. SÉLBIA: Primeira professora.

SR. SEBASTIÃO: Essa foi uma das primeiras professoras que existiu aqui. Ela e uma tal Terezinha do Arlindo. A Terezinha do Arlindo ainda tem a casa lá ainda, mas só tem os esteios que é de madeira, eu mostro tudo direitinho, se você quiser ver eu

mostro. Tem a casa, mas já modificaram tudo, primeiramente tinha um pé de caju na frente ali. Era uns trem mais ou menos assim. O primeiro posto que existiu a gasolina aqui, foi o do sô Alípio, pai do Lazinho Portilho.

SRA. SÉLBIA: A o primeiro posto foi do sô Lazinho, do sô Alípio.

SR. SEBASTIÃO: Alípio Portilho.

DULCE: Era um que havia ali em frente onde hoje é o Nativo?

SRA. SÉLBIA: Não.

SR. SEBASTIÃO: Não, não. Do lado de lá, na saída de Goiatuba. Aquele corgo (córrego) ali, aquelas das duas pistas que tem ali era um brejo que ninguém passava nem de a pé.

SRA. SÉLBIA: Era brejo lá.

DULCE: É eu me recordo da época em que ali era uma represa né. Mas já era asfaltado.

SRA. SÉLBIA: Depois que fez a represa. Antes era brejo.

SR. SEBASTIÃO: Isso aí já foi depois que foi emancipado, no tempo do Orismondes. Aí eu tô falando nesse tempo lá, era um brejo assim que tinha espinhos, tinha tudo, nada passava, nada mesmo.

SRA. SÉLBIA: Era aquele barro branco que nós brincávamos de fazer panelinha, para pôr secar.

SR. SEBASTIÃO: Não tinha jeito de passar.

DULCE: Então a cidade só existia do lado de cá? Ou seja, só do lado da igreja.

SR. SEBASTIÃO: E só lá embaixo ainda.

SRA. SÉLBIA: Só ali perto da igreja.

SR. SEBASTIÃO: Aí a primeira pensão que existia aqui foi do sô Jerônimo Jaó.

SRA. SÉLBIA: É aquela onde morava a Ivani. Era a primeira pensão.

SR. SEBASTIÃO: É hoje derrubaram até a casa lá. Acabou. [...]

SR. SEBASTIÃO: Aquela casa da esquina hoje é do meu pai, onde lá é o restaurante do Demilto.

SR. SEBASTIÃO: Aquela é uma das primeiras casas que existiu aqui, não sei se lá tiraram os esteios deles, que era tudo de madeira.

SR. SEBASTIÃO: Não. No tempo do Loló não era não. Era tudo de madeira a casa, tudo foi feito, depois que foi modificando. Ao lado da casa que tá lá, do lado direito da casa lá, da frente dela pro lado da igreja, do lado direito era uma barraca de

dança, dessas coisas de gritar leilão, desse tipo de coisa. Primeiramente, o leilão era feito num coreto de madeira.

SRA. SÉLBIA: De madeira, pequenininho.

SR. SEBASTIÃO: Fincava quatro esteios e subia lá prá cima.

SRA. SÉLBIA: Parecia uma casinha.

SR. SEBASTIÃO: Nós ficava lá em cima, lá tinha os sanfoneiros.

DULCE: Mas no mesmo lugar onde existe o coreto hoje?

SRA. SÉLBIA: Não, ele era ali onde é a entrada da igreja ali. Ele era de frente onde é a da Tia Clarice hoje.

SR. SEBASTIÃO: É ele era ali.

SRA. SÉLBIA: Em frente a garagem onde fica o caminhão do vovô hoje.

SR. SEBASTIÃO: Tinha três, não sei se ainda existe lá, tinha três cruzeiros lá um grandão e dois menores, de madeira, de aroeira.

SRA. SÉLBIA: Tem não.

DULCE: Não, tirou eles.

SR. SEBASTIÃO: Pois é.

DULCE: Tinha mesmo, eu lembro deles.

SR. SEBASTIÃO: Eles eram feitos mais emriba ali. Agora já tirou, foi mudando eles, essa coisa. Onde é que eu estou te falando, a igreja, aquela igreja lá, o cara que iniciou ela já faleceu.

DULCE: Quem foi o senhor lembra?

SR. SEBASTIÃO: Lembro.

SRA. SÉLBIA: Nós conheceu ele, ele veio aqui tem pouco tempo.

SR. SEBASTIÃO: Ele chamava Branco, aliás, tinha apelido de Branco Dorvalina, Branco da Dorvalina, ele que foi o primeiro pedreiro. Aí eu trabalhei de servente.

SRA. SÉLBIA: E o padre né pai? O padre era o Dom Elias.

DULCE: Eu ia te perguntar, e o primeiro padre que teve aqui.

SR. SEBASTIÃO: Frei Elias. Não foi? Frei Elias que iniciou.

SRA. SÉLBIA: Frei Elias. Eu sei tudo de cor.

SR. SEBASTIÃO: Isso, depois aí começou.

SRA. SÉLBIA: Armazém foi do vovô.

SR. SEBASTIÃO: Isso, aí foi ampliando.

DULCE: E onde ficava o armazém?

SR. SEBASTIÃO: É lá mesmo.

SRA. SÉLBIA: Lá na esquina.

DULCE: Lá onde é o restaurante hoje. Armazém São Vicente.

SR. SEBASTIÃO: Aí depois foi construindo, eu trabalhei de servente, inclusive ali onde é o BEG ali, é do meu pai aquela casa. Ali foi o Maurílio, o Gato (apelido) que construiu e eu trabalhei de servente naquilo ali, foi uma das primeiras casas que começou por aqui. Isso aí era umas casinhas muito poucas, é igual eu tô falando Dona Ilidia e essas pessoas mais simples. Dessas pessoas mais velhas que tem aqui, que eles conhecem, só que eles moravam na roça na época. Ali tem a Dona Luzia também, a mãe do Braz.

SRA. SÉLBIA: A Dona Luzia chegou quando aqui mais ou menos?

DULCE: Isso os Cassimiro?

SR. SEBASTIÃO: Aí eu não tenho certeza.

SRA. SÉLBIA: A tia Luzia foi o que eu te falei. A tia veio depois que casou com o sr. Antônio, porque o Antônio é filho do Artulino e o sr. Artulino veio primeiro né pai?

SR. SEBASTIÃO: Não eles tinham fazenda aqui.

SRA. SÉLBIA: Aqui do lado. Eles moravam na fazenda aqui do lado. Aqui divide, então os primeiros moradores eram os Artulino, que eram na fazenda, os Portilho que era o Alípio Portilho, o Lazineho Portilho esse povo, era os Portilho. Os primeiros moradores eram os Portilho, os Artulinos, os Camilo que eram a família do vovô Camilo. Era os Camilo, os Portilho e os Artulino. Aí depois veio a tia Luzia porque casou com aquele outro que é Cassimiro, um casou com a tia Maria e o outro casou com a tia Luzia, são duas irmãs com dois irmãos.

DULCE: Pois é, então os Cassimiro é a Dona Luzia, ela é que é Cassimiro, a família Cassimiro é dela. E o esposo dela era da família dos Artulino.

SRA. SÉLBIA: Que morava aqui, os Artulino era daqui.

DULCE: E a família Chaves quando vieram para cá, o senhor lembra?

SR. SEBASTIÃO: Quem?

DULCE: Os Chaves, a família Chaves.

SRA. SÉLBIA: Do vovô, ela tá perguntando do vovô neném.

DULCE: Do meu avô, do tio Neném.

SR. SEBASTIÃO: Há o Neném Chaves?

DULCE: Isso, a família Chaves. Quando que eles vieram para cá?

SR. SEBASTIÃO: Esses prá falar verdade não tenho lembrança de quando eles vieram para cá não. Eu sei que os primeiros que vieram prá cá, inclusive eu sei

direitinho onde era a sede onde era da minha sogra a Dona Roxa. É eles moravam na roça, lá num tal de Pantano.

DULCE: Isso, é lá perto do vovô, na fazenda lá, do lado.

SR. SEBASTIÃO: Isso, eles moravam lá. Eu conheci elas foi ali. E a Maria Preta, que era uma das pessoas mais velhas daqui.

SRA. SÉLBIA: Isso, era a vó Maria.

SR. SEBASTIÃO: A veia Maria, a mãe da Dona Roxa.

SRA. SÉLBIA: Você entendeu?

DULCE: Pois é, mas a vó Maria, ela não era Chaves, porque a tia Roxa não era Chaves. Chaves era o tio Neném.

SRA. SÉLBIA: Mas a vó Maria era descendente de escravos, filha da vó Zidora.

SR. SEBASTIÃO: Isso, a veia Zidora.

SRA. SÉLBIA: E a vó Maria teve um caso com o pai da vovó Roxa, que não é o pai de todos os filhos. A vovó Roxa é filha do Pedro Bessa.

DULCE: Há da família Bessa.

SRA. SÉLBIA: Dos Bessa que moravam aqui também né pai? Os Bessa também tinham fazenda. Era uma das primeiras famílias também, eles moravam aqui.

SRA. SÉLBIA: Lá onde é a fazenda do senhor hoje né pai? Pra queles lados lá né? Os Bessa?

SR. SEBASTIÃO: Não era ali...

SRA. SÉLBIA: No barranco do rio, os Bessa?

SR. SEBASTIÃO: Não era ali, onde era da Dona Roxa mesmo. Era uma casinha, depois fez uma represa ali. Depois o Luizão comprou.

SRA. SÉLBIA: Você está entendendo, aí o vô Neném veio depois para casar com a vovó. Porque os Chaves vieram depois, porque a vó Emília morava aonde pai? A mãe do vô Neném.

SR. SEBASTIÃO: Toda vida que eu conhecia ela sempre morava junto lá mesmo. Ela morava com a vovó não era? Sempre que agente conheceu ela já morava com a vó Roxa.

SR. SEBASTIÃO: Sempre quando eu lembro, ela morava lá com eles. [...]

SRA. SÉLBIA: O senhor lembrar quando o vô Neném veio vovô? O vô Neném Chaves, quando que ele apareceu aqui? Porque a família dele a mamãe sempre fala que é de Pontalina.

DULCE: Meu avô também fala, que é de Bom Jesus, Pontalina.

SRA. SÉLBIA: Eles não são daqui, então eles chegaram depois já da criação da cidade? Seria isso?

SR. SEBASTIÃO: Eu sei que eles moravam nas roças aí, mas eu num tenho lembrança não.

SRA. SÉLBIA: Porque a minha mãe morou com o senhor para estudar, não foi pai? Porque a vovó Vina falava. A minha mãe morou com o vô Rael. Eles vieram morar para estudar não foi?

SR. SEBASTIÃO: Não eles alugaram umas casinhas ali. Não elas ficavam ali.

SRA. SÉLBIA: E minha mãe fala que ficava muito na casa da vovó porque eles moravam aqui para estudar e a vovó Roxa morava na roça. Que casou e ficou na roça.

DULCE: Entendi.

SR. SEBASTIÃO: Eu sei que agente fica olhando assim, tem as coisas aqui, não sei se posso falar na entrevista, mas pessoas mais antigas aqui, eu acho a Dona Ilidia aqui. Da família dos Jaó a derradeira que tinha aqui era a Divina, faleceu. E tem uma pessoa que eu lãinha falando aqui, que faz parte dessa cidade, que antes de ser municipalada aqui e fez muita coisa aqui dentro da cidade, chama-se Arisberto Inácio Rosa. Isso.

DULCE: O sr. Arisberto.

SR. SEBASTIÃO: Ele veio para cá, as escolas daqui funcionou na época dele e não era municipalada, nem nada.

DULCE: A primeira escola era o Moisés Inácio?

SRA. SÉLBIA: Não.

SR. SEBASTIÃO: Era não. Aqui só tinha uma.

SRA. SÉLBIA: Era ali onde era aquela prefeitura ali.

DULCE: E como ela chamava?

SRA. SÉLBIA: Era o Ladico.

SR. SEBASTIÃO: Era o Ladico Vieira. [...]

SR. SEBASTIÃO: Aí o campo de era pro lado de baixo, lá onde é aquele colégio lá, o Arisberto fundou, tinha esse campo de futebol, é registrado na Federação Goiana.

SRA. SÉLBIA: Pelo sr. Arisberto.

SR. SEBASTIÃO: Pelo Arisberto, tá registrado na Federação Goiana, meu nome tá lá. Era pouco jogador, pagava para jogador de fora para vir prá cá. Ele construiu o cartório. [...]

Lá onde eu estava te falando era um campo de terra, ele levou ele para onde é a rodoviária, daquela rodoviária foi lá para cima. Tudo intermédio dele.

SRA. SÉLBIA: Do sr. Arisberto.

SR. SEBASTIÃO: Do sr. Arisberto, fez o calçamento.

SRA. SÉLBIA: Avenida né?

SR. SEBASTIÃO: Nas duas avenidas ali.

SRA. SÉLBIA: Fez calçadas. Foi o sr. Arisberto também.

SR. SEBASTIÃO: E tudo assim, as pessoas que pagavam, uma metragem. Outra pessoa velha que existiu aqui, que foi uma grande pessoa também foi o José Nortista, José Mariano dos Santos.

DULCE: Falecido né também.

SR. SEBASTIÃO: Falecido. É ele chegou pra cá, foi o primeiro açougue. Era um dos primeiros moradores que tinha ali, construiu aquelas casas dele velhas lá, aqueles trem. A primeira energia que foi montada aqui foi por intermédio do Arisberto e do Zé Nortista, eles puseram uma energia a motor, funcionava das 18:00h, 18:30h mais ou menos quando era 22:00h, 22:30h ele desligava acabava tudo a energia da cidade.

DULCE: Então era a energia movida a motor.

SR. SEBASTIÃO: A motor. Aí essa estrada que passava de pareia com o Duardo ali, isso aqui até Goiatuba era tudo estrada de chão. Num tinha um nada aqui nesse mundo, não tinha médico, não tinha nada, só farmacêutico.

SRA. SÉLBIA: Quem foi o primeiro farmacêutico aqui?

SR. SEBASTIÃO: Que eu lembro um dos primeiros farmacêuticos que tinha aqui, foi o Joãozinho Chaves. [...]

SRA. SÉLBIA: Sr. Arisberto: escola foi ele, futebol foi ele, calçamento foi ele.

DULCE: Isso tudo antes do processo de emancipação.

SRA. SÉLBIA: Foi bem no início, a emancipação foi em 1980. Eu era pequenininha, as ruas já eram calçadas. Para você ter uma ideia, ele fez tudo isso.

DULCE: Então ele não foi o primeiro prefeito legalizado, mas foi o primeiro administrador vamos dizer assim.

SR. SEBASTIÃO: E que fez as escolas, aquele colégio que tem lá em baixo, o Ladico Vieira foi por intermédio dele. Igual eu falei pra você, os esportes que tinha aí foi por intermédio dele, trazia os jogadores, veio jogador profissional de fora para fazer com nois, jogar com nois aqui. Daqui de dentro era eu, um filho do Zé Jaó, daqui de dentro um tal de Nenzinho do Homero que pegava, o resto era quase tudo

jogador de fora. Era para ganhar, nois joguemos em Sales de Oliveira, Pires do Rio, prá tudo quanto é lado. [...]

DULCE: Onde era o brejo, o primeiro prefeito Orismondes Ferreira de Freitas fez uma represa, o segundo prefeito José de Oliveira Fernandes conhecido como Zé do Neca fez a canalização do Córrego das Pombas e a pavimentação das vias sobre ele, e o atual prefeito Neilton Ferreira de Ozêda fez as rotatórias e o paisagismo. [...]

SRA. SÉLBIA: Quer mais importante que o Sr. Arisberto? Energia, calçada, escola, time de futebol, esporte foi ele, banda, civismo, porque o sr. Arisberto era uma pessoa que trabalhava o civismo assim ó, corretamente.

SR. SEBASTIÃO: O primeiro cartório foi o dele.

SRA. SÉLBIA: Primeiro cartório também. [...]

SRA. SÉLBIA: E o Vicente é tio da vovó, ele é filho de quem? O senhor sabe pai?

SR. SEBASTIÃO: O Vicente Ferreira?

SRA. SÉLBIA: Era ele e o Honório. Ele é filho de quem?

SR. ISRAEL: Eu não sei não. Ele era irmão do Vicente Ferreira.

SRA. SÉLBIA: A vó Jôrça era filha dele?

SR. SEBASTIÃO: Do Vicente Ferreira eu acho que era.

SRA. SÉLBIA: A vó Jôrça era filha do Vicente Ferreira?

SRA. SÉLBIA: Então a vovó Vina era neta do Vicente Ferreira. E a vovó Jôrça era filha do Vicente. A vovó Jôrça quem era a mãe dela?

SR. SEBASTIÃO: A veia Cândia. Ela era esposa do Honório Ferreira.

SRA. SÉLBIA: A vovó Vina era neta do Honório Ferreira.

DULCE: Então ela era sobrinha do Vicente.

SRA. SÉLBIA: Sobrinha do Vicente.

DULCE: Então a Dona Cândia era esposa do Honório Ferreira que era irmão do Vicente Ferreira que era o doador das terras.

Entendi. É uma linhagem bem longa né? E quando inaugurou aqui, quando emancipou o senhor lembra? Quando o Orismondes foi prefeito, o senhor lembra de alguma coisa?

SR. SEBASTIÃO: Foi em 82, foi o primeiro prefeito.

SRA. SÉLBIA: O vovô foi candidato contra o Orismondes, não foi? O comitê era lá embaixo onde é a Boneca de Cheiro, nós ficávamos lá o dia inteiro.

SR. SEBASTIÃO: O Orismondes não era bem daqui não ele morava mais era na Pontalina.

DULCE: O Orismondes é da família Freitas.

SRA. SÉLBIA: Ferreira de Freitas. Freitas é o pai dele, Ferreira é a mãe, que é irmã da vovó Vina.

SR. SEBASTIÃO: Ele morava lá na Pontalina.

SRA. SÉLBIA: É ele não morava aqui.

SR. SEBASTIÃO: Aí depois de um espaço de tempo que eles vieram para cá.

SRA. SÉLBIA: Ele emancipou, fez a emancipação do município, aí ele mudou e candidatou, eles moravam em Pontalina.

DULCE: E a Dona Dorça também morava em Pontalina? [...]

DULCE: Então aqui quando uma pessoa adoecia só vinha na farmácia que era do Joãozinho Chaves.

SR. SEBASTIÃO: O médico mais perto que tinha aqui era em Goiatuba ou Pontalina. Na época, minha mãe, não lembro se foi minha mãe ou se foi o meu pai, foi para Uberaba para fazer uma operação, eu para falar com eles, eu tive que ir em Goiatuba no centro telefônico, para falar com eles lá na Uberaba, porque não tinha aqui, não tinha um telefone, não tinha nada.

DULCE: Goiatuba fica 75 km de distância de Vicentinópolis.

SR. SEBASTIÃO: E não tinha telefone assim não era no centro telefônico ainda. Igual primeiramente chegou para aqui, teve um centro telefônico aqui.

DULCE: Então, eu agradeço a entrevista, pelas lembranças, pelas memórias de vocês, que é de grande contribuição. Como eu expliquei o fim da entrevista é para um trabalho de mestrado onde eu preciso situar a cidade e é onde acaba fazendo uma parte da historiografia da cidade, do início da cidade, das famílias e eu só consigo essas informações através da entrevista. No mais agradeço o senhor, o sr. Sebastião e a sra. Sélbia pela participação de vocês.

Entrevista 2 - sra. Maritana Luiza Chaves Buzeli e sr. Orlando Chaves Pereira

DULCE: Aqui é a aluna Dulce Batista Chaves Buzeli, aluno do curso de Mestrado em História da PUC-GO, hoje é dia 03 de março de 2023 às 15:00h. Estou fazendo a entrevista com a sra. Maritana Luiza Chaves Buzeli e com o sr. Orlando Chaves Pereira, integrantes de uma das famílias tradicionais do município. Como era a cidade aqui quando começou?

SRA. MARITANA: Eu lembro quando começou era um rancho, dois ranchinhos.

DULCE: Dois ranchos.

SRA. MARITANA: Dois ranchos de folhas. A primeira loja daqui, era um ranchinho de folha e de chão, a primeira loja.

DULCE: E de quem era o senhor lembra?

SRA. MARITANA: Era do Jerônimo Natal. Eu não sei se ele era mineiro ou paulista, ele não era daqui não. Ele veio e ficou aqui uma anos, ele mexia com caminhão e loja, ele ficou aqui muitos anos, depois foi embora de novo. Jerônimo Natal.

DULCE: E a primeira farmácia a senhora lembra de quem era?

SRA. MARITANA: [...] Pra mim que foi o Vandir. É aquela que era em frente à casa do Aredes. É foi a primeira farmácia que pintou aqui.

E como é que era a igreja quando começou, o senhor sabe? O senhor lembra?

SRA. MARITANA: Seu avô contava que a igreja era um barracãozinho de eitão, um assoalho alto assim ó, até teve uma festa lá e ela quebrou o assoalho com o povo, caiu gente lá embaixo, foi um barulhão danado, só que não machucou ninguém. O Orlando foi batizado lá pai. Foi naquela igrejainha. Tinha três cruzeiros de pau na frente dela.

DULCE: Três cruzeiros de madeira.

SRA. MARITANA: De madeira.

DULCE: E quem eram as famílias mais antigas daqui?

SRA. MARITANA: Daqui o José Jaó era um dos proprietários que começou os ranchos aqui. Zé Jaó. Além do Zé Jaó deixa eu ver mais quem.

DULCE: E o pessoal dos Portilho?

SRA. MARITANA: É tinha o Alípio Portilho, era um dos proprietários aqui também nesse tempo.

SRA. MARITANA: Vicente Ferreira foi o que era o que doou a terra. O patrimônio.

DULCE: E ele doou a terra foi para a igreja? Ele doou a terra foi para quem? Foi para a igreja? Foi para construir a igreja?

SRA. MARITANA: Foi, foi para a igreja é. Foi o Vicente Ferreira, por isso, que chama Vicentinópolis. [...]

DULCE: E o pessoal dos Souza? A família Souza, o tio Gerson?

SRA. MARITANA: A família Souza. O Manoel Souza que era o pai do Gerson, também era daqui. Era daqui também o Manoel Souza. E o Sidnei ele Souza do tio

Gerson? É ele é Souza. Ele era primo dele. O pai do Sidnei era o Homero era irmão do Manoel Souza.

DULCE: Que era uma das primeiras famílias daqui também.

SRA. MARITANA: Era umas das primeiras. [...]

DULCE: E a escola, professores daqui a senhora lembra da primeira escola?

SRA. MARITANA: Seu avô contava que a primeira professora foi a mulher de um tal de Arlindo Gomes, que era a professora daqui e além dela tinha o Messias, tio da Daride, tio não cunhado da Daride. O sr. Teté também foi um dos primeiros daqui.

DULCE: Esses foram os primeiros professores?

DULCE: E o posto de gasolina, o senhor lembra qual o primeiro posto de gasolina daqui?

SRA. MARITANA: Posto de gasolina, ali você sabe onde é a casa do finado Sidnei?

DULCE: Sei.

SRA. MARITANA: A casa dele lá. Pois é o primeiro posto de gasolina era na frente ali. Era uma bombinha de puxar, tocado na munheca.

DULCE: E de quem que era?

SRA. MARITANA: Era do Lazinho Portilho. Alípio Portilho, pai do Lazinho.

DULCE: Há era do sr. Alípio Portilho.

SRA. MARITANA: Era deles lá. Era aquelas bombinhas de tocar na mão não tinha energia.

DULCE: Era manivela então?

SRA. MARITANA: Era manivela.

DULCE: E como era médico aqui, quando a pessoa adoecia como fazia?

SRA. MARITANA: Quando adoecia? Uai Dulce, o recurso mais perto aqui era Goiatuba, que era bem atrasada nesse tempo. Mas para ser um recurso mais certo era de Itumbiara para frente.

DULCE: Itumbiara para frente. Então fica o que, 110 km daqui. E Morrinhos era bom de médico ou não?

SRA. MARITANA: Morrinhos toda vida era, Itumbiara e Morrinhos. O Orlando foi operado já estava com uns 10 anos de idade, foi em Morrinhos Dr. Garcez era o único que tinha aqui que fazia operação.

DULCE: E as ruas, como era as ruas aqui no começo?

SRA. MARITANA: Seu avô contava que aqui tinha tanta terra que tinha umas máquinas de arroz, eles pegavam o farelo e esparramavam na rua.

DULCE: A casca do arroz.

SRA. MARITANA: A casca do arroz era, para tampar um pouco da poeira, mas não valia nada porque misturava com a poeira.

DULCE: E qual foi a primeira rua calçada?

SRA. MARITANA: A primeira rua calçada, foi aquela ali que o finado Orismondes calçou com aquelas pedras broquetes, aquelas pedras pretas. Sabe agora né?

DULCE: Pedra polida.

SRA. MARITANA: É a Vicente Ferreira, a que ganhou o calçamento primeiro.

DULCE: E como era as festas aqui, tinha muita festa ou não tinha?

SRA. MARITANA: Festa, tinha todo ano no mês de maio.

DULCE: A festa de maio que é a tradicional da igreja. E onde que era essa festa?

SRA. MARITANA: Só uma, até hoje fala festa de maio que virou tradição.

SRA. MARITANA: Ali naquela igreja onde é a igreja velha, era uma igreja, um barracãozinho onde estou te contando. Fazia a festa ali. Mas depois que fizeram aquela outra igreja ainda fez muita festa ali

SRA. MARITANA: Aí Dulce as primeiras crianças que nasciam aqui na região eram as parteiras que acudiam as mulheres que iam ganhar neném, não tinha médico não.

DULCE: Os bebês nasciam pelas parteiras. Não tinha médico na cidade, não tinha hospital.

SR. ORLANDO CHAVES: Aquela mulher do Zé Jaó era uma né?

SRA. MARITANA: A Dona Jerônima.

DULCE: E pensão, tinha alguma pensão aqui?

SRA. MARITANA: Tinha uma pensãozinha do Zé Jaó. Lá onde a Ivani morava, naquele lugarzinho. Era uma casa de pau. [...]

DULCE: E os primeiros caminhões, os primeiros carros daqui como eram?

SRA. MARITANA: O primeiro carro que pisou aqui dentro era do Lázaro Pereira, foi um jipe, o Horne que era motorista dele não tinha outro. Foi o primeiro carro que pisou aqui, era do Lázaro Pereira.

DULCE: E quem era o Lázaro Pereira?

SRA. MARITANA: O Lázaro Pereira é desses Ferreira. O pai do Aredes. Aquele é outro proprietário daqui toda vida. A gente no flagrante assim, a gente esquece depois com o tempo lembra tudo.

DULCE: E que jeito era o carro?

SRA. MARITANA: O carro era um jipe.

SR. ORLANDO CHAVES: Tinha a furreca do Ném.

DULCE: Tinha a furreca do Ném também?

SRA. MARITANA: Mas a do Ném foi bem depois, aí o Israel, o Aredes, já tinha carro também. O primeirinho de tudo foi o do Lázaro Pereira um jipe. [...]

DULCE: E o primeiro dentista quem foi?

SRA. MARITANA: Trabalhou aqui um tal de João Dindico, era o dentista que tinha aqui, quando aqui era uns ranchos pouco.

SR. ORLANDO CHAVES: Teve o Devidom também.

SRA. MARITANA: O sr. Ademar foi primeiro que ele. O sr. Ademar Jorge foi primeiro que o Devidom, nós éramos meninos ele já tratava dos nossos dentes. [...]

DULCE: E o nome da primeira escola?

SRA. MARITANA: Era Ladico Vieira toda vida foi, só mudou para baixo, mas o nome dela era o mesmo de quando nois estudou.

DULCE: Então a primeira escola era o Ladico Vieira.

SRA. MARITANA: Ladico Vieira, lá onde era a antiga prefeitura velha, depois passou para baixo e continuou Ladico Vieira.

DULCE: Então a primeira escola foi o Colégio Estadual Ladico Vieira e quem fundou ele?

SRA. MARITANA: Foi o Vicente Ferreira. A escola chama Ladico Vieira porque era o vô do Laninho Portilho.

DULCE: E o sr. Arisberto foi o que?

SRA. MARITANA: Foi o primeiro diretor.

DULCE: Então ele foi o primeiro diretor do colégio.

SRA. MARITANA: Foi porque até então era tudo em Pontalina.

DULCE: E o cartório? Qual foi o primeiro cartório daqui?

SRA. MARITANA: Foi o Arisberto. Aqui era comarca de Pontalina. As primeiras professoras que eu lembro era a Dona Ilidia, a Dona Juvercidia, e a Dona Neném, irmã dela também. Só resta a Dona Ilidia viva. [...]

DULCE: Eu agradeço a entrevista, fazendo nesse momento o encerramento da entrevista.

Entrevista 3 - sr. Neilton Ferreira de Ozêda, prefeito

DULCE: Aqui é a aluna Dulce Batista Chaves Buzeli mestranda em História pela PUC-GO, são 15:30h, hoje é dia 07-3-023. Estou aqui com o prefeito Neilton Ferreira de Ozêda, prefeito municipal de Vicentinópolis, o qual farei uma entrevista agora.

Sr. Neilton o senhor autoriza a publicação da entrevista?

PREFEITO NEILTON: Com certeza. Autorizo sim pode fazer as publicações todas aí.

DULCE: Maravilha. Prefeito por favor nos conte como foi a questão da chegada da usina e o relato do conhecimento histórico que o senhor tem da cidade.

PREFEITO NEILTON: Primeiramente a questão da usina ela chegou em 2007 no nosso município, em 2004, 2003 deu aqui uma região agrícola chegou a ferrugem asiática aqui no nosso município e afetou muito as lavouras no caso de soja aqui no nosso município e o produtor rural ficou numa situação precária na época. E quando em 2007 nós fomos até o Palácio Pedro Ludovico, conversamos com o secretário da indústria e comércio. Na época prefeito, vice-prefeito e todos os vereadores participaram dessa reunião reivindicando uma empresa para vir para Vicentinópolis. Logo, logo, o secretário da época me ligou que tinha uma usina interessada vir para o município, que na época tinha que fazer e assinar a autorização, perguntou se eu aceitava a usina vir. Eu disse: Ocha! A gente aceita com certeza. Fomos lá na secretaria e assinamos o consentimento dela vir para o município, o nome ela ser Caçu é porque ela seria instalada na cidade de Caçu no Goiás, só que tem que o prefeito na época não concedeu, não andou atrás, aí eles desistiram e estavam procurando outro município. Nós abraçamos de braços abertos a empresa e é por esse motivo que ela tem nome de Caçu, já tinha aberto a razão social dela tudo, só mudou a questão de endereço. Comprou uma fazenda aí e instalou em 2007, aqui começou a instalação da usina.

Na época nós ficamos muito preocupados com o impacto que iria estar tendo para o município, cidade pequena, se ia comportar ou não. Fizemos uma audiência pública, participou na época na câmara municipal, participaram a promotora de justiça na época a Dr. Renata, vereadores e a comunidade, fizemos a reunião no caso, foi com êxito né, foi com sucesso. Mas preocupamos muito com a instalação, a questão das escolas, de moradia, a questão dos migrantes que iriam chegar para trabalhar na usina de outros estados. Mas, brevemente a gente andou atrás, deu um suporte, na

época construímos muitas moradias. Tinha uma população de 6 mil e pouco habitantes, passou para 8 mil e tantos habitantes, hoje nós temos e se haver o senso eu tenho certeza que passa de 10 mil habitantes na nossa cidade. O senso foi em 2010 e aumentou demais em nossa cidade.

Nós preocupávamos muito com a usina era as questões de nós termos condições de dar atendimento a altura na educação, a vaga para o aluno, no hospital, a questão de moradia. Mas, graças a Deus superamos, hoje está a usina aqui, não é uma das grandes, mas é uma usina sólida, é uma usina que emprega aí 1.600 funcionários, nunca atrasou os pagamentos dos funcionários da usina, dos trabalhadores. Então hoje, Vicentinópolis cresceu muito com a chegada dessa usina, o comércio local cresceu muito, graças ao investimento da usina aqui no nosso município.

Na época teve que buscar um subsidio através do governo do estado, acompanhamos, buscamos o subsidio e a tendência da usina é só crescer e cresceu muito de quando criou a usina até hoje, que fundou em 2007 até agora 2021 transformou, é uma empresa muito sólida. E Vicentinópolis só ganhou né, a gente achou que ia ter um impacto muito grande na questão de segurança pública, mas graças a Deus conduzimos da melhor forma possível aí, as nossas escolas tiveram o espaço de receber, recebemos todos os alunos das pessoas que estavam chegando, os migrantes, hospital também deu todo atendimento e a questão de moradia também, na época construímos muitas casas aí, eu tava no governo na época. Foi aonde nós tivemos um respaldo e sobressaímos e hoje Vicentinópolis é uma cidade pequena, mas é uma cidade ordeira que recepciona as pessoas bem. É uma cidade que tem uma estrutura administrativa que pelo tamanho da cidade ótima, muito bom, tanto faz na saúde, tanto faz na educação, temos várias pessoas qualificadas dentro das áreas que prestam serviço para a prefeitura, tem uma arrecadação não é boa, mas é razoável, ICMS.

Então hoje nós sobressaímos muito o município, só ganhou né com a questão da usina. E, eu acredito que a cidade só tem a crescer de agora para frente né, cresceu muito e continua nesse ritmo de crescimento, por que hoje o desemprego é grande e uma empresa que emprega 1.600 pessoas numa cidade pequena, já é um avanço muito grande, já é uma conquista muito grande. Tanto faz a nível de Estado quanto a nível de município, desde que tenha esses empregos, essa industrialização, é indústria né. Então o município só tem a receber com os repasses mensais, então só ganhou através da usina.

DULCE: Que bom a gente fica muito feliz quando a empresa vem a contribuir para cidade.

E o senhor como sendo filho da cidade, filho de uma das famílias mais tradicionais também, o que o senhor lembra da cidade enquanto criança?

PREFEITO NEILTON: Primeiramente eu tenho 56 anos, sou nascido aqui, meus pais são daqui minha mãe, meu pai.

Eu tenho uma vida aqui dentro da cidade né, eu lembro de muitas poucas casas, nós temos um ditado “de lá e de cá”, porque devido a um córrego que passa no meio da cidade. Na época esse córrego que dividia era muito difícil até de nós passarmos menino, muito brejo, era abrejado o córrego. Hoje lá no córrego é uma via né, uma praça né, Claudio Neves Cardoso. É uma praça que tem na beira do córrego, hoje é asfaltado, é a praça, é iluminado, completamente diferente, mudou tudo né.

Eu, mas sempre aqui teve por exemplo: escola mesmo que pequena, era pouca gente. Mas sempre teve, eu mesmo estudei aqui até, na época oitava série, falava oitava série, estudei até a oitava série aqui em Vicentinópolis. E como diz, eu vi a cidade crescer, se desenvolver cada dia aí, se você parar e analisar foi um avanço muito grande que Vicentinópolis teve, enorme. [...]

Vicentinópolis é um município produtivo, sempre foi agrícola, hoje predomina a soja, cana e milho. Hoje é através do agronegócio que gira o país e a nossa região é o agronegócio. [...]

E a cidade como eu tenho dito, a gente acompanhou ela crescer dia a dia, a gente tem muito orgulho disso de ser filho daqui, eu por exemplo já estou no quarto mandato, Deus me deu a oportunidade de contribuir com o município, três mandatos e meio, mas é com muito orgulho que eu tenho de ver o quanto a cidade cresceu e desenvolveu em todas as áreas. [...]

Tem as pessoas tradicionais aqui da cidade, que é muito bom isso, igual eu por exemplo, a não ser esse pessoal que chegou agora de 2007 para cá, a questão da usina da indústria de açúcar e álcool, eu conheço todo mundo e todo mundo me conhece, pessoas de mais idade, mais idosas, essas pessoas sempre me conhecem aí e sabem da origem da gente. E a gente tem orgulho de morar aqui na nossa cidade, por esse motivo, e tem muitas pessoas que qualificou, que buscou, que estudou, e hoje mora aqui, é daqui, tenho um orgulho muito grande por essas pessoas que buscou e hoje estão contribuindo com o nosso município de uma forma ou de outra está contribuindo, através do que ele buscou, através do que ele

adquiriu, um curso superior de uma forma ou de outra está contribuindo aqui conosco. [...]

É uma cidade acolhedora, o povo tem um carinho especial pelas pessoas.

DULCE: Nossa cidade tem uma excelente qualidade de vida, uma estrutura muito boa.

Prefeito, no mais agradeço a entrevista cedida, parabênizo o senhor pela gestão, pelo mandato e muito obrigada!

PREFEITO NEILTON: Eu que agradeço!

Entrevista 4 - sra. Gislaine Nayara Araújo Rodrigues, ex-aluna do Colégio Estadual de Vicentinópolis

DULCE: Aqui é a aluna Dulce Batista Chaves Buzeli, aluna do curso de Mestrado em História a PUC-GO. Hoje são 10 de março de 2023, às 14:00h. Vou fazer uma entrevista com a ex-aluna Gislaine, que foi aluna do Colégio Estadual de Vicentinópolis.

Boa tarde! Dona Gislaine, a senhora autoriza a publicação da entrevista?

GISLAINE: Autorizo sim.

DULCE: Dona Gislaine, qual é a região do Nordeste que a senhora se origina?

GISLAINE: É do interior do Rio Grande do Norte, é Tenente Laurentino.

DULCE: Tenente Laurentino, Rio Grande do Norte. E vocês chegaram para Vicentinópolis em qual ano?

GISLAINE: 2007.

DULCE: E aí vocês vieram para trabalhar, qual a finalidade de vocês terem se mudado, migrado da Região Nordeste para a Região Centro Oeste.

GISLAINE: Em busca né, da melhoria né, do trabalho, porque prá lá é mais difícil.

DULCE: E aí a senhora começa a estudar no Colégio Estadual de Vicentinópolis, no Ensino EJA, Educação de Jovens e Adultos. E como foi a recepção da senhora e da sua família na escola e na cidade. Houve algum tipo de brincadeira, houve algo pejorativo, algum tipo de preconceito com a senhora, com a família ou com amigos que vocês conhecem, não só na escola, mas na sociedade também?

GISLAINE: É a respeito minha e da minha família, eu fui muito bem recebida, teve algumas brincadeiras pelo sutaque, pelo jeito de fala. Que eu também levava na esportividade. Mas, assim, eu também tive amigas também que eram lá do Rio

Grande do Norte, que trabalhou como empregada doméstica e que assim, pra elas, elas já passaram por momento constrangedor, mas da minha parte eu não tive, não, fui sempre bem, bem recebida mesmo aqui.

DULCE: Que bom. É os professores acolheram bem, toda a unidade acolheu bem. E com os colegas como era a relação com os colegas? Como era a relação com os colegas? Houve algum tipo de preconceito?

GISLAINE: Há os professores, é eu não tenho o que falar deles não, todos são nota 10(dez) para mim. Agora meus amigos é igual o que eu falei, as vezes era o sutaque, nós brincava, se divertia muito, mas prá mim, tranquilo. Fui bem recebida.

DULCE: Entendo. E como a senhora vê a sociedade hoje, após esse período da chegada da usina, da implantação da usina? É a mesma sociedade de antes ou a senhora acha que passou por mudanças e tem o reflexo dos migrantes aqui na sociedade local?

GISLAINE: Há melhorou muito, né? Assim, eu tenho muitos, muitos amigos memo que é do nordeste prá cá e aqui eu vejo os crescimento, né. Nois, nois que veio de lá do Rio Grande do Norte prá cá, muita gente hoje tem suas casas próprias, tem seu meio de transporte. Eu acho que a melhoria de cada um que tá aqui, que é de lá e dos, daqui também, acho que teve só a crescer.

DULCE: Então a senhora acredita que houve uma contribuição também para a sociedade local, para os moradores tradicionais da cidade?

GISLAINE: Teve também né?

DULCE: Dona Gislaine mais alguma coisa a acrescentar, sobre essa questão dessa diversidade cultural? Eu sei que a senhora é uma cuscuzeira de primeira, né? [Risos]. E quanto a gastronomia, o que a senhora me fala sobre a astronomia, a senhora acha que a sociedade hoje já incorporou a gastronomia nordestina ou ainda não?

GISLAINE: Já eu tenho muitas amigas que, que falava que não comia cuscuz, hoje em dia, briga para mim fazer cuscuz pra elas. E tipo assim, têm vários outros tipos de comida, a tapioca, éh, também tirando nu. Nas brincadeiras que tinham que era meu modo deu falá, era eu falá o nome pudim que eles pegavam no meu pé, pelo jeito deu falá, né? Nóis brincava muito, e assim, hoje em dia aqui no Goiás, né? aqui, já a comida nordestina já têm vários tipos aqui no Goiás, e tem muita gente aqui já gosta, viu?

DULCE: E a senhora já se adaptou a comida goiana ou ainda não?

GISLAINE: Eu já se adaptei, faço e gosto de fazê comida [risos].

DULCE: Então na verdade existe um choque cultural aí, uma troca de experiências gastronômicas tanto nordestina quanto goiana.

GISLAINE: Existe sim, viu. E eu rá aprendi fazê uma galinhada goiana, um pequizinho. É tudo de bom aqui, viu. Tenho só que agradecer mesmo.

DULCE: Que bom Dona Gislaine, então eu agradeço a entrevista, tá. Desejo tudo de bom à senhora e a sua família. E que essa diversidade cultural flua cada vez mais. Muito obrigada!

GISLAINE: De nada. Eu também só tenho que agradecer e que Deus traga só coisas boas para a vida de cada um de sua família, e que eu tenho só que agradecer, primeiramente agradecer a Deus, né e o resto Deus faz por nós.

DULCE: Amém que assim seja. Muito obrigada!

ANEXOS**ANEXO A**

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS
Av. Universitária, 1069 | Setor Universitário
Caixa Postal 86 | CEP 74605-010
Goiânia | Goiás | Brasil
Fone: (62) 3946.1000
www.pucgoias.edu.br

**TERMO DE ANUÊNCIA**

A coordenação do curso de Pós-graduação Stricto Sensu – Mestrado em História está de acordo com a execução do projeto de pesquisa intitulado: O impacto da diversidade etnocultural brasileira de 2007 à 2019 no Colégio Estadual de Vicentinópolis no Estado de Goiás, coordenado pelo(a) pesquisador(a) Dulce Batista Chaves Buzeli na Pontifícia Universidade Católica de Goiás.

Declaramos ciência da nossa corresponsabilidade com o projeto de pesquisa, como determinam as Resoluções Éticas Brasileiras, em especial a 466/12 e a 510/16.

Goiânia, 01 de FEVEREIRO de 2023.

Documento assinado digitalmente
gov.br THAIS ALVES MARINHO
Data: 01/02/2023 09:02:46-0300
Verifique em <https://verificador.itb.br>

Coordenador do curso

ANEXO B

01/02/2023 08:08

SEI/GOVERNADORIA - 000037465702 - Carta

Secretaria de
Estado da
EducaçãoESTADO DE GOIÁS
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Carta nº 47/2023 - SEDUC

Goiânia, 30 de janeiro de 2022.

CARTA DE ANUÊNCIA

Assunto: solicitação de autorização de pesquisa.

A Secretaria de Estado da Educação (Seduc), por meio do Centro de Estudos, Pesquisa e Formação dos Profissionais da Educação (Cepfor), declara ter realizado análise dos documentos constantes nos presentes autos, referentes à solicitação de autorização de pesquisa intitulada "O impacto da diversidade etnocultural brasileira de 2007 a 2019 no Colégio Estadual de Vicentinópolis no estado de Goiás", da aluna de mestrado do Programa de Mestrado em História: Cultura, da Pontifícia Universidade Católica de Goiás - UCG - Dulce Batista Chaves Buzeli, sob a orientação da Prof.^a Dr.^a Maria do Espírito Santo Rosa Cavalcante Ribeiro.

A referida pesquisa tem por objetivo geral analisar como a discriminação racial e social interfere no aspecto emocional e educativo em alunos de diferentes faixas etárias. Por objetivos específicos visa compreender a desigualdade social como um problema de todos e como uma realidade possível de mudanças; levantar dados que possibilitem a compreensão sobre o reflexo da discriminação racial e social no processo de aprendizagem e identificar a interferência do fator cultural dos alunos como sendo ponto positivo ou negativo na aprendizagem dos mesmos.

Será desenvolvida junto aos alunos matriculados no antigo Colégio Estadual de Vicentinópolis, agora renomeado para Colégio Estadual Professora Clarice da Silva Sales, Vicentinópolis - Goiás. A metodologia utilizada é composta por pesquisa bibliográfica; entrevistas com o prefeito municipal e pessoas mais idosas integrantes das famílias tradicionais do município; análise dos documentos do Colégio; coleta de dados por meio de questionários respondidos pelo público-alvo, no caso, o corpo docente e discente da escola e, por fim, análise dos dados coletados e conclusão do projeto.

Isso posto, a Secretaria de Estado da Educação (Seduc), por meio do Centro de Estudos, Pesquisa e Formação dos Profissionais da Educação (Cepfor), no uso de suas atribuições legais se manifesta favorável à supracitada solicitação de pesquisa considerando que, conforme informado no referido projeto de pesquisa, o mesmo visa promover a reflexão de fatores desencadeantes da desigualdade social para que haja a conscientização e o respeito à diversidade cultural, possibilitando, assim, o exercício da cidadania e a igualdade de direitos.

Destarte, o Centro de Estudos, Pesquisa e Formação dos Profissionais da Educação (Cepfor) se coloca à disposição para quaisquer iniciativas que preconizem a construção do conhecimento científico como responsabilidade social da ciência da informação.

https://sei.go.gov.br/sei/controlador.php?acao=documento_imprimir_web&acao_origem=arvore_visualizar&id_documento=44223333&infra_siste... 1/2

ANEXO C



Colégio Estadual Professora Clarice da Silva Sales
Av. Filostro Machado Carneiro N°24
Setor Leste
52090132@seduc.go.gov.br
Lei N° 21.319, de 4 de Maio de 2022
Resolução CEE/CEB N°165 de 17/04/2020

DECLARAÇÃO DE INSTITUIÇÃO COPARTICIPANTE

Declaro ter lido e concordar com o projeto de pesquisa intitulado O impacto da diversidade etnocultural brasileira de 2007 a 2019 no Colégio Estadual de Vicentinópolis no estado de Goiás, de responsabilidade da pesquisadora Dulce Batista Chaves Buzeli, e declaro conhecer e cumprir as Resoluções Éticas Brasileiras, em especial as CNS 466/12 e CNS 510/16.

Esta instituição está ciente de suas corresponsabilidades como Instituição Coparticipante do presente projeto de pesquisa, e de seu compromisso no resguardo da segurança e bem-estar dos participantes de pesquisa nela recrutados, dispondo de infraestrutura necessária para a garantia de tal segurança e bem-estar.

Estou ciente que a execução deste projeto dependerá da aprovação do mesmo pelo CEP da instituição proponente, mediante parecer ético consubstanciado e declaração de aprovação.

Goiânia, 27 de janeiro de 2023.

Responsável pela instituição

Prof. Robson Alessandro Siqueira
Diretor
Portaria N° 3203/2022

ANEXO D

**TERMO DE COMPROMISSO E RESPONSABILIDADE**

Eu, Dulce Batista Chaves Buzeli, pesquisadora responsável pelo Projeto de Pesquisa, intitulado: O impacto da diversidade etnocultural brasileira de 2007 à 2019 no Colégio Estadual de Vicentinópolis no estado de Goiás, submetido na Plataforma Brasil para apreciação ética do Comitê de Ética em Pesquisa da Pontifícia Universidade Católica de Goiás (CEP/PUC Goiás), em 31 de Janeiro de 2023, declaro responsabilizar-me por todo o encaminhamento, realização da pesquisa e documentos anexados à Plataforma Brasil com a garantia de que a coleta de dados somente será iniciada após a avaliação e aprovação ética pelo CEP/PUC Goiás, respeitando, assim, os preceitos éticos e legais exigidos pelas Resoluções éticas vigentes, em especial as resoluções CNS 466/2012 e CNS 510/2016.

Declaro, também, que li e entendi os pareceres consubstanciados emitidos pelo CEP/PUC Goiás e as resoluções éticas supracitadas.

Responsabilizo-me civil e criminalmente pela veracidade das informações declaradas na Plataforma Brasil e do conteúdo deste Termo de Compromisso e Responsabilidade.

Goiânia, 31 de Janeiro de 2023

Dulce Batista Chaves Buzeli

ANEXO E - REGIMENTO ESCOLAR, 2019



ESTADO DE GOIÁS SECRETARIA DA EDUCAÇÃO
COLÉGIO ESTADUAL DE VICENTINÓPOLIS
VICENTINÓPOLIS – GOIÁS

REGIMENTO ESCOLAR - 2019

APRESENTAÇÃO

Após criteriosos estudos e várias discussões das equipes de professores, alunos, pais e equipe diretiva do Colégio Estadual de Vicentinópolis, colocaremos em funcionamento o atual Regimento Escolar desta unidade, que entrará em vigor a partir de 2020.

Este documento está embasado na Constituição da República Federativa do Brasil (5/10/1988), no Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei Federal nº 8.069 de 13 de julho de 1990), no Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990) e na nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei nº 9394/20/12/1996).

Lei Complementar nº 026/26/12/1998 (Estabelece as diretrizes e bases do Sistema Educativo do estado de Goiás)

Lei nº 13.909/2001-(Estatuto e o Plano de Cargos e Vencimentos do Pessoal do Magistério.

Resolução CEE nº 023/15/03/2005 Estabelece critérios e parâmetros para a avaliação da aprendizagem escolar, no âmbito da Educação Básica do Sistema Educativo do Estado de Goiás);

Resolução CEE nº. 194 de 19 de agosto de 2005(Aprova nova redação da Resolução CEE nº 23, de 15 de março de 2005)

Resolução nº. 258 de 11 de novembro de 2005(Regulamenta a ampliação do Ensino Fundamental do Sistema Educativo de Goiás para 9(nove) anos e dá outras providências).

Resolução CEE nº 150, de 16 de outubro de 2002; Resolução CEE nº 343 de 05 de dezembro de 2003(Fixa normas para a adoção da Reclassificação e da Classificação pelas unidades escolares do Sistema Educativo do Estado de Goiás)

Resolução CEE/CP Nº 2, de 3 de julho de 2014 (Altera a Resolução CEE/CP nº 5/2009, que dispõe sobre o uso do nome social de travestis e transexuais nos registros escolares e dá outras providências)

LEI Nº 8.907, DE 6 DE JULHO DE 1994. De 06 de julho de 1994, que “determina que o modelo de fardamento escolar adotado nas escolas públicas e privadas não possa ser alterado antes de transcorridos cinco anos.



O Regimento será um instrumento permanente de, com acesso à comunidade, pais, alunos e funcionários, jamais uma peça de arquivo sem utilização.

TÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES CAPÍTULO I DA NATUREZA E PERSONALIDADE JURÍDICA

Art. 1º O Regimento escolar constitui o ordenamento jurídico da vida escolar, obedecendo aos preceitos da legislação do ensino nacional e Estadual.

Art. 2º Este Regimento tem a finalidade de assegurar a unidade filosófica, político-pedagógica, estrutural e funcional desta Unidade Escolar, garantindo a flexibilidade didático-pedagógica, enquanto instrumento indispensável à consecução de uma política educacional.

CAPÍTULO II

DA IDENTIFICAÇÃO

Art. 3º - A Unidade Escolar é assim identificada: I – Nome: Colégio Estadual de Vicentinópolis
II – Endereço: Av. Filostro Machado Carneiro, nº 24, Setor Leste CEP: 75.555-000. Vicentinópolis – Goiás.
III – Ministra a Educação Básica nos níveis:

- Ensino Fundamental – 6º ano ao 9º ano.
- Ensino Médio – seriado anual
- Educação de Jovens e Adultos- EJA- Ensino Médio em 06 Semestres – Noturno
- IV – Turnos de Funcionamento:- Matutino, Vespertino e Noturno.

Art. 4º - O Colégio Estadual de Vicentinópolis, pessoa jurídica de direito público, foi criado pela Lei nº 14.262 de 25 de setembro de 2002, Resolução CEE/CEB Nº 549 DE 22 DE MAIO DE 2013, que Dispõe sobre o credenciamento e a renovação da autorização do ensino Fundamental de 6º ao 9º ano, Ensino Médio e da Educação de jovens e Adultos (EJA), 3ª Etapa.]

Art. 5º - O Colégio Estadual de Vicentinópolis, é uma instituição de Ensino, pertencente ao Estado de Goiás, e é por ele mantido, portanto todo o quadro de pessoal efetivo, transitório e contratado temporário é considerado Servidor Público.



PARÁGRAFO ÚNICO: O Colégio Estadual de Vicentinópolis é público e oferecerá ensino gratuito e laico, direito da população e dever do poder público e estará a serviço das necessidades e características do desenvolvimento e aprendizagem dos educandos.

Art. 6º - A Unidade Escolar mantém a Educação Básica compreendendo a 2ª fase do Ensino Fundamental, no turno matutino, o Ensino Médio Regular nos turnos matutino, vespertino e noturno e o Ensino Médio do EJA em 04 semestres, no período noturno em conformidade com a legislação em vigor, Resolução nº. 260/05. A Escola funcionará em regime seriado, conforme art. 23 da nova Lei de Diretrizes e Bases.

Parágrafo Único – O Calendário Escolar para a educação básica será de no mínimo 200(duzentos) dias letivos, com 800 horas, conforme art. 24 da nova Lei de Diretrizes e Bases e a EJA com 320 horas.

CAPÍTULO III

DOS PRÍNCÍPIOS E OBJETIVOS DA EDUCAÇÃO NACIONAL

Art. 7º- A Educação, dever da família e do Estado com princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade pleno desenvolvimento do educando no exercício da cidadania.

Art. 8º - A educação de jovens e adultos, no âmbito do Sistema Educativo do Estado de Goiás, deve ser oferecida, ministrada e desenvolvida na conformidade desta Resolução CEE 260 de 18 de novembro de 2005.

Parágrafo Único - A educação de jovens e adultos destina-se tão-somente àqueles que não tiveram acesso à escola, na idade própria, legalmente prevista, ou que nela não pôde permanecer, tendo como objetivo precípuo proporcionar-lhes oportunidade para fazê-lo, respeitando-se as suas condições sociais e econômicas, o seu perfil cultural e os seus conhecimentos já adquiridos, visando ao seu pleno desenvolvimento, o seu preparo para o exercício da cidadania e para o trabalho.

Art. 9º- O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios: I – Igualdade de condições para o acesso e permanência na escola; II – Liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar;
III – Pluralismo de idéias e de concepções pedagógicas;

IV – Respeito à liberdade, a diversidade e a dignidade humana; V – Valorização do profissional da educação escolar;
VI - Garantia de padrão de qualidade.

TÍTULO II DOS OBJETIVOS

Art. 10º- O Colégio Estadual de Vicentinópolis, tem por finalidade o pleno



desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Art. 11 - O Colégio Estadual de Vicentinópolis, tem como objetivos gerais fazer com que o aluno seja um cidadão crítico, consciente da realidade que o cerca, capaz de dominar o processo de produção do conhecimento existente, de formular novas alternativas e ainda que cultive a sensibilidade.

Art. 12 - O Colégio Estadual de Vicentinópolis, tem por objetivo específico promover a Educação Básica compreendendo o Ensino Fundamental 2ª fase e o Ensino Médio Regular seriados e o Ensino Médio da Educação de Jovens e Adultos – EJA, em 04(quatro) semestres, dando condições para que o educando adquira uma base de conhecimento sólido e um conjunto de atitudes e comportamentos para a vida em sociedade, condições indispensáveis ao exercício ativo e crítico da cidadania na vida cultural, política, social e profissional.

TITULO IV

DA ORGANIZAÇÃO DIDÁTICA CAPITULO I DOS CURSOS E DO FUNCIONAMENTO SEÇÃO I DO ENSINO FUNDAMENTAL (2ª FASE)

Art. 13 – A Unidade Escolar regulamenta a ampliação do Ensino Fundamental 6º ano ao 9º.

Art. 14 – O Ensino Fundamental, com duração mínima de 09(nove) anos, obrigatório e gratuito, terá por base a formação básica do cidadão, mediante, destina-se ainda, à formação integral da criança e do adolescente, variando em conteúdos e métodos, segundo as fases de desenvolvimento dos alunos, mediante:

I – O desenvolvimento da capacidade de aprender, tendo como meios básicos o pleno domínio da leitura, da escrita e do cálculo;

II – A compreensão do ambiente natural e social, da tecnologia, das artes e dos valores que se fundamenta a sociedade;

III – O desenvolvimento da capacidade de aprendizagem, tendo em vista a aquisição de conhecimentos e habilidades e a formação de atitudes e valores;

IV- O fortalecimento dos vínculos de família, dos laços de solidariedade humana e de tolerância recíproca em que se assenta a vida social;

V – A ampliação das áreas de conhecimento, levando-as a favorecer a comunicação entre diferentes conhecimentos sistematizados e entre estes e outros saberes, mas permitindo que os referenciais conceituais próprios de cada conteúdo curricular sejam preservados;



SEÇÃO II

DO ENSINO MÉDIO

Art. 15 – O Ensino Médio, etapa final da educação básica, com duração mínima de 03(três) anos, terá como finalidade:

I - A consolidação e o aprofundamento dos conhecimentos adquiridos no Ensino Fundamental, possibilitando o prosseguimento de estudos e/ou a formação integral do estudante;

II – A preparação básica para o trabalho e a cidadania do educando, para continuar aprendendo de modo a ser capaz de se adaptar com flexibilidade e novas condições de ocupação ou aperfeiçoamento posteriores, utilizando dos meios de trabalhos e pesquisa como princípios educativo e pedagógico, respectivamente;

III – O aprimoramento do educando como pessoa humana, incluindo a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico, bem como a indissociabilidade entre educação e prática social, considerando-se a historicidade dos conhecimentos e dos sujeitos do processo educativo, bem como a relação entre teoria e prática no processo de ensino-aprendizagem;

IV – A compreensão dos fundamentos científico-tecnológico dos processos produtivos, relacionando a teoria com a prática, no ensino de cada disciplina, integração de conhecimentos gerais realizada na perspectiva da interdisciplinaridade e da contextualização;

V – Compreensão do necessário equilíbrio e respeito nas relações do ser humano com a natureza, bem como, o respeito aos direitos humanos e à convivência;

VI – Integração entre educação, trabalho, ciência, tecnologia e cultura como base do projeto político pedagógico e do desenvolvimento curricular, na óptica dos olhares:

- a) Teórico – aprendendo a conhecer, incentivando reflexões a respeito do mundo do trabalho, da constituição das ciências, das aplicações científicas e inovações tecnológicas, dos sistemas e produção e dos processos de formação da organização social;
- b) Profissional – aprendendo a fazer, oferecendo a preparação básica para o trabalho e oportunidade de adquirir, quando possível, competências profissionais específicas, em cursos técnicos integrados ao ensino médio, bem como, convênio com o CIEE, para oportunidade de estagiários e até mesmo o primeiro emprego, em respostas às demandas atuais do mundo do trabalho;
- c) Comportamental – aprendendo a ser a conviver, educando ao exercício das competências com responsabilidade ético-social, que fundamente a conduta em conjunto de valores, orientando atitudes de solidariedade e respeito à cidadania.

Art. 16 – O Currículo do Ensino Médio deve observar as seguintes diretrizes:

I - Destaque para a educação tecnológica básica para a compreensão do significado



da ciência e das artes, o processo histórico da transformação da sociedade e da cultura, e a língua portuguesa como instrumento de comunicação, acesso e exercício da cidadania

II - A adoção de metodologias de ensino e avaliação que estimulem a iniciativa, participação e a criatividade dos alunos;

Art. 17 – A organização curricular e a base nacional comum do ensino médio seguem as normas da legislação federal, e complementa-se por normas do órgão normativo do sistema estadual de educação.

SEÇÃO III

DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

Art. 18 – A Educação de Jovens e Adultos no nível do Ensino Médio, destina-se tão somente àqueles que não tiveram acesso à escola na idade própria, legalmente prevista, ou que nela não puderam permanecer, tendo como objetivo precípuo proporcionar-lhe a oportunidade para cursar a educação básica, direito subjetivo e universal, nas duas etapas, respeitando as condições sociais e econômicas de cada brasileiro, seu perfil cultural e os conhecimentos já adquiridos, visando o pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para a cidadania e sua qualificação para trabalho, propiciando-lhe em especial:

I – a garantia de sistematização e apropriação e conhecimento nas diversas áreas incorporando novo saber e competências próprias à idade do educando jovem e adulto;

II – a continuidade de estudos para aqueles que não tiveram acesso à escola na idade própria;

III – a valorização de espaços educativos que privilegiam as interações de experiência do jovem educando jovem e adulto, visando fortalecer a sua auto-estima e identidade cultural, para a construção de sua personalidade;

IV – situar-se criticamente diante desta realidade, à luz da ciência e da razão e comprometer-se com a sua transformação;

V – incentivar a vivência dos passos do método científico, aperfeiçoando as formas de comunicação e expressão, em especial, a Língua Portuguesa considerando a expressão da cultura brasileira;

VI – exercer conscientemente a cidadania, mediante aprofundamento da compreensão crítica e a integração ao contexto geográfico, sócio-político-cultural;

VII – crescer na responsabilidade e na participação criativa, assumir a desenvolver suas potencialidades;



VIII – firmar interesse por sua educação permanente e definir as dimensões básicas em que se desenvolverá;

IX – preparação para o campo de trabalho.

Parágrafo Único – A Unidade Escolar, se compromete ainda a integralizar todos os períodos letivos que a etapa requer, no turno previsto, de acordo com disponibilidade de seu corpo docente, desde que isso não acarrete prejuízo para o educando.

SUBSEÇÃO I

DOS PRECEITOS E PARÂMETROS

Art. 19 – A Educação de jovens e adultos obedece aos seguintes parâmetros:

I – ingresso permitido apenas aos que, apesar de ter idade que extrapola à da idade-série que deveriam cursar, ainda não tiveram acesso à escolarização regular, ou dela encontrem-se comprovadamente afastados há mais de 01(hum) ano;

II – observância do currículo pleno e das diretrizes curriculares, tanto na base Nacional comum quanto da parte diversificada, conforme dispõe a Lei de Diretrizes e Bases nacionais e da Lei Complementar nº 26/98;

III – Carga horária mínima de 1.200 horas, presenciais para o Ensino Médio;

IV – Frequência mínima obrigatória de 75%(setenta e cinco) por cento das atividades presenciais, desenvolvidas durante o semestre letivo;

V – Efetivação de matrícula a qualquer dia do ano letivo, sem prejuízo do cumprimento do que estabelecem os incisos III e IV;

VI – Avaliação da aprendizagem contínua, cumulativa e com absoluta prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos, garantindo-se, aos que demonstrem dificuldades de desenvolvimento, acompanhamento especial individualizado e recuperação paralela, por equipe devidamente preparada, em horário compatível com a atividade profissional exercida pelo educando;

§ 1º - É vedada a transferência do ensino médio regular para a educação de jovens e adultos, a não ser em caso previsto no inciso I deste artigo;

§ 2º - A avaliação de que trata o inciso VI deve considerar, cotidianamente, a efetiva presença e a participação do educando nas atividades escolares, sua criatividade e capacidade de tomar iniciativa, de apropriar-se dos conteúdos ministrados, sua comunicação com colegas, professores e demais agentes educativos, sua sociabilidade, visando à assimilação dos conhecimentos desenvolvimento das habilidades de ler, escrever, interpretar, comunicar e a aquisição de conhecimentos, atitudes e de valores necessários para o pleno exercício da cidadania;

§ 3º - O processo de avaliação escolar, definido no projeto político pedagógico, deve ser conhecido e aplicado por todos os educadores.



§ 4º - O processo de desenvolvimento da aprendizagem de cada educando será objeto de rigorosa verificação e análise pelo conselho de classe, autônomo em suas decisões, obrigatório a cada bimestre letivo, composto por professores, coordenação pedagógica, representantes dos alunos, dos pais e, quando for o caso, do Conselho Escolar, bem como dos demais agentes educativos;

§ 5º - O Conselho de Classe deve tomar as medidas que se fizer necessárias para o aprimoramento do processo de aprendizagem e para a recuperação imediata da aprendizagem de cada aluno que apresentar dificuldades de qualquer natureza;

§ 6º - O aluno sem comprovante de vida escolar anterior, no ato da matrícula, deve ser submetido à Classificação, que o posicionará na etapa compatível com seu grau de desenvolvimento e conhecimentos já adquiridos, obedecidos os parâmetros da Resolução nº 05 do CEE/GO, bem como da legislação que rege a matéria.

Art. 20 – Os professores de Educação de Jovens e Adultos – E.J.A., terão formação mínima necessária determinada pela Lei de Diretrizes e Bases Nacional e Estadual; Parágrafo Único – Compete à Unidade Escolar, como mantenedora, promover, de forma permanente a capacitação e a formação continuada de seus professores;

Art. 21 - Os candidatos, no ato da matrícula que não comprovarem a conclusão do Ensino Fundamental, e que enquadrarem no inc. I, do art. 65, serão submetidos a teste de aptidão intelectual, multidisciplinar, que se aprovados, terão suas matrículas deferidas pela Unidade Escolar.

SEÇÃO IV

DO ENSINO ESPECIAL

Art. 22 – É dever do Estado assegurar a educação especial a todos os educandos que dela necessitam, pois o direito à educação especial decorre do direito subjetivo universal à educação básica para o exercício da cidadania, cabendo à Unidade Escolar nos Ensinos Fundamental, Médio e Educação de Jovens e Adultos, propiciar-lhes principalmente;

I – a melhoria das condições de acesso e de permanência dos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades nas classes comuns do ensino regular, dispondo dos necessários recursos de acessibilidade para assegurarem condições de acesso aos alunos com deficiência e mobilidade reduzida, por meio da utilização de materiais didáticos, dos espaços, mobiliários e equipamentos, dos sistemas de comunicação e informação, dos transportes e outros serviços, intensificando o processo de inclusão, buscando a universalização do atendimento.

II – O atendimento educacional especializado aos educandos da Educação Especial, será promovido e expandido com o apoio dos órgãos competentes e não substitui a escolarização, mas contribui para ampliar o acesso aos conteúdos escolares, ao proporcionar independência aos educandos para a realização de tarefas e favorecer a sua autonomia.



III – O atendimento educacional especializado poderá ser oferecido no contra-turno, em salas de recursos multi-funcionais na própria escola, coordenado por professores e profissionais com formação especializada de acordo com plano de atendimento aos alunos que identifique suas necessidades educacionais específicas, definindo os recursos necessários e as atividades a serem desenvolvidas.

Parágrafo Único – A certificação especial de conclusão de etapa, módulo, ou ciclo de curso de educação básica oferecido às pessoas com necessidades educacionais especiais obedecem à legislação em vigor.

DA GESTÃO ESCOLAR

Art. 13 - A gestão escolar democrática e colegiada, é entendida como o processo que rege o funcionamento da Unidade Escolar compreendendo: tomada de decisão conjunta ao planejamento, a execução, o acompanhamento e a avaliação das questões pedagógicas e administrativas, com a participação da comunidade escolar.

TÍTULO III

DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

Art.14 - Estrutura organizacional é a disposição e a ordem das partes física e hierárquica que compõem a unidade escolar.

Art.15 - A Unidade Escolar fica assim estruturada:

- I. Direção:
 - a) Diretor
 - b) Secretária Geral
- II. Equipe Pedagógica
- III. Corpo Docente
- IV. Corpo Discente
- V. Agente Educacional Técnico:(Auxiliares de secretaria).
- VI. Agentes Educacionais de Apoio (Merenda, Serviços Gerais e Vigia-).

PARÁGRAFO ÚNICO: A Unidade Escolar tem, ainda, as unidades complementares que auxiliam na consecução de seus objetivos

- I. Conselho Escolar;
- II. Conselho de Classe;
- III. Biblioteca Escolar;
- IV. Organização Estudantil;



Art.16 - A direção escolar será desenvolvida de forma democrática, transparente e participativa.

Art.17 - O diretor é a autoridade máxima - representante legal da Unidade escolar, é auxiliado pela equipe pedagógica (Coordenador de Turno e Pedagógico), pelo secretário Geral, pelo Vice-Diretor, pelos agentes educacionais técnico e de apoio, pelos professores, pelos alunos, e pelos pais ou responsáveis por alunos.

SEÇÃO I DO DIRETOR

Art. 18 - COMPETE AO DIRETOR:

I - representar oficialmente a Unidade Escolar;

I - participar da elaboração e execução da proposta pedagógica;

III - administrar seus recursos materiais e financeiros, responsabilizando pelo patrimônio já existente na unidade Escolar e pelo adquirido em sua gestão, repassando-o ao seu sucessor;

IV - assegurar o cumprimento dos dias letivos e horas - aulas;

V - velar pelo cumprimento do plano de trabalho de cada docente;

VI - promover meios para recuperação dos alunos de menor rendimento;

VII - articular-se com as famílias e comunidade, criando processos de integração da sociedade com a escola;

VIII – Procurar os alunos faltosos, bem como, informar aos pais ou responsáveis sobre a frequência e o rendimento dos alunos, e ainda, sobre a execução de sua proposta pedagógica;

IX - assinar juntamente com o Secretário Geral certificados, e demais documentos escolares;

X - planejar, dirigir coordenar e avaliar as atividades da Unidade escolar;



XI - cumprir e fazer cumprir este regimento e demais normalizações dos órgãos competentes.

SEÇÃO II

DO VICE DIRETOR / COORDENADOR DE TURNO

Art. 19 – O vice-Diretor/Coordenador de Turno é uma função exercida pelo profissional da Unidade Educacional, juntamente com o gestor e o corpo técnico-docente-administrativo, juntamente com os demais seguimentos, cabe a este profissional despender esforços para cuidar das questões administrativas e disciplinares (horário, portão, evasão, atendimento à comunidade, entre outras atribuições), colaborando para que o Coordenador Pedagógico exerça unicamente, a função pedagógica de orientação/ formação dos professores e acompanhamento da aprendizagem dos estudantes. Cabe ao Vice-Diretor/Coordenador de Turno, também proceder o acompanhamento, monitoramento, avaliação e garantia de execução dos serviços de limpeza, segurança e merenda escolar.

Art. 20 – Compete ao Vice-Diretor/Coordenador de Turno

- I – Estar disponível para substituir o diretor nos casos de afastamento, impedimento ou de vacância do cargo;
- II – Assumir a Coordenação Pedagógica Geral da Unidade Escolar, efetivando a articulação, integração e desenvolvimento dos níveis de ensino ministrados na Unidade Escolar;
- III – Dar apoio, acompanhamento e orientação ao grupo de coordenadores da escola no atendimento à todos os projetos pedagógicos propostos e implantados pela SEDUCE;
- IV – Prestar assistência ao sistema de acompanhamento do AMAI, salário Escola e Coordenação dos Projetos e Programas da SEDUCE;
- V – Estabelecer escalas de execução do trabalho referente à limpeza, segurança e merenda escolar, acompanhando, monitorando, avaliando e garantindo a qualidade dos serviços prestados;
- VI – Acompanhar os outros coordenadores pedagógicos;
- VII – Auxiliar a direção e Coordenação, na Modulação dos professores e servidores lotados na Unidade Escolar;
- VIII – cumprir todas as atribuições inerentes à sua função e as determinações do Diretor;

SEÇÃO III DA SECRETARIA GERAL

Art. 20 – A Secretaria Geral é o setor responsável pelo serviço da escrituração escolar, reprografia, correspondência da Unidade Escolar, documentação dos alunos e da escola, bem como alimentação dos Programas: SIGE – SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO EDUCACIONAL e SIAP – SISTEMA ADMINISTRATIVO E PEDAGÓGICO.

ARAGRAFO ÚNICO – O Serviço de secretaria e de responsabilidade do Secretário Geral e supervisionado pela Direção, ficando a ele subordinado.



SUBSEÇÃO I DO SECRETÁRIO GERAL

Art. 21 – O Secretário Geral é designado pelo titular da Pasta da Educação por indicação do Diretor da Unidade Escolar, observando os requisitos exigidos para o exercício da função.

Parágrafo único – O secretário Geral tem tantos auxiliares quantos necessário ao bom andamento dos trabalhos e previstos no quadro de pessoal da secretaria.

Art. 22 – São atribuições do Secretário Geral:

I - Conhecer e cumprir o Regimento Escolar, Calendário Escolar, Currículo Pleno e toda a legislação pertinente bem como as normas e instruções específicas, fornecendo em tempo hábil as informações solicitadas.

II - Organizar e manter em dia coletânea de leis, regulamentos, diretrizes, ordens de serviço, resoluções e demais documentos.

III - Cumprir e fazer cumprir as determinações de seus superiores hierárquicos. IV - Coordenar as atividades da Secretaria da Unidade Escolar.

V - Participar da elaboração da Proposta Pedagógica e do Plano Geral da unidade Escola. VI - Redigir a correspondência que lhe for confiada.

VII - Secretariar o Conselho Escolar e os Conselhos de Classe.

VIII - Apresentar ao Diretor, em tempo hábil, todos os documentos que devem ser assinados, bem como, todas as informações por este solicitadas, com exatidão e presteza.

IX - Organizar e manter em dia o protocolo, o arquivo escolar e o registro de assentamento dos alunos, de forma a permitir em qualquer época a verificação da Identidade e regularidade da vida escolar do aluno, autenticidade dos documentos escolares.

X - Coordenar as atividades administrativas referentes à matrícula, transferência e conclusão de curso.

XI - Elaborar relatórios, atas, termo de abertura e encerramento de livros e quadros estatísticos.

XII - Informar processos

XIII - Redigir e subscrever editais

XIV - Expedir transferência e demais documentos, devidamente assinados por ele e pelo diretor.

XV - Analisar juntamente com a coordenação pedagógica as transferências recebidas e compatibiliza-las com o Currículo Pleno, a



fim de definir as adequações necessárias.

XVI - Divulgar os resultados bimestrais e finais das avaliações realizadas. XVII - Zelar pela guarda e sigilo dos documentos escolares.

XVIII - Manter atualizada a documentação do corpo docente, discente, técnico e administrativo.

XIX - Exercer outras atividades que contribuam para a eficiência dos serviços da secretaria da Unidade Escolar.

XX - Colaborar para o bom desempenho das atividades na Unidade Escolar.

XXI – Distribuir os serviços na Secretaria, fazendo a distribuição dos trabalhos entre seus agentes educacionais técnico.

XXII - Zelar pelo cumprimento do Regimento Escolar.

DA EQUIPE PEDAGÓGICA DO COORDENADOR PEDAGÓGICO

Art. 23 - Os Coordenadores mediadores e articuladores do processo pedagógico, de acordo com as Diretrizes da Política Educacional, com a finalidade de assegurar a qualidade de ensino, de livre escolha do diretor com habilitação em Licenciatura Plena terão as seguintes atribuições:

I – Participar e assessorar o processo de elaboração do Projeto Político Pedagógico; II – planejar, acompanhar e avaliar o desenvolvimento do processo pedagógico;

III – participar e promover sistematicamente reuniões de estudo e trabalho, visando ao constante aperfeiçoamento das atividades de ensino;

IV – analisar juntamente com o Secretário Geral o histórico escolar de aluno transferido para identificar os procedimentos necessários;

V – planejar e coordenar os Conselhos de Classe;

VI - assessorar, acompanhar, avaliar e coordenar o professor na elaboração, execução e avaliação do planejamento curricular, bem como, as atividades extra-classes;

VII – acompanhar o desenvolvimento das atividades de ensino e assessorar os professores no planejamento, execução e avaliação do planejamento curricular;

VIII – orientar o trabalho com os alunos, em situações especiais;

X – informar aos pais ou responsáveis o atraso e as



faltas às aulas; XI – estimular a assiduidade dos alunos;

XII – participar de cursos quando convocado pela Direção;

XIII - promover reuniões e entrevistas com os pais, visando a melhoria do comportamento e da aprendizagem dos alunos;

XIV – promover a interdisciplinaridade entre as Disciplinas;

XV – orientar o pessoal docente na seleção dos livros didáticos e para didáticos a serem usados durante o ano letivo;

XVI – cumprir outras determinações que contribuam para o bom andamento da Unidade Escolar.

XVII – Coordenar e inserir no Sistema de Informática, o planejamentos de aulas dos professores que participam do Programa Reconhecer, bem como, incentivá-los a participarem.

SEÇÃO IV DOS RECURSOS DIDÁTICOS

Art. 24 – Recursos Didáticos, setor subordinado à Equipe Pedagógica, detentor responsável do material e do equipamento de ensino-aprendizagem.

Art. 25 – compete aos responsáveis pelos Recursos Didáticos:

I – responsabilizar-se pelo controle, supervisão divulgação e incentivo do uso do material e equipamentos de ensino-aprendizagem, junto aos professores e alunos;

II – avaliar dados estatísticos da utilização do material de ensino - aprendizagem, divulgados na Unidade Escolar.

III – planejar, coordenar, supervisionar, orientar e controlar o funcionamento da Biblioteca Escolar;

IV – coordenar cursos extracurriculares realizados na Unidade Escolar.

CAPÍTULO II DO CORPO DOCENTE

Art. 26 – O Corpo Docente, constituído de professores lotados na Unidade Escolar, para ministrar aulas no Ensino Fundamental 2ª Fase, ou seja, do 6º ao 9º ano, no Ensino Médio Regular, e no Ensino Médio da Educação de Jovens e Adultos - E.J.A., no Serviço de Apoio e AEE, Dinamizador de Biblioteca, integrantes do Quadro de Pessoal do Estado, Efetivos e do Quadro Transitório e do Conselho de Classe, admitidos de acordo com a legislação específica terá as seguintes atribuições: